



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**Uma Experiência Etnográfica de Fronteira: exploração sexual comercial
de crianças e jovens na Tríplice Fronteira entre
Argentina, Brasil e Paraguai**

Mestranda: Keila de Moraes

Orientadora: Prof^a Dra. Mara Coelho de Souza Lago

Área de Concentração:

Práticas sociais e constituição do sujeito

Linha de Pesquisa:

Modos de Vida, Gênero, Gerações e Subjetividade

Florianópolis, 2009

“Um nome para o que eu sou, importa muito pouco. Importa o que eu gostaria de ser.

O que eu gostaria de ser era uma lutadora. Quero dizer, uma pessoa que luta pelo bem dos outros. Isso desde pequena eu quis. Por que foi o destino me levando a escrever o que já escrevi, em vez de também desenvolver em mim a qualidade de lutadora que eu tinha?

[...] No entanto, o que terminei sendo, e tão cedo? Terminei sendo uma pessoa que procura o que profundamente se sente e usa a palavra que o exprima.

É pouco, é muito pouco.”

Clarice Lispector

**À minha mãe Lenir,
por seu incentivo e amor**

**À minha vó Dita. Com muito amor
Pelo exemplo de vida**

Ao meu avô Francisco, *in memoriam*

Agradecimentos

À minha orientadora Mara Coelho de Souza Lago, por sua dedicação e afeto. Pela acolhida em sua casa, por suas orientações que sempre acrescentaram muito em minhas reflexões. Por sua incansável leitura de meus textos. Agradeço imensamente.

À minha mãe. Por seu apoio e exemplo de força. Por seu incentivo desde o momento em que escolhi participar da seleção de mestrado, indo comigo para a UFSC para me acompanhar na estrada e esperando pacientemente. Por ouvir minhas angústias e me apoiar nos momentos de dor e mudanças vividos nestes dois anos. Por cuidar de Belinha e da Kristal enquanto eu circulava pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Pelas risadas e passeios na enseada encantada que muito me tranquilizaram. Muito obrigada.

Ao seu Tino, por suas palavras carinhosas, sua espera paciente nas rodoviárias. Por apoiar minha mãe em suas dores e alegrias. Pelo carinho dirigido a mim e “as meninas”.

À minha tia Célia, pelas leituras do meu texto e pela força das palavras e do carinho sempre que precisei. Muito obrigada.

As minhas tias, Elizabeth, Valdete, Tere, pelas palavras amigas e acolhida. Ao meu tio Francisco e tio-irmão Ronnie pelo amor e carinho. Ao mano Kellington por sua “vida simples, pensamento elevado” que acalmam a todos.

À minha irmã-prima Ginny pelas broncas quando eu estava triste e por saber o que dizer para que eu seguisse com força. À Jéssica, Mayara e Luana, pela doçura do olhar.

As minhas grandes amigas-irmãs, Daslainy e Fabiana. Amigas do tempo de faculdade que sempre me acolheram com a doçura das palavras, do olhar, do abraço e compreensão. Pelas horas difíceis e pelas alegres. Por nossas caminhadas em direção ao mar. Pela poesia que sempre acompanhou nossas conversas, assim como o vinho. Sou eternamente grata à vida que me proporcionou este encontro com elas.

Ao meu marido Haroldo, pela força do amor e por me amparar com sua tranquilidade.

À minha amiga Patrícia por sua escuta e torcida desde nossa infância em Balneário Camboriú. Aos amigos João Vitor, Marina, Helaine, Tatiana, Josélia e Roberta, por serem minha família em Cascavel. Adriana e Lílian, obrigada pela acolhida em suas casas e no afeto que sempre me deram. A amizade de vocês fortaleceu minha caminhada neste mestrado. Todos/todas vocês alegraram meus dias de cansaço em Cascavel.

À Bia, por ter organizado meus horários para que eu pudesse trabalhar e fazer o mestrado. Com certeza seu apoio foi essencial. Aos alunos e alunas da FAG, que sempre me ensinaram muito sobre a vida. Muito obrigada.

Aos motoristas da EUCATUR, que em dois anos de viagem compartilharam comigo seus modos alegres de viver, suas brincadeiras e que me conduziram com segurança nestas estradas sinuosas do Paraná e Santa Catarina.

Aos meninos do club, André e Guilherme pelas leituras e reflexões sobre a vida, pelas traduções do inglês e ajuda nos mapas.

Ao companheiro do mestrado Paulo.

Aos colegas do Diálogos de Tese, Mário, Geórgia, Ada, Ritinha, Geovana, Regina, Regina Ingrid e Paula. Por nossas manhãs de diálogos e questionamentos.

Aos professores da Pós-Graduação em Psicologia e aos professores Theóphilos Rifiotis e Mirian Grossi por compartilhar suas experiências e conhecimentos.

À professora Anna Paula Uziel pelas considerações na defesa.

As professoras Andréa Zanella e Gláucia pelas orientações na qualificação.

À professora Sonia Altoé pelas conversas e pelos possíveis caminhos de reflexão apontado em seus livros.

Aos colegas do mestrado pelas delicias dos encontros, dos cafés da tarde. Pela torcida.

A meu grande amigo Adilson. Sem ele esta pesquisa não seria possível. Meu anjo protetor que me ensinou a olhar além das aparências.

À Janete, que me alegrou com a notícia de minha entrada no mestrado.

Por todas as pessoas que lutam e ainda acreditam na possibilidade de um mundo melhor para nossas crianças.

Aos meninos e meninas que fizeram parte de minha pesquisa. Muito obrigada

RESUMO

Crianças e jovens são exploradas sexualmente pelo mundo. A Organização Internacional do Trabalho estima que mais de 4.000 crianças estão submetidas ao comércio sexual na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Este trabalho teve como objetivo investigar como meninas e meninos vivenciam a exploração sexual nessa região de fronteira e como significam essas práticas em suas trajetórias de vida. O interesse por este tema surgiu a partir da escuta e experiência profissional no Programa Sentinela e no trabalho como psicóloga em abrigos de Santa Catarina e Paraná. Para compreender a implicação dos lugares de exploração sexual da Tríplice Fronteira na trajetória de crianças e jovens, o método escolhido foi o etnográfico, priorizando a escuta e a observação destes lugares. Nas falas de meninos e meninas ficou evidenciada a violência sexual familiar, as condições precárias de vida e o desejo de mobilidade social, como fatores para a entrada no comércio sexual. Esta atividade se constitui em estratégia de sobrevivência e de busca de afeto pelo desamparo e a vulnerabilidade humana que, em determinadas condições sociais, têm efeitos exacerbados. A fronteira entre os países dificulta o acesso e a intervenção do Estado nos lugares de exploração sexual. No entanto, as instituições de cuidado foram apontadas pelos/as entrevistadas/os como lugares que, muitas vezes, reatualizam a violência e estigmatizam as crianças em vez de lhes oferecer proteção. O grande desafio é tornar as consequências destas vivências menos estigmatizantes, por intervenções profissionais e institucionais mais cuidadosas, seguras e respeitosas. As situações de extrema vulnerabilidade e desproteção vivenciadas pelas meninas e rapazes que contaram suas histórias, apontam para a urgência de mudanças estruturais nos países que se encontram nestas fronteiras, cujas políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes não têm sido suficientes e eficazes para impedir o comércio sexual de corpos infantis e para oportunizar condições que propiciem alternativas de sobrevivência às famílias, crianças e jovens que neles vivem.

Palavras-chave: Fronteira; Vulnerabilidade Humana; Exploração Sexual Infanto-Juvenil

ABSTRACT

Children and youngsters are sexually exploited all around the world. The International Labor Organization estimates that more than 4.000 children are being submitted to the sex trade in the Triple Frontier Area between Argentina, Brazil and Paraguay. This project has the objective of investigating how boys and girls experience sexual exploitation in the border region and the meaning of these practices in their life's journey. Interest in this subject came from hearing sessions and professional experience in the "Sentinel Program" and from work as psychologist in shelters in Santa Catarina and Paraná. To understand the implications of sexual exploitation in places on the Triple Frontier Area on the life of children and youngsters, the chosen method was ethnography, prioritizing hearing sessions and observation in those places. In the boy's and girl's accounts family sexual violence, precarious life conditions and the desire for social mobility became evident as factors for their involvement in the sex trade. This activity itself constitutes a survival strategy and a search for affection because of the abandonment and human vulnerability which in certain social conditions has aggravated effects. The border between the countries makes State intervention in the sites where sexual exploitation occurs difficult. However, care institutions were pointed by the interviewed as places that, many times, refresh the violence and stigmatize children instead of offering protection. The biggest challenge is to reduce the stigma of this experience, through more careful, safe, and respectful professional and institutional intervention. The extreme vulnerability and lack of protection experienced by boys and girls who told their stories, point to the urgency of structural changes in countries located at these borders, where public policy towards the protection of children and youngsters is not sufficient and efficient enough to hinder the sex trade of infantile bodies and to create conditions for providing survival alternatives for the families, children and youngsters who live there.

Keywords: Border; Human Vulnerability; Youth Sexual Exploitation

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1 |
| Interesse de pesquisa..... | 4 |
| Pesquisas sobre o tema no Banco de Dados da CAPES | 8 |
| 2. MÉTODO: OS CAMINHOS DA PESQUISA | 11 |
| A experiência como ponto de partida ... e de chegada..... | 12 |
| O começo | 14 |
| A entrada no campo | 21 |
| Riscos na pesquisa | 21 |
| O guia no processo de pesquisa de campo | 28 |
| 3. CRUZANDO FRONTEIRAS | 29 |
| Sobre a Tríplice Fronteira..... | 31 |
| A fronteira como área de tensões e conflitos..... | 31 |
| <i>Ciudad Del Este – Paraguai.....</i> | <i>33</i> |
| <i>Puerto Iguassu – Argentina</i> | <i>35</i> |
| <i>Foz do Iguaçu – Brasil</i> | <i>37</i> |
| 3.1 Lugares que percorri | 38 |
| Do lado Paraguaio | 39 |
| <i>A Ponte Internacional da Amizade</i> | <i>39</i> |
| <i>O Lago da República</i> | <i>40</i> |
| <i>A boate de néon rosa</i> | <i>41</i> |
| Do lado argentino | 43 |
| <i>Nas ruas de Puerto Iguassu</i> | <i>43</i> |
| Do lado brasileiro | 44 |
| <i>Cascavel</i> | <i>44</i> |
| <i>Matelândia</i> | <i>45</i> |
| <i>Medianeira</i> | <i>46</i> |
| <i>Santa Helena</i> | <i>46</i> |
| <i>Diamante D'Oeste</i> | <i>47</i> |

| | |
|--|-----|
| <i>Foz do Iguaçu</i> | 47 |
| 3.2 Sujeitos que encontrei..... | 48 |
| 4. ENTRE FRONTEIRAS: REFLEXÕES | 52 |
| O território como espaço de análise | 52 |
| 2.2 Sobre exploração sexual: na fronteira e nas teorias..... | 57 |
| Exploração sexual na Tríplice Fronteira..... | 57 |
| Sujeito do inconsciente e sujeito do direito | 65 |
| Exploração sexual de crianças e jovens : panoramas teóricos. | 71 |
| Discussões conceituais sobre exploração sexual e tráfico de pessoas. A Convenção de Palermo | 77 |
| 5. HISTÓRIAS QUE ME CONTARAM..... | 85 |
| As meninas do Lago da República..... | 85 |
| <i>Ana</i> | 85 |
| <i>Juliana</i> | 89 |
| Nas ruas da cidade – Histórias de quem faz, ou fez ponto nas ruas | 89 |
| <i>Mariana</i> | 89 |
| <i>Marcelo</i> | 91 |
| <i>Valentina</i> | 92 |
| <i>Janaína</i> | 94 |
| <i>Fernando</i> | 95 |
| As mulheres e meninas da boate | 98 |
| 6. REFLEXÕES A PARTIR DAS HISTÓRIAS QUE ESCUTEI | 102 |
| Exploração Sexual e Vulnerabilidade Humana | 102 |
| O incesto como parte das histórias | 108 |
| As instituições de cuidado e a crença em uma vida melhor | 113 |
| Em busca do príncipe encantado..... | 119 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 125 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 132 |

| | |
|--|------------|
| 9. ANEXOS..... | 141 |
| A - QUADRO I – Descritor: Exploração Sexual de crianças e adolescentes | |
| B - QUADRO II – Descritor: Prostituição na Fronteira | |
| C - Vista aérea do Lago da República em Ciudad Del Este/Paraguai | |
| D - Vista aérea da Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu/Brasil a Ciudad Del Este Paraguai | |
| E - Puerto Iguassu/Argentina | |
| F – Mapa político da América do Sul | |
| G – Mapa político do Brasil e suas fronteiras | |
| | |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | |
| Região da tríplice fronteira | 33 |
| Cidades que percorri | 38 |
| Quadro de entrevistados/as | 49 |

1. INTRODUÇÃO

Crianças e jovens circulam pelas fronteiras brasileiras. Principalmente na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Parte desta circulação é marcada pela exploração comercial de sexo, drogas ou mercadorias consideradas ilegais em que estas crianças e jovens são submetidos como instrumentos na mão de traficantes e aliciadores do comércio sexual. Muitos são aliciados com a promessa de trabalho fácil e muito dinheiro, mas quando chegam nesta fronteira percebem que a realidade é outra. Precisam pagar com uma rotina árdua de trabalho, muitas vezes em regime escravo para se alimentar. Estes são resultados de estudos da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que realiza investigações sob as formas de trabalho a que seres humanos são submetidos pelo mundo e buscam a promoção de projetos que possibilitem a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e garantia de seus direitos. Estes dados também são referidos na Pesquisa Nacional de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF) de 2002, ressaltando que há mais de quatro mil crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial, na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. As trajetórias de vida e como crianças e jovens significam estas práticas na exploração sexual comercial na tríplice fronteira foi o interesse desta pesquisa.

A exploração sexual comercial de crianças e jovens provoca reações diversas, principalmente de repúdio em grande parte das pessoas. A mídia, por sua vez, contribui para dar visibilidade a um problema social posto pela legislação no campo das violências, ou seja, a exploração é considerada um crime pela constituição brasileira de 1988. Apesar do exercício de controle da Polícia Federal por quem transita por estas fronteiras, a mídia expõe o quanto é possível transpor estas barreiras sem grandes dificuldades.(Gazeta do Paraná, 2007). A exploração sexual de crianças e adolescentes é prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no art.227, inciso 4º e dispõe que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual (CARVALHO e SPRANDEL, 2004, p.15) Após a divulgação dos relatórios de rota de tráfico de crianças, adolescentes e mulheres em 2002 e de relatórios desenvolvidos pelo IPEC – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - e OIT, alguns projetos foram desenvolvidos e financiados por organismos internacionais e pelos governos brasileiro, argentino e paraguaio, com o intuito

de erradicar o número de crianças e jovens nesta situação. Mas, circulando pelas fronteiras como turista ou pesquisadora, se nota a continuidade dessas situações de abuso e exploração sexual, além da utilização destas crianças e jovens para “passar” mercadorias principalmente de Ciudad Del Este/Paraguai para Foz do Iguaçu/Brasil e muitas vezes para outros lugares do Brasil. Quem passa mercadoria é conhecido como “Laranja”.

O interesse pelos estudos da exploração sexual comercial de crianças e jovens teve início com a minha inserção neste campo em 2001 como psicóloga do Programa Sentinela¹ – Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no município de Camboriú/SC. Percebi no trabalho com as meninas e meninos o quanto era relativamente fácil aliciar e manter estes sujeitos em regime de escravidão, muitas vezes, no comércio do sexo. Eram meninos e meninas, alguns vindos do interior dos estados do Paraná e Santa Catarina em sua maior parte, e que viviam em condições financeiras muito precárias. Grande parte das histórias relatadas nos atendimentos psicológicos realizados com estas crianças e jovens tinha início com abusos sexuais no próprio lar, por parentes próximos, algumas vezes tendo o pai como o principal autor do abuso. Estes relatos também eram comuns entre meninos, que após o abuso eram algumas vezes aliciados para a exploração sexual e em muitos casos incentivados por sua família, que exigia que eles trouxessem comida para dentro de casa para ajudar com a alimentação dos irmãos, não importando qual atividade exerceriam para isto².

Em maio de 2002 fui trabalhar no mesmo programa do governo na região oeste do Paraná, primeiramente em quatro municípios pertencentes aos chamados “municípios Lindeiros”³, ou seja, municípios que foram atingidos pela barragem do Lago de Itaipu e que

¹ Programa previsto no Plano Plurianual do Governo Federal para combate, prevenção e erradicação do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, composto por uma equipe multiprofissional de coordenador, psicólogo, assistente social, educador social e secretário.

² Estes fatos ainda são atuais. No dia 20/10/2008 o jornal do almoço da “RBS Notícias” fez uma reportagem sobre uma rede de exploração sexual de meninas em Balneário Camboriú e que aliciavam meninas da cidade de Camboriú com idade de 10 à 14 anos. O Conselho Tutelar estava investigando os casos porque uma das meninas dissera que sua família sabia de suas atividades e precisava do dinheiro para se alimentar.

³ Os municípios pertencentes aos lindeiros são: Diamante D’Oeste, Entre Rios D’Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Candido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Mundo Novo/MT, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa. Os municípios com os quais trabalhei como psicóloga do Sentinela eram Diamante D’Oeste, São José das Palmeiras, Ouro Verde D’Oeste e Ramilândia. Apenas Diamante D’Oeste prosseguiu com o programa Sentinela em seu município, os outros desistiram por não terem verba para a contrapartida exigida para implantação dos programas.

recebiam royalties⁴ como benefício pelas áreas alagadas. Nesta região encontrei várias situações que favoreciam a inserção e manutenção de meninas e meninos na prática da exploração sexual. As cidades tinham índices de desenvolvimento humano considerado dos mais baixos do Paraná, como Diamante D'Oeste que tinha o 19º IDH mais baixo. Também ficavam a cinco, dez, 15 quilômetros de distância da fronteira com o Paraguai, e próximos também à fronteira com a Argentina. Por intermédio do trabalho desenvolvido como profissional do Sentinela e também participando de atividades com o Movimento dos Sem Terra e em comunidades rurais nesta região, pude perceber como era rápido o aliciamento de crianças e jovens para o comércio sexual. Em poucos minutos de conversa, os aliciadores que circulavam por estas cidades convenciam as meninas a entrarem no carro e prometiam trabalho no país vizinho. Os aliciadores diziam que havia pressa e necessidade imediata de contratação para trabalhar em casas de família ou lojas ou como modelos, e assim, muitas meninas e também meninos eram atraídos para as zonas ou boates de comércio sexual. Alguns sabiam de antemão o que era o trabalho, mas a necessidade do dinheiro, mesmo que relativamente pouco, às vezes cinco reais por programa, para eles era uma quantia de dinheiro que permitia comprar alimentos. Algumas mães incentivavam suas filhas a prosseguir na prostituição para subsidiar os custos da casa, mas quando questionadas sobre o ofício da filha ou filho diziam que não sabiam, até porque o favorecimento à prostituição na legislação é considerado crime. Esta era uma das grandes dificuldades para a retirada destes sujeitos da prostituição. O retorno financeiro, por menor que fosse, era fonte de renda da família que vivia em condições precárias de subsistência. Estas experiências não representam a história de todas as famílias, mas, em cerca de 80% das histórias que escutei e tratei como psicóloga durante os atendimentos do Programa Sentinela das meninas e meninos que estavam em situação de exploração sexual, as famílias sabiam de suas atividades. O emprego na região é escasso. O acesso à terra para o agricultor é difícil e depende das condições climáticas para que a safra seja suficiente para movimentar o comércio. Já o comércio ilegal de produtos é uma atração para quem está na região de fronteira. Algumas pessoas se dirigem para esta fronteira para realizar compras porque os produtos são mais baratos que no Brasil.

⁴ Quantia de dinheiro que os municípios e proprietários de terras que foram alagadas recebem como forma de ressarcimento da terra utilizada pela barragem de Itaipu.

Em 1993 criou-se uma comissão parlamentar de inquérito nacional para investigar o tráfico de crianças, adolescentes e mulheres para fins comerciais sexuais. No relatório gerado por esta CPI, verificou-se que a cidade de Foz do Iguaçu é uma das cidades de fronteira em que mais possuem pessoas com estes fins. A OIT, já mencionada, também realizou um estudo em parceria com outras organizações governamentais e não governamentais para conhecer melhor, a problemática. Em 2004 foi assinado um termo de compromisso entre o Brasil, Paraguai e Argentina, para erradicar a exploração sexual comercial infanto-juvenil, através de práticas que acabem com os fatores que propiciam este problema: ações permeadas pela criação de políticas públicas e também contra a miséria. Participei deste momento como profissional do Programa Sentinela.

E foi neste campo que se realizou minha pesquisa. Uma fronteira de margens dissolvidas por pessoas vindas de todas as partes do Brasil, Argentina e Paraguai e de outras partes do mundo como Líbia, Coréia, China, Turquia, entre outros.

Interesse de pesquisa

Nestes caminhos que percorri como psicóloga, ficou a questão que movimentava grande parte de minhas atividades, mesmo após entrar para a docência no curso de Psicologia no início de 2005 na cidade de Cascavel, a aproximadamente 120 km de Foz do Iguaçu, afastando-me da prática profissional terapêutica no programa Sentinela. Como supervisora de estágio em instituições, desenvolvi projetos em Casas de Passagem e Casas Abrigo⁵ na região com alunos de graduação. Nestes locais éramos constantemente tocados por histórias de meninas e meninos que buscavam na fronteira fonte de sobrevivência e manutenção da vida.⁶ Eles não desejavam ficar no abrigo. Preferiam circular pelas ruas da fronteira porque diziam que lá se sentiam mais protegidos e menos marcados pelo olhar das pessoas que não compreendiam suas trajetórias. Eram meninos e meninas que relatavam

⁵ Casas de Passagem são comumente utilizadas para ser local de abrigo temporário de crianças e adolescentes até que medidas de proteção contempladas no ECA sejam realizadas. Caso não haja possibilidade de retorno, a família ou família acolhedora estas crianças e adolescentes ficam então nas Casas Abrigo numa permanência maior e com objetivos diferenciados da Casa de Passagem.

⁶ A média em cada casa, era de 10 meninos e meninas abrigadas. Quem vivia em situação de exploração sexual, diziam em suas histórias que os pais também estavam nas ruas se prostituindo. (dados da pesquisa realizada por estagiários de Psicologia da FAG, que recebiam minha supervisão, entre 2005 e 2007).

que seus pais também vendiam ou emprestavam (como costumavam dizer) seus corpos para a prostituição e também para “carregar” ou levar mercadoria de um lado da fronteira para outro, ou mesmo de Ciudad Del Este para alguma cidade brasileira.

Num dos trabalhos desenvolvidos pelos estagiários⁷ dentro de um abrigo, foi solicitado que os adolescentes tirassem fotos daquilo que o abrigo representava para os meninos e meninas que ali estavam. A máquina fotográfica foi deixada por um dia com elas. As meninas tiraram fotos e significaram aquele momento como a dor de serem deixadas à margem das condições de vida tidas como normais para algumas pessoas, ou da sociedade, como elas costumavam dizer. Diziam que o abrigo era pior do que a rua por representar a morte de si mesmo como sujeito neste mundo. As fotos revelaram isto. Eram fotos tiradas da parte de dentro da churrasqueira que, de acordo com uma das meninas, lembrava a morte ou como ela se sentia sobre sua família. Todos estavam mortos e a ela “restava” conseguir sobreviver no mesmo trajeto. Para ela o abrigo não representava solução porque dizia que os profissionais escolhidos para trabalhar com eles não estavam preparados para ver esta dor e por isto repetiam o que se dizia sobre sua família: que não valia nada, que todos sempre iriam rejeitá-los, que não tinham solução. Esta era uma mensagem transmitida pelas meninas e meninos dos abrigos quando eu circulava por este campo de quinze em quinze dias como supervisora e parava para escutar estes sujeitos. A necessidade de falarem quando lhes era dada esta possibilidade era imensa. Que trabalho a Psicologia poderia realizar neste campo era uma dúvida constante, suscitada pela dificuldade de lidar com as questões institucionais, não só em relação à instituição abrigo, mas a todas as outras que faziam parte da vida deles/delas. Eram histórias de idas e vindas da fronteira no qual estes sujeitos buscavam uma história diferente. Sem possibilidades, retornavam. De acordo com Hélio Silva e Cláudia Milito (1995), que realizaram uma pesquisa etnográfica com meninos de rua na cidade do Rio de Janeiro, os meninos e meninas nas ruas “fazem supor haver liberdade e responsabilidade sobre seus destinos. Essa imagem, se por um lado os desobriga da rotina imposta aos meninos de classe média, por outro lado os vulnerabiliza” (p.165) e desampara.

Minha pesquisa teve como objetivo geral investigar como meninos e meninas que vivenciam a exploração sexual na tríplice fronteira, Argentina, Brasil e Paraguai, significam

⁷ Estagiários de Psicologia da Faculdade Assis Gurgacz: Gisele Bernardi e Jackson Adami

estas práticas em suas trajetórias de vida. Como objetivos específicos busquei analisar narrativas de meninos e meninas que vivenciavam práticas de exploração sexual na Tríplice Fronteira; e as implicações destes lugares na trajetória de vida de crianças e jovens em situação de exploração sexual; além de investigar no relato de alguns profissionais que atuavam na região, no enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil, os motivos para a entrada e permanência de crianças e jovens de exploração sexual. Este último objetivo não foi realizado, já que não consegui falar com nenhum agente de cuidados na Tríplice Fronteira. Os motivos serão explicados no capítulo sobre os caminhos da pesquisa no método.

A partir dessa introdução, a dissertação foi estruturada da seguinte forma: No segundo capítulo, intitulado *Método: os caminhos da pesquisa*, descrevo a escolha da etnografia como um caminho a ser seguido para investigar as trajetórias de meninas e meninos em situação de exploração sexual na Tríplice Fronteira. Descrevo e analiso os riscos de pesquisa num campo aparentemente mais vulnerável pelas fronteiras geográficas e de confronto com a lei.

No capítulo 3 discorro sobre os lugares por onde andei em que a exploração sexual é mais evidente nos três países, e como cheguei aos sujeitos da pesquisa. Apresento também um quadro dos sujeitos entrevistados.

No capítulo 4, intitulado *Entre fronteiras: reflexões*, procurei compreender os territórios que compõem a Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, nos seus aspectos políticos, econômicos e geográficos e, também compreender o território como espaço de análise e as concepções sobre identidade étnica pela diversidade de povos na região. Discuto esta questão com Rita Segato, que argumenta que território é uma “representação que nos representa”. Busco os conceitos de exploração sexual e as reflexões sobre este problema social e as diferenças conceituais sobre tráfico de crianças e adolescentes, tráfico de mulheres e tráfico de pessoas na Convenção de Palermo. Neste mesmo capítulo discuto o sujeito do inconsciente da psicanálise estabelecendo um elo com o sujeito do direito. A satisfação pulsional, a busca da realização do desejo, que muitas vezes entra em choque com os preceitos do direito, e retira do sujeito a possibilidade de resolução de seus conflitos de uma forma mais coerente com sua história. Principalmente

nas relações de crianças como sujeito de desejos e sujeito do direito, concepções conflitantes nas resoluções dos operadores da lei.

No quinto capítulo, intitulado *Histórias que me contaram*, relato as histórias de meninos e meninas que se dispuseram a participar da pesquisa. Realizei esta pesquisa nos lugares que os sujeitos acharam mais adequados à sua segurança. Entrevistei dois rapazes que já não se encontravam mais em situação de exploração sexual e cinco meninas, duas no lago da República no Paraguai e as outras no Brasil, nas ruas ou casas em que moravam ou trabalhavam. Também fui para uma zona de prostituição no Paraguai, no intuito de ouvir as histórias de meninas ou moças (acima dos 18 anos). Em todo esse processo procurei possibilitar um espaço de escuta e deixá-los falar sobre suas vidas por meio da associação livre, sem cortes ou restrições. Não pude gravar as entrevistas em áudio, consegui gravar apenas duas cujas informantes no final me pediram as fitas de volta, por medo de retaliação de seus aliciadores.

No sexto capítulo, intitulado *Reflexões a partir das histórias que escutei*, faço uma análise da situação de exploração sexual e vulnerabilidade humana a partir do entendimento de Judith Butler. Segundo Butler (2006), todos estamos vulneráveis à violência do outro e própria. A autora também discute a valorização de certas vidas em detrimento de outras pelas formas como elas são consideradas em nossa sociedade. Traço um paralelo com as crianças e jovens em situação de exploração sexual, sobre a situação de desamparo, que se exacerba na exposição em que vivem nas ruas. Analiso também o incesto como parte das histórias dos meninos e meninas entrevistados, utilizando os conceitos psicanalíticos de sedução e a posteriori, em suas conseqüências no desenvolvimento psíquico e nos relacionamentos sociais de quem vivencia a violência sexual. Busco compreender as instituições de cuidado à infância e adolescência e as políticas públicas de atendimento aos meninos e meninas, nesses supostos lugares de proteção. Analiso nas histórias contadas, o desejo dos sujeitos de terem uma situação de vida mais confortável financeira e emocionalmente, e a vontade de encontrarem alguém que lhes proporcione esta possibilidade de mudança.

Pesquisa sobre o tema no banco de dados da CAPES

No site da Capes (Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), realizei⁸ uma pesquisa em busca das dissertações e/ou teses existentes sobre o assunto. Com o descritor *exploração sexual de crianças e jovens na tríplice fronteira*, não foi encontrado nenhum trabalho. Com o descritor *exploração sexual de crianças e adolescentes*, foram encontradas 38 teses e dissertações, grande parte oriunda das áreas do Serviço Social e Direito, sendo que apenas cinco eram da área de Psicologia. (Ver quadro I em anexo)

Destas teses e dissertações sobre a exploração sexual infanto-juvenil, algumas chamaram atenção pela proximidade com a minha discussão neste trabalho. Um destes trabalhos foi o de Carla Simone Beuter, de 2005, dissertação de mestrado em Direito da Universidade de Caxias do Sul. A autora fez relação dos temas abuso sexual e exploração sexual porque em suas pesquisas verificou que muitos dos sujeitos que encontrou no comércio sexual tinham histórias de abuso. Ela ressalta que, para uma atuação eficaz, as medidas de enfrentamento dependem da efetivação das políticas públicas e de uma intervenção interdisciplinar.

Adriana Palumbo, no mestrado em Psicologia da UFSC sobre exploração sexual infanto-juvenil, discute as trajetórias das meninas que fazem ponto na cidade de Lajes/SC, buscando analisar os significados que atribuíam às suas práticas e vivências inclusive com as instituições protetoras.

Outra dissertação de mestrado em Psicologia, de Fernanda Silvério de Faria de 2005, realizada na PUC de Goiás, desenvolveu uma pesquisa qualitativa de base fenomenológica por meio da técnica do desenho de família com estória, investigando crianças vítimas de abuso sexual que eram atendidas no Programa Sentinela. A análise dos resultados confirmou o que muitas pesquisas indicam: O abuso sexual provoca sentimento de falta de proteção familiar e medo de reincidência do abuso.

⁸ Acesso em 08 de dezembro de 2008.

A tese de Josely Rimoli intitulado, “Do Direito à delicadeza: Crianças e Adolescentes livres da exploração sexual” pretendeu responder à seguinte pergunta: “Qual o arranjo de eixos organizacionais e ações de intervenção a serem implantados, a nível municipal, para a prevenção, cuidado e proteção de crianças e adolescentes vulneráveis ou em situações de explorações sexuais, tendo como referência a cidade de Campinas, SP, Brasil?”. Este trabalho priorizou as discussões acerca da subjetividade das crianças vitimizadas e da equipe profissional e apontou para este eixo como norteador das discussões.

A dissertação da UERJ de autoria de Kássia Cristina Freire da Rocha (2005) debateu a exploração sexual de crianças e adolescentes como uma expressão social, e retoma o aparato jurídico-político do enfrentamento. Este trabalho da área do Serviço Social discute as políticas que pautam as ações e as discussões que, segundo a autora, ganharam força a partir da eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Outro trabalho de 2005, intitulado "O lado duro da vida fácil: a exploração sexual de meninas adolescentes da periferia de Fortaleza-CE e o resgate da cidadania", teve como objetivo compreender o significado de ser menina adolescente e viver em situação de prostituição num bairro de periferia da cidade. Nesta dissertação, a discussão gira em torno das inúmeras causas que possibilitam a entrada e permanência de meninas na prostituição. A autora discorre sobre a possibilidade de governo e sociedade civil promoverem uma educação emancipadora, para que estas meninas possam tomar consciência de si mesmas como seres pensantes e ativos neste mundo. De certa maneira sustenta a idéia do protagonismo juvenil, proposta em discussões governamentais sobre a situação de exploração sexual e violências. Posição que deve ser analisada com cautela, já que aderir à concepção de protagonismo pode levar ao muito trilhado caminho de responsabilizar o sujeito individual pelos sucessos ou problemas de sua trajetória pessoal, minimizando a importância das condições sociais que o condicionam.

Estudos de 2006 e 2007 tiveram como ponto central das discussões as políticas públicas e as ações governamentais no enfrentamento da exploração sexual. Há sempre um alerta para que a comunidade e os poderes judiciário, legislativo e executivo apliquem as medidas previstas para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

Com o descritor *prostituição na fronteira* (ver quadro II em anexo), foram encontrados nove trabalhos. Nenhum deles referente às fronteiras do Brasil com outros países, mas sim à fronteira vista em contextos urbanos como território e espaço geográfico delimitando espaços e pessoas. Os trabalhos tratam também das fronteiras do corpo, das fronteiras da lei, entre o moral e o imoral.

Várias pesquisas apontam a relação entre abuso sexual intrafamiliar e exploração sexual⁹. Porém percebe-se que parte destas publicações ocorreu após a década de 90, mostrando que antes da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes era restrito nas pesquisas. Isto também foi percebido na pesquisa no campo de dados da CAPES, mostrando que pesquisas sobre esta temática ocorreram com mais intensidade a partir da década de 90 e principalmente nos últimos cinco anos. Muitos destes estudos estiveram centrados, assim, na análise das legislações protetivas, sua aplicação, sua efetividade. O tema da família tem destaque nas pesquisas, assim como a análise das instituições de cuidado e proteção às crianças e adolescentes.

⁹ (BEUTER, 2005; COHEN, 1992; ABRÁPIA, 1992; AZEVEDO e GUERRA, 1997; DIMENSTEIN, 2004; DOBKE, 2001; FAIMAN, 2004; FALLEIROS, 2000; FARINATTI, 1993; FORWARD e BUCK, 1989; FURNISS, 1993; CAMINHA, 1998; ROSÁRIO, 1998).

2. MÉTODO: OS CAMINHOS DA PESQUISA

Para compreender as trajetórias de meninas e meninos nos caminhos da exploração sexual comercial, e como significaram estas práticas em suas experiências de vida, o caminho escolhido para a pesquisa foi o da etnografia. Esta forma de pesquisa é de meu interesse já que se relaciona com as experiências anteriores de meu itinerário profissional, àquelas em que estive inserida por oito anos e que ainda me intrigam. Mesmo antes de fazer a seleção de mestrado na UFSC, já tinha um diário de campo no qual relatava algumas vivências profissionais com meninos e meninas que estavam em condições de exploração sexual e também em abrigos de proteção mantidos pelo governo.

Discorrer sobre os espaços em que circulam estas crianças e jovens, suas experiências, o visto, o dito e o não dito são formas de conhecer a fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai, nas características que lhe são próprias. A pesquisa etnográfica como uma forma de aproximação do campo que possibilite ao pesquisador conhecer os sujeitos em seus lugares de convivência, permite realizar uma dupla tarefa de compreensão de dois universos de significação, e possibilita o esforço de distanciamento do que parece familiar procurando a familiarização com o que se apresenta como diferente e exótico (DAMATTA, 1987, VELHO, 1978).

Roberto DaMatta (1987), quando discorre sobre o sentido do familiar e do exótico como complexo, diz que a postura do pesquisador em relação àquilo que lhe parece conhecido ou desconhecido pode contribuir na seleção de informações que julga importantes. Ressalto isto porque o campo escolhido para a pesquisa me é de certa forma familiar, pelo trabalho desenvolvido em programas de atendimento a crianças e adolescentes por outro lado o lugar do qual falarei ou para o qual olharei será outro, por ser um momento diferente e pela minha posição atual de pesquisadora.

Durante toda a pesquisa procurei seguir alguns dos pontos apresentados na “agenda para jovens pesquisadores” por Marisa Vorraber Costa (2002, p.151 e 152),

Pesquisar é uma aventura, seja um bom detetive e esteja atento a suas intuições! Pistas, intuições, suspeitas, dúvidas merecem ser objeto de atenção e não deveriam ser descartadas sem antes perscrutar-se cuidadosamente várias possibilidades de conectá-las com aquilo que se deseja investigar”(…) “achados

e resultados de pesquisa são parciais e provisórios. Não tenha a pretensão de contar a verdade total e definitiva. A cartografia total de uma idéia ou problema vem se mostrando impossível. Parece que não existe a possibilidade de mapear todas as alternativas de configuração de um campo. As constantes reformulações de teorias consagradas estão a indicar que isto se verifica mesmo nas áreas de pesquisa em que o controle experimental é mais rígido e metucioso. Assim, como a contingência parece ser nosso limite, abdicar à pretensão de totalidade também significa admitir e aceitar a provisoriedade do conhecimento.

A autora questiona a “quimera da neutralidade da pesquisa”, no qual devemos perguntar, o tempo todo, que jogos de poder dirigem nossas ações e reflexões, a quem servimos em nossas pesquisas. Estas questões foram o ponto de partida em meu trabalho de campo.

A experiência como ponto de partida... e de chegada

A escolha de metodologia qualitativa de pesquisa se relacionou à possibilidade de considerar as experiências anteriores que tive como psicóloga do Programa Sentinela, de Casas Abrigo e Passagem¹⁰, nas comunidades desenvolvendo projetos com mulheres e adolescentes, nos atendimentos em unidades básicas de saúde e hospitais da região oeste do Paraná e como professora e supervisora de estágios na área institucional de atendimento a violências contra crianças e adolescentes, em instituição de Ensino Superior daquele estado, considerando, os lugares por onde andei, a experiência, como instrumento para apropriação de conhecimentos na área de pesquisas é um tanto paradoxal, pelo risco de essencialização e de verdade que podemos inferir nos discursos dos sujeitos que nos falam e em nossa própria fala.

Joan Scott faz uma reflexão sobre a experiência como forma de tomada da realidade, em pesquisas realizadas por historiadores. A autora discorre sobre a reflexão de Delany, que conta sua experiência numa sauna gay, em que foi tomada pelo espanto ao ver massa de corpos masculinos espalhados pelo recinto, e de como este seu olhar pode

¹⁰ Casas de Passagem: casas que abrigam crianças e adolescentes por curto período. De acordo com alguns regimentos das casas, estas crianças e adolescentes deveriam permanecer por 24 ou 42 horas no máximo até que se encontre a família de origem, família acolhedora ou abrigo com características diferenciadas para acolher respeitando-se a garantia de direitos.

carregar um senso de poder político. Relatar aquele momento propiciou o desvelamento de suas atividades pessoais e políticas. E Delany reflete que,

(...) o conhecimento é alcançado através da visão; a visão é uma apreensão direta, imediata de um mundo de objetos transparentes. De acordo com essa conceitualização, o visível é privilegiado; o ato de escrever é, dessa forma, colocado a seu serviço. Ver é a origem do saber. Escrever é reprodução, transmissão – a comunicação do conhecimento conseguido através da experiência (visceral, visual) (Delany, apud Scott, 1999, p.24).

Entretanto, para a Scott, precisamos tomar cuidado com a forma em que tornamos visíveis nossas experiências ou a dos outros através de seus depoimentos. Tornar visível a experiência poderá impedir a análise do “sistema e de sua historicidade, ao invés, reproduz seus termos” (SCOTT, 1999, p.27). Alguns autores postulam que não há nada mais verdadeiro do que o indivíduo falando de sua experiência, mas esta concepção é justamente o que enfraquece a análise caso não considere a historicidade e outras questões que atravessam estes discursos.

(...) não são os indivíduos que tem experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. Esse tipo de historicização representa uma resposta aos/às muitos/as historiadores/as contemporâneos/as que argumentam que uma “experiência” sem problematização é o fundamento de suas práticas; é uma historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria “experiência.” (SCOTT, 1999, p.27 e 28)

Quando falo em minha experiência como profissional e das várias histórias que me acompanharam neste processo, pretendo aqui também fazer uma reflexão sobre as práticas que significaram minhas atividades ao longo deste percurso. Acredito que muitas ações minhas e de meus colegas foram problemáticas e revestidas do discurso do poder do Estado sobre as crianças, adolescentes e suas famílias, sem considerar que isto poderia representar uma nova violência fantasiada de atendimento. A experiência etnográfica de fronteira, como posta no título deste trabalho, remete a esta idéia de trazer as minhas experiências no campo não apenas como reprodução do visto e do vivido, mas num movimento de reflexão e análise. Corro o risco de simplificar estas experiências em minhas interpretações sobre

aquilo que foi dito, mas são os riscos da pesquisa. Como salienta Joan Scott (1999) sobre os riscos da interpretação da experiência, expondo o que Foucault entende sobre genealogia:

Se a interpretação fosse a lenta exposição do significado escondido em uma origem, então apenas a metafísica poderia interpretar o desenvolvimento da humanidade. Mas se interpretação for a apropriação violenta ou sub-reptícia de um sistema de regras, que em si não possui um significado essencial, com o objetivo de impor-lhe uma direção, de curvá-lo a uma nova vontade, de forçar sua participação em um jogo diferente, e de sujeitá-lo a regras secundárias, então o desenvolvimento da humanidade é uma série de interpretações. O papel da genealogia é o de registrar sua história: a história das morais, dos ideais, e dos conceitos metafísicos, a história do conceito de liberdade ou da vida ascética; visto que essas histórias estão suscetíveis ao aparecimento de diferentes interpretações, deve-se fazer com que pareçam como eventos no palco do processo histórico. (FOUCAULT apud SCOTT, 1999, p.47)

Entretanto, penso também a experiência pelo viés da psicanálise, em que transferência e resistência estão presentes nos discursos enunciados. A proposta é captar algo da experiência nas falas das meninas e meninos em situação de exploração sexual que permita desvelar os fios que compõem suas trajetórias até a Tríplice Fronteira.

O começo

Minha história com trabalhos de prevenção e combate à exploração sexual infanto-juvenil teve início na época da faculdade na Universidade Estadual de Maringá, quando escolhi o tema abuso sexual de crianças e adolescentes para desenvolver nas disciplinas de licenciatura, no estágio de docência. Isto ocorreu no ano de 1997. Foram realizados alguns encontros com alunas do magistério e na época o que estranhei era o número de mulheres que após os encontros vinham contar que haviam sofrido abuso sexual quando criança. Depois de graduada em Psicologia, comecei a trabalhar numa escola na cidade de Camboriú com a disciplina de Filosofia. As turmas para a qual lecionava eram de 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries do Ensino Fundamental. Nesta época dois irmãos (uma menina e um menino) de uma destas séries, chamaram minha atenção pelo comportamento considerado rebelde na escola. Faltavam muito as aulas e quando compareciam estavam sempre sonolentos. Em uma discussão da turma, os colegas destes irmãos contaram que os dois ficavam desenhando cenas de atos sexuais e falando disto com os outros. Em conversa com a menina, soube que ela, aos 12 anos, estava se prostituindo (segundo ela, a pedido dos pais)

para ajudar no sustento da família e que o irmão mais velho exercia esta atividade também havia algum tempo. Eles choraram muito ao contar esta história, entretanto, a história da família permitia que esta condição perdurasse por muito tempo. Eles tinham muitos irmãos e a mãe precisava cuidar dos menores, o pai era alcoolista e não ajudava nas despesas da casa, além de ser autor de violência sexual contra as meninas.

Na mesma época comecei a trabalhar no Programa Sentinela em Camboriú. O turismo na região é muito forte, atraindo pessoas de todos os lugares do Brasil e também da Argentina. O local onde o Programa Sentinela estava instalado ficava num bairro que crescera às margens da BR 101, sem muitas condições de saneamento básico. O bairro era povoado principalmente por pessoas vindas do Paraná ou da região oeste de Santa Catarina para trabalhar na temporada de verão em Balneário Camboriú. Muitas delas acabavam ficando na cidade. O bairro era conhecido por ser muito populoso e com situações de violências que assustavam os moradores da região. Quando iniciei minhas atividades como psicóloga do Programa Sentinela, não imaginava a dimensão dos casos de abuso e exploração sexual que iria encontrar, muitos deles, casos de incesto. Foram mais de cem casos atendidos no estado de Santa Catarina. Algumas histórias tiveram um significado diferente na compreensão das atuações dos profissionais nesta área. Considero alguns casos mais emblemáticos tanto para tratar do tema da família como das instituições. Eram histórias de variadas formas de violências, de filhos nascidos de relações incestuosas, de famílias desfeitas em função das violências, e filhos e filhas que se sentiam culpados/as por este desfecho. Alguns casos especialmente chamaram minha atenção e da equipe multiprofissional. Vou resumi-los brevemente.

O primeiro que atendi era de uma menina que foi abusada sexualmente pelo pai por seis anos, dos cinco aos 11 anos. A mãe tinha o conhecimento da situação, porém, sua relação com o marido e com as crianças não era muito afetiva. A menina contou que, quando ela estava com 10 anos, sua mãe tentou enforcá-la culpando-a por toda a situação de incesto que ocorria. O pai abusava dela e do irmão e levava outras mulheres para dentro da casa mantendo relações sexuais com elas na frente das crianças, fazendo-as participar dessas práticas sexuais. Após gravidez desta menina numa relação incestuosa o conselho tutelar entrou em ação e destituiu o pátrio poder e o pai foi para a prisão. Entretanto o que mais chamou minha atenção neste caso foi o fato desta menina ter sofrido outras formas de

violência dentro das instituições de cuidado. O comportamento desta menina era tranquilo dentro do abrigo, mas ela era vista como perigosa pelos educadores porque já “sabia sobre o sexo” e poderia influenciar negativamente outras crianças. Era separada do grupo e na escola era chamada de “vagabunda” pelos colegas. Os professores diziam que ela tinha um comportamento normal, como de qualquer outra criança, mas, como a história do incesto correu pela comunidade, pais e colegas a viam como “suja, perigosa”. A marca do incesto e da violência que ela vivia dentro da instituição de cuidado fazia com que a menina desejasse não ter rompido a situação de segredo e pudesse retornar à sua família. Esta história de vida fez com que eu começasse a questionar os supostos lugares de proteção e das ações dos agentes de cuidado.

Outra história foi o de uma menina e de seus dois irmãos menores que foram abusados pelo pai, além deste usar a filha para comércio sexual em troca de um cigarro, ou bebida. Quando o pai marcava um programa pedia para que a mãe fosse no mercado ou dar uma volta no centro da cidade. A mãe tinha problemas epiléticos e tomava medicações que a deixavam sem reações frente à violência cometida pelo marido contra as crianças, e muitas vezes, contra ela mesma. O pai também foi preso e as crianças foram levadas para abrigos. A mãe cometeu suicídio tomando veneno para ratos. Como os meninos eram mais novos, tinham menos de 10 anos, foram para um abrigo de crianças, e esta menina foi para um abrigo de adolescentes. Esta separação foi muito violenta e todas as tentativas de adoção que não incluíssem os três irmãos acabavam fracassando. A menina no abrigo de adolescentes chorava muito e não suportava a dor da separação dos irmãos. Esta menina também era separada do resto do grupo no abrigo por ser considerada muito experiente sexualmente. Seu sonho era ter sua mãe de volta e poder cuidar dos irmãos.

Um menino de aproximadamente 12 anos fazia programas para ajudar no orçamento da família. A mãe era portadora de um câncer e não podia mais trabalhar. Nem conseguia sair de casa. Um senhor aliciou o menino para o comércio sexual e lhe dava muitos presentes. A mãe achava que o menino trabalhava na construção civil e aceitava o que ele trazia para dentro de casa, achando que comprava com o ganho de seu trabalho. A história deste menino mostra que contrariamente ao que pensamos sobre o abuso e a exploração sexual, os meninos também não estão protegidos em casa ou nas ruas. Eles são alvos fáceis para aliciadores. Percebi em minhas atividades como psicóloga do programa mais meninos

em situação de exploração sexual do que meninas. Isso não reflete os números das estatísticas, pela dificuldade em visualizar estes fatos e por eles permanecerem na esfera do privado.

Relatei estes três casos, mas outros tantos foram significativos para compreender o quadro de violências que atingem crianças. A retirada de crianças de seus lares violentos não assegura proteção e bom desenvolvimento. A sociedade, muitas vezes mobilizada com os casos de incesto e outras violências contra a criança, não consegue esconder o pânico de ter próximo de seus filhos crianças que já foram iniciadas sexualmente. O olhar da sociedade sobre a criança que tem em sua história o peso de uma violência sofrida, principalmente na esfera sexual, é muitas vezes tão ou mais violento do que o primeiro ato.

Em 1919, no artigo intitulado “Uma criança é espancada”, Freud trata da fantasia ligada à satisfação pulsional de lembranças do espancamento. São reminiscências carregadas de vergonha e culpa, principalmente quando há satisfação e excitação na lembrança do espancamento, de ver outra criança sendo espancada. Nesta idéia reside o desejo de que o pai “odeia a criança que está sendo espancada e ama a que não está sendo”. Neste importante artigo, Freud desenvolve a questão das marcas psicológicas que ficam como conseqüências da lembrança do espancamento. Experiência de rememoração que, se de início tem outra criança como protagonista da cena, *posteriormente* è significada como tendo sido uma experiência própria, era o próprio sujeito a criança espancada. A concepção do *a posteriori* é fundamental na psicanálise. Diz respeito à significação das vivências singulares de cada um posteriormente, no agora, na cultura.

Esta questão é importante para compreender o processo pelo qual passam crianças que sofrem violência sexual e a própria dificuldade de serem vistas pelos outros como portadoras desta marca. O significado dado pela sociedade para o ato do pai, da mãe ou do responsável pela violência é, muitas vezes, mais devastador para a criança. Neste artigo Freud mostra como circunstâncias particulares das pulsões sexuais podem ser capazes de derrotar as intenções e de forçar sua representação por formações substitutivas de natureza perturbadora. Nesse sentido, a sexualidade infantil que é mantida sob repressão atua como a principal força motivadora na formação de sintomas e a parte essencial do seu conteúdo, o complexo de Édipo, é o complexo nuclear das neuroses.

Os atendimentos psicológicos e outras atividades profissionais ligadas ao programa desencadearam em mim o desejo de pesquisar este tema. Os atendimentos eram realizados com orientação psicanalítica. A escuta do que estas crianças tinham para dizer sobre suas histórias e a sua dor foram fundamentais para tentar ajudá-las na superação ou nas formas de lidar com os problemas. Escutar e realizar o atendimento, principalmente através do brincar, sem julgamento de valor, sem cortes, conforme o preconizado pela psicanálise, foi essencial para o trabalho de levar as crianças a terem ainda possibilidade de amar, realizar suas atividades e conseguirem prosseguir com suas vidas. Ressalto a importância do espaço de escuta dado para a criança, e também para a família, em situações de violências. Os atendimentos não podem estar carregados dos preconceitos existentes na sociedade, do contrário prejudicamos aqueles a quem devemos prestar tratamento psicológico. Entretanto, mesmo com todo o treino e o conhecimento da psicanálise, penso que não sai ileso destas experiências de escuta. Minha contratransferência em relação aos casos foi o desejo de buscar ação nas políticas públicas de proteção integral à infância, já que em muitos casos de violência tratados, as situações de miséria, desemprego, dificuldades de acesso aos serviços públicos, foram uma constante.

Estas histórias de vida também me fizeram pensar que a concepção de família como lugar de cuidados e proteção em alguns casos é uma ilusão. Este ideal de família cristã, de ternura, afeto e cuidado, que cerca o simbólico que nos constitui como sujeitos não faz parte da realidade de algumas pessoas, como se verifica nos consultórios de psicologia ou psiquiatria, nos serviços terapêuticos institucionais, ou em alguns noticiários e conversas de vizinhos. Repetidamente escutamos que a família está mudando, que está perdendo seus valores. Mas a idéia de família que temos, como “adequada, estruturada”, é histórica e está amarrada aos ideais da família nuclear burguesa que, se na modernidade se constituiu como um *tipo ideal*, não foi sempre a norma conforme nos mostrou Phillippe Áries nos anos 70, em seu estudo sobre a História Social da Infância e da Família. Este autor pesquisou a construção da categoria de infância e verificou que até meados do século XVI esta fase da vida não se constituía como um lugar de cuidados e ingenuidade. Somente entre os séculos XVII e XVIII é que a infância começou a existir como uma fase distinta do período da vida adulta. Antes disto, as crianças da aristocracia cresciam muitas vezes longe de suas mães biológicas, e eram alimentadas e cuidadas por suas amas de leite, ou por outras mulheres

que exerciam esta função. Caso as crianças resistissem com vida aos primeiros anos, retornavam ao lar até serem enviadas para tutores. O índice de mortalidade era altíssimo e talvez isto justificasse em parte o desapego de muitos pais a prole.

O amor materno como algo incondicional e inquestionável, como discurso que naturaliza o amor materno, é um mito, como nos aponta Elizabeth Badinter (1985). Segundo esta autora o “amor materno seria uma constante transistórica”(p.86). Mesmo muitas mulheres tendo condições físicas e financeiras de cuidar de seus filhos, não o faziam, livrando-se deste “fardo” pela entrega do recém-nascido aos cuidados das amas de leite. Em alguns casos, apenas o primogênito era objeto de seus cuidados, porque ele seria o sucessor direto das responsabilidades financeiras paternas. Os cronistas e artistas de meados do século XIV e XV não falavam em mães dedicadas. A maternidade não estava em moda. Para Badinter, as crianças morriam pelo desinteresse dos cuidados maternos e paternos ou, ao reverso, o excessivo número de mortes fazia com que os pais desenvolvessem pouco apego pelos filhos (na época, o campo da microbiologia não havia se constituído).

As histórias das famílias atendidas pelo Programa Sentinela mostrassem que o amor materno e paterno não é inerente a todos que têm filhos. O horror que a sociedade demonstra quando observa os casos de violência familiar reside nesta idéia de que o suposto lugar de proteção exposto socialmente como responsabilidade da família é um mito e que situações de violência estão presentes nas famílias muito mais que se pensa.

Os problemas econômicos afetam as famílias brasileiras. Em alguns destes casos em os pais têm dificuldade de manter seus filhos, o que se observa é a circulação de crianças, como apresentada por Cláudia Fonseca (2006), em que as famílias que não possuem condições de cuidar de sua prole pedem a uma outra que realize estes cuidados. Uma criança é cuidada por uma vizinha, pela avó ou tia que possui mais condições de mantê-la financeiramente e/ou afetivamente. As instituições de cuidado e a intervenção do Estado no cotidiano familiar mostram o quanto a prática de circulação ou de repasse da responsabilidade maternas e paternas é comum entre famílias que têm dificuldades no seu sustento. Glacy Queiroz de Roure (2001, p. 193), afirma que “há um esvaziamento da função social e simbólica da instituição família a partir do qual os papéis de seus membros são deslocados e ressignificados” e isto ocorre principalmente pelas mudanças

socioculturais e econômicas em que o consumo (BAUDRILLARD, 1995) faz como forma de obtenção da satisfação pulsional do sujeito.

A violência familiar ocorre em qualquer estrato social. Porém, nas camadas menos favorecidas economicamente, a situação é mais visível pela intervenção do governo e porque a arquitetura das casas, mais expostas ao público, facilita estes acessos. Estas condições podem propiciar o agravamento da vulnerabilidade humana e expor as pessoas mais facilmente aos problemas sociais.

O risco reside em acreditar que a pobreza tenha o mesmo significado em todas as partes do mundo, sem considerar as características das populações e as etnias distintas. Falar que uma família é desagregada ou desestruturada, pode simplesmente significar o estranhamento causado por uma forma de organização diferente dos costumes de uma certa cultura. A pobreza é vista em geral como privação de acesso a bens de consumo e resulta em exclusão. Porém, os ‘pobres’ tem suas estratégias de sobrevivência que podem diferir dos modelos, de família inclusive, considerados como “normais”, “estruturados”. O certo é que pela própria arquitetura dos lugares e das casas em que algumas pessoas consideradas pobres vivem, a vulnerabilidade pode ser maior. O privado se torna mais público frente a impossibilidade de manter a privacidade. As classes dominantes instituem modelos que não correspondem necessariamente à melhor forma de estratégia de sobrevivência para as camadas populares. Como aponta Claudia Fonseca:

Há séculos, o discurso das classes privilegiadas sobre o comportamento dos pobres oscila entre compaixão e a condenação indignada. Enquanto os etnólogos vão longe para encontrar povos exóticos, cujo estudo nos ensina “verdades fundamentais do homem”, os costumes dos nossos pobres são considerados para facilitar intervenções educativas (para “ajudar” ou “recuperar”). Em nossas favelas, raramente reconhecemos uma cultura digna de interesse quando não há um distanciamento étnico (ciganos, negros, etc) ou histórico (os quilombos do século XVIII). Por mais que se admita que “eles”, os pobres nos seus guetos, sejam nitidamente diferente de “nós”, esta diferença é interpretada como forma degenerada ou patológica da nossa organização social, ou seja, a das classes dominantes. Para falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos tais como “ritos agonísticos”, “sociabilidades tribais” e “famílias consanguíneas”. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como “violência”, “promiscuidade” e “famílias desestruturadas”. Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos (2004, p.10).

Fonseca nos convida a olhar para o universo simbólico de nossa pesquisa, compreendendo as dinâmicas dos grupos, das pessoas envolvidas no processo. Olhar de forma realista para as diferentes culturas, na pretensão de “criar vias de comunicação mais eficazes”. Esta é uma tarefa árdua e um trabalho complicado para ser feito. O risco de relativizar de uma forma simplista é sempre o maior risco de qualquer pesquisa, principalmente quando nosso tema é tão complexo como o da exploração sexual infanto-juvenil. Maior que os riscos inerentes a este tipo de pesquisa é o risco de cair em lugares comuns na análise. A partir de agora começo a descrever minha passagem pelos locais de exploração sexual no qual encontrei crianças e jovens.

A entrada no campo

O início da pesquisa de campo ocorreu no dia 13 de dezembro de 2007 e seu final no último dia do mês de julho de 2008. Ao todo, foram percorridas oito cidades da região de fronteira. No Brasil, seis cidades foram foco da pesquisa, pela proximidade com a fronteiras com o Paraguai e Argentina. Santa Helena, Diamante D’Oeste, Medianeira, Matelândia, Cascavel e Foz do Iguaçu. Na Argentina, Puerto Iguassu e no Paraguai, Ciudad Del Este.

Os três municípios – Foz do Iguaçu, Puerto Iguassu e Ciudad Del Este, que fazem a fronteira entre os três países, foram objeto de análise no capítulo dois. Os outros municípios que percorri, descrevo abaixo conforme fui prosseguindo em minha entrada no campo.

Riscos na pesquisa

**“Corro perigo
Como toda pessoa que vive
E a única coisa que me espera
É exatamente o inesperado”**

(Clarice Lispector)

A escolha do local de pesquisa foi intencional, pelas características já descritas no capítulo sobre esta tríplice fronteira – Argentina, Brasil e Paraguai. Entretanto é um local de

riscos primeiro porque é um lugar de passagem para muitas pessoas que ali transitam, e sendo uma fronteira conhecida por várias transgressões à lei, como tráfico de armas, de drogas, de mercadorias, de pessoas, de crianças e de mulheres. Disputas territoriais pelos brasiguaios, brasileiros que possuem terras no Paraguai, nesta região de fronteira e que são alvos de alguns ataques e conflitos são freqüentes. Alguns paraguaios desejam recuperar as terras para os povos deste país. A Polícia Federal age intensamente nesta região, porém seus esforços não conseguem atingir todo o espaço. O controle da região fluvial, principal marca da divisão entre países torna este lugar vulnerável.

O risco da pesquisa refere-se à dificuldade de entrar em contato com pessoas que transitam em terreno de fronteiras¹¹ com a lei. Apesar do conhecimento de todos/as sobre crianças e jovens em situação de exploração sexual, quem se alimenta deste mercado toma alguns cuidados para que não haja possibilidade de condenação caso sejam pegos em flagrante delito. Também é conhecido de todos/as a participação de pessoas de elevada situação econômica e mesmo política no uso destas crianças para satisfação de seus desejos sexuais. Festas, orgias em chácaras são de conhecimento público e algumas foram parar nos noticiários envolvendo políticos e donos de fazendas. Mas a condenação nestes casos é precária. Isto remete a história de um conhecido fazendeiro e político desta região, que havia assassinado uma garota de 16 anos e pagava pelo seu crime com serviços na Casa de Idosos de um município. O seu crime envolvia o abuso sexual de uma menor, além do assassinato desta. O pagamento com serviços comunitários provocou estranhamento a todos/as, mas ninguém tinha “coragem” de questionar por medo de retaliação. Todos na região comentavam o abuso de poder. Quando chegava à secretária de Ação Social do município para assinar papéis com a assistente social (procedimento necessário para continuar em liberdade), todos cumprimentavam-no como um respeitável cidadão. Nesta região, o coronelismo parece muito forte ainda nos tempos atuais. Enquanto ali residia, vi e ouvi ameaças para quem ousasse questionar os crimes dos fazendeiros e políticos importantes da região. O “voto de cabresto” por exemplo, era uma prática comum. Muitos vendiam seu voto a troco muitas vezes de proteção. Algumas meninas e meninos que atendi na região reclamavam que tinham que pagar com serviços sexuais, para não serem

¹¹ Pessoas em situação ilegal, que utilizam documentos falsos para ter sua identidade resguardada. Que cometem delitos e exploram crianças e adolescentes para o sexo.

delatados ou mesmo apanharem dos policiais. Alguns policiais eram vistos seduzindo menores de idade publicamente. Mesmo nos casos em que o Programa Sentinela atendia ao abuso sexual praticado por policiais contra as meninas, a dificuldade que se apresentava era de obter provas que possibilitassem a abertura de um inquérito. Para tanto, seria necessário que houvesse interlocução do Ministério Público para iniciar o processo de investigação, já que nestes municípios pequenos não haveria possibilidade de denunciar os policiais a eles próprios.

A polícia do Paraguai também é conhecida na região por atrocidades e abuso de poder. Em todo o momento da pesquisa, preocupei-me em permanecer longe dos mesmos. Seria muito difícil explicar a esta polícia que estava fazendo uma pesquisa sobre exploração sexual de crianças e jovens. Além disto, os horários em que estive na região de fronteira eram noturnos. Nestas horas de “escuridão” vi tráfico de drogas, praticados abertamente nas praças, ruas e avenidas principais de todas as cidades em que estive. A proximidade do tráfico de drogas e exploração sexual é muito comum. Numa destas idas ao Paraguai, um menino de aproximadamente 11 anos oferecia serviços sexuais ao meu guia, quando o questionei porque ele estava na rua àquela hora, ele ofereceu drogas, perguntou se não queríamos craque que ele sabia onde encontrar. Por fim, ele pediu comida porque estava visivelmente com fome, mas ele também pediu dinheiro, provavelmente para também fazer uso da droga que ofereceu encontrar: o craque.

Outros riscos oferecidos pelos horários em que cruzei a fronteira, era de assaltos e outras formas de violências. Quase toda a pesquisa de campo foi realizada a pé, caminhando. Achava mais seguro do que entrar em táxis desconhecidos. Passei as pontes da Amizade no Paraguai e Tancredo Neves na Argentina a pé e muitas vezes durante a noite. De qualquer forma senti muito medo. Passamos na ponte sozinhos, somente eu e meu guia, vigiados pela lua cheia que nos acompanhou em várias destas travessias. Uma estratégia utilizada para evitar o perigo foi não irmos dias seguidos para não ficarmos marcados pelas pessoas da região. Ficávamos dois dias em cada região e seguíamos para outra cidade, outro país.

Apesar dos cuidados, numa das idas à Argentina, ficamos, eu e meu guia, absortos em conversas com as pessoas de Puerto Iguassu e observando as crianças que transitavam pelas ruas, vendendo objetos e pedindo dinheiro quase o tempo todo para os turistas e passamos

do horário de retornar ao Brasil. As conduções para o lado brasileiro encerravam-se as 19:00 horas. Naquele dia não havia levado dinheiro suficiente para dormirmos em algum hotel na Argentina, além do que tínhamos informado na passagem pela aduana apenas um dia de permanência no país.

Resolvemos passar a pé, já que não havia mais condução para o Brasil, porém havíamos sido informados que provavelmente haveria alguma condução que passaria pela ponte. Já era próximo das 22 horas quando atravessamos a ponte internacional Tancredo Neves e nunca havia percebido que a distância era tão longa quando a realizava de ônibus. Senti muito medo e durante todo tempo fui tranqüilizada pelo meu guia que tentava me acalmar. Não havia mais como voltar para trás, mas a escuridão - mesmo com lua cheia - e a floresta que nos cercava além da estrada davam um ar assustador ao local. Meu guia lembrava que este sentimento de medo que estávamos tendo era o que passavam muitas meninas e meninos que viviam nas ruas. Uma das frases que mais marcou nossa travessia era a de meu guia, dizendo para que eu não olhasse para trás, porque quem olhava para trás o tempo todo atraía os assaltantes, eles poderiam saber que estávamos com medo. O ideal seria parecermos malucos porque um casal àquela hora caminhando na estrada não poderia ser outra coisa, ainda mais vestidos de preto.(estava frio e coloquei um casaco preto, e estava com calça jeans preta e tênis preto) “Quem olha para trás morre primeiro nos filmes”, ele dizia, mas era inevitável tentarmos nos certificar se éramos seguidos ou não, naquela escuridão e vazio da estrada e da ponte. A passagem de pedestres na ponte apresentava problemas estruturais, algumas partes estavam quebradas e caindo, tendo apenas o rio abaixo sem nenhum aparato de proteção. Tivemos que caminhar pela estrada onde carros passavam em alta velocidade (talvez preocupados com assaltos). Quando chegamos do lado brasileiro meu guia sentou num gramado e chorou. Estava apavorado, mas não queria me passar medo. Uma semana antes uma turista catarinense havia sido assassinada nesta mesma ponte por garotos menores de 18 anos, quando estava tirando fotos no rio. Eles mataram a turista para pegarem a câmera fotográfica que ela portava. O guia me contou esta história após a passagem. Esta experiência e outra de ter entrado numa zona de prostituição no interior de Ciudad Del Este no Paraguai, num táxi sem velocímetro e sem cinto de segurança, foram as situações que me deixaram com maior sensação de insegurança.

Não acredito que existam lugares de proteção. Mas obviamente alguns representam mais riscos. A arquitetura do medo, com seus carros blindados, suas cercas elétricas, seus policiamentos, suas câmeras de vigilância nos fazem sentir uma segurança paradoxal. Estamos envolvidos nesta arquitetura que impede, mas não assegura nossa proteção. Viver é um risco, como dizem as pessoas nas ruas. A escuridão, as ruas das cidades, são fatores que propiciam maior sensação de insegurança. Representam um risco ao pesquisador que se encontra em campo. Porém qualquer forma de pesquisa, qualquer forma de interação pode nos levar a um risco. A vida é feita disto, de interações. Neste sentido é que não me privei de correr estes riscos.

Entretanto, um dia antes de minha ida à região da Tríplice Fronteira aconteceu uma situação que fez com que eu ficasse mais precavida ou previdente no campo. Recorro a meu diário de campo para explicar melhor a situação¹²:

12 de dezembro de 2007

“Cascavel/-PR. Fim de ano. Muita expectativa quanto ao término das atividades como professora do curso de Psicologia. Verão se aproximando e muita agitação na cidade já que ela é próxima a fronteira de Ciudad del Este no Paraguai, local de compras de valores reduzidos pelo fato dos impostos não serem integrados ao preço da mercadoria. Marco minha primeira ida com o guia no dia 13/12. Sabemos que pela agitação do fim de ano o movimento com relação à prostituição acaba sendo maior. Meu guia vai para Foz do Iguaçu neste dia. Liga para mim dizendo que não deveríamos entrar durante a manhã e nem à tarde no Paraguai, porque não conseguiríamos ver a circulação de crianças e jovens nestes horários. Eles estariam dormindo para que pudessem trabalhar à noite. Resolvo então remarcar minha passagem de ônibus para o primeiro horário da tarde do dia 13, porque já havia comprado a passagem para Foz do Iguaçu para as 5 da manhã. Morava a cinco minutos ou a uma quadra da rodoviária, com uma colega de trabalho da faculdade onde lecionava. Ela insiste para que eu pegue um táxi pelo horário em que me dirijo a rodoviária. 22:00 horas. Como retornava às vezes do trabalho neste mesmo horário, ou mais tarde, acho um absurdo pagar um táxi para andar uma distância tão pequena. Deixo minha bolsa em casa e levo a passagem, identidade e o aparelho celular,

¹² Optei por colocar em itálico os trechos retirados do diário de campo.

coloco um vestido de malha longo, próprio para o calor que fazia naquele momento. Vou à rodoviária, troco minha passagem. Na volta observo uma sala comercial e várias motos na entrada. É um ponto de moto-táxi. Penso naquele instante que aquela rua seria menos perigosa para descer a pé pelo movimento dos rapazes do moto-táxi. Na esquina da casa onde resido, começo a enviar uma mensagem para meu guia, dizendo o horário que chegaria na cidade de Foz do Iguaçu, envio outra à minha mãe dizendo que não haveria perigo na pesquisa e para ela ficar tranqüila. Minha mãe estava muito preocupada com a escolha dos lugares de pesquisa e o tempo todo ligava ou mandava mensagens pelo celular. No exato momento em que envio a mensagem à minha mãe, sou surpreendida com uma voz e um objeto na minha cabeça. Quando me viro reconheço um dos rapazes. Já havia trabalhado com ele numa instituição de cuidado e abrigo a meninos na cidade de Cascavel/PR. Digo oi ainda sem entender o que estava acontecendo. Ele fica agitado e dá a voz de assalto novamente. “É um assalto, passa a bolsa”. Fico consternada olhando para o seu rosto. Não acredito que aquele rapaz doce e educado de outrora estava me assaltando. Vejo em seus gestos que ele não esperava assaltar uma conhecida. Este olhar de medo me deixa mais preocupada. Ele coloca a arma mais próxima da minha cabeça e repete para que eu entregue meus pertences. Digo que só tenho meu celular e um papel na mão (a passagem para Foz do Iguaçu). Ele pega meu celular e repete que quer minha bolsa. Acredito que ele estava tão assustado com a situação que não percebia o que eu tinha em minhas mãos. Levanto as duas mãos e mostro que não possuo nada mais a não ser um papel (a passagem para Foz do Iguaçu) e uma identidade. Ele fica aparentemente mais assustado. Percebo que estou numa esquina com um terreno baldio na frente e uma casa em construção. Fico com muito medo neste momento e tenho a impressão que vou desmaiar. Ele percebe o medo em meu olhar, e pelo reconhecimento de ambos, fico com medo dele querer me “apagar” para não ser reconhecido. Tento manter a calma neste momento e digo que infelizmente só tenho aquele celular e que não carregava muitos valores comigo na rua. Ele fala com o outro rapaz (que eu não lembro do rosto, talvez pelo susto do reconhecimento, ou, talvez para não gerar mais comprometimento com aquela ação) e resolvem ir embora. Tentando me recuperar do susto e quase na frente da minha casa grito se ele não quer pelo menos me deixar o chip do celular que era de uma conta pré-paga e que não havia créditos.(não queria deixar minhas informações com ele neste

chip, mas...ele não devolveu) Ele levanta a arma indicando para que eu não fizesse mais perguntas. Ao chegar em casa repenso a minha pesquisa e todo o trabalho que efetuei até aquele momento como psicóloga. As minhas crenças no ser humano e a expectativa de recuperação destas crianças e adolescentes. Um momento de revolta toma conta de mim naquele momento. Entretanto, lembro de tudo o que este rapaz passou dentro do abrigo e recupero minha crença no trabalho. Lembro que ele é mais um produto do sistema de institucionalização de meninos e meninas que incomodam a sociedade pelo desamparo e abandono que colocam em evidência. Penso que as casas de proteção muitas vezes não configuram um lugar de amparo, mas de maior perda de identidade. Ligo para a operadora de celular e cancelo o número. Aviso meus próximos para que não aceitem ligações estranhas e que estou bem. (...)Meu guia, educador social do município, também havia trabalhado com estes meninos, e antes mesmo que eu fale o nome do rapaz que me assaltou já dá indicações. “O fulano está assaltando na região da rodoviária, desde que voltou de Santa Catarina, da casa do irmão dele. O irmão o rejeitou e ele não suportou mais esta ruptura, começou a roubar para sobreviver porque completou a maioridade e não podia mais ficar no abrigo”. Neste abrigo ele era um rapaz considerado pacífico. Tinha como projetos ter uma família e trabalhar próximo a um irmão. Estava em instituições desde pequeno e nunca havia roubado ou ido contra as pessoas nestes locais. Porém quando estava quase saindo teve um estranhamento com uma assistente social que estava trabalhando há pouco tempo no local. Eles conversavam sobre a ida dele para Santa Catarina e do quanto ele estava feliz de ir morar finalmente com um irmão. A assistente social disse na frente de outros meninos e dos educadores sociais que ele não tivesse muita esperança no futuro.. Que eles eram considerados o lixo da sociedade e se até a mãe dele o rejeitou que ninguém nunca iria realmente amá-lo. Ele chorou muito na ocasião e esta história foi também relatada a estagiários de Psicologia que realizavam atividades em grupo neste local e do qual eu era supervisora do local de estágio.

A partir deste acontecimento tomei mais cuidados para não colocar minha vida em risco e nem as pessoas a quem entrevistaria. Em algumas situações precisei tomar cuidados para não arriscar quem estava relatando sua história, suas experiências. A história deste menino será retomada mais à frente para análise das instituições de cuidado.

O guia no processo de pesquisa no campo

Marcel Mauss (1993) discorre sobre a importância de profissionais e informantes no processo de pesquisa etnográfica. Os informantes e as pessoas que possuem conhecimento do local podem dar uma interpretação parcial, mas suas contribuições são sempre necessárias. A escolha em me fazer acompanhar por um guia em algumas situações, já que ele não esteve presente em todas, decorreu da possibilidade de ter alguém que conhecesse bem os locais e as pessoas que poderiam ser informantes, acerca dos pontos usuais de exploração sexual de crianças e jovens. Este guia morou na região e tinha parentes, irmãos, pais morando em Foz do Iguaçu. Conhecia meninos e meninas que trabalharam ou trabalhavam em situação de exploração sexual ou prostituição. Na época da pesquisa ele trabalhava como educador social, com projetos de atendimento a crianças e adolescentes. Era meu conhecido porque havia sido meu aluno na graduação. Em sua travessia comigo pelos lugares de exploração sexual, sempre me auxiliou na tradução de algumas falas, já que muitos/as falavam numa mistura de castelhano com guarani só compreendido por quem mora na região. Ele sempre perguntava onde eu queria ir e depois seguíamos para os locais, sem um itinerário previamente elaborado. O que geralmente fazíamos era ir seguindo pistas que nos eram fornecidas pelas pessoas. Alguns diziam que naquele dia o lago da República no Paraguai era ponto de exploração sexual infanto-juvenil e seguíamos para o local. Sua presença ajudou também na questão dos perigos pelos quais eu poderia passar. Tínhamos uma senha para que, se necessário, corrêssemos o mais rápido possível. Ao dizer “3”. Em Ciudad Del Este a velocidade dos transeuntes é muito intensa, não dava para andar muito devagar, se não quiséssemos ser atropelados pelos sacoleiros. Andamos muito. Ficávamos apenas o tempo suficiente para não chamar muita atenção nos locais de “ponto”. A presença de companhia neste processo facilitou muito minha inserção no campo. Pelo tempo curto que temos no mestrado para desenvolver nossas pesquisas, não é possível estender muito nossos trabalhos em pesquisas de campo. O guia me acompanhou nas cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu. Neste processo de pesquisa, o guia foi essencial.

3. CRUZANDO FRONTEIRAS

3.1 Sobre a Tríplice Fronteira

Todo lugar, todo objeto, toda pessoa, tudo tem um início, uma história que marca e diz muito sobre a sua existência. A fronteira, por ser uma representação de territórios, tem características que a identificam como um lugar único. A região de Foz do Iguaçu possui a especificidade de fazer fronteira com dois países de domínio da língua espanhola: Argentina e Paraguai. Para compreender melhor essa tríade recorro à história da região.

A especificidade da Tríplice Fronteira, conhecida internacionalmente pelo turismo, que tem nas Cataratas do Iguaçu uma das belezas naturais mais visitadas no Brasil e da Argentina, também conhecida pelo comércio ilegal de produtos contrabandeados do Paraguai para o Brasil, inclusive o narcotráfico, é um espaço importante para ser estudado. O local da pesquisa configura-se como uma fronteira em que transitam pessoas e diversas mercadorias. Muitas pessoas de nacionalidades diversas sobrevivem nessa região: são libaneses, árabes, coreanos, chineses, brasiguaios¹³, gente de toda a parte que circula pela fronteira. Algumas transgressões, atividades consideradas ilegais pela lei, ocorrem a todo o momento e são tidas como comuns para quem reside na região. Essas práticas se estendem por gerações e não é raro encontrar histórias de gerações que sobrevivem da travessia de produtos ilegais na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Segundo Gilberto Dupas (2000), o Estado contemporâneo já não se responsabiliza pelo pleno emprego. As mudanças provocadas pela abertura dos mercados para a globalização, a crescente busca por tecnologias tiveram um impacto principalmente na forma de empregabilidade, em que habilidades precisam ser cada vez mais exigidas. “Cada um que descubra sua oportunidade, corra o risco, seja um *responsible risk taker*¹⁴. Quem está na periferia do capitalismo mundial, que encontre seu lugar no mercado informal, que invente seu emprego” (Dupas, 2000, p.202). Como previam Marx e Engels no Manifesto Comunista “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. A estabilidade de um emprego não é

¹³ Como costumam ser chamados os brasileiros que moram ou trabalham no Paraguai e vice-versa. Porém os brasiguaios tornaram-se conhecidos pela construção da Usina da Itaipu. Os agricultores que receberam os royalties por conta do alagamento de suas terras no Brasil e pegaram este dinheiro e investiram em terras paraguaias, mais baratas que as terras brasileiras, e eram conhecidos como brasiguaios (dados coletados em visita ao museu de Itaipu)

¹⁴ Comprador de risco responsável, ou responsável por seus riscos.

mais uma premissa, tornou-se um sonho distante, e o desemprego e a exclusão social propiciam o aumento da informalidade como forma de subsistência (Dupas, 2000). São as estratégias de sobrevivência de quem não tem acesso às formas de emprego formal por falta de escolaridade ou conhecimento específico ou por quem já sofreu preconceitos de raça, gênero ou idade e se afastam destas formas de trabalho realizando outras atividades. “Há maneiras e maneiras de sobreviver”. (FONSECA, 2004, p.60).

Um senhor que visitei em minha estada em Foz do Iguaçu falou de sua atividade durante a noite e do medo que sente ao fazer a travessia de barco no rio. Perguntei se a polícia não fazia a vigilância e se não era arriscado realizar essa travessia constantemente. Ele disse que o medo fazia parte e que estavam acostumados e eram informados por outros quando a polícia estava fazendo a vigilância. Nesses dias de vigilância intensiva policial eles tiravam para descansar.

Estas questões também atravessam o campo da prostituição. O medo e a ansiedade existem, mas a rotina do trabalho e o dia-a-dia das atividades tornam este terreno conhecido e menos ameaçador com o tempo. Isto remete a Anthony Giddens (2002),

Todos os indivíduos desenvolvem um referencial de segurança ontológica de alguma espécie, baseado em vários tipos de rotinas. As pessoas lidam com perigos, e os medos associados a eles, em termos das “fórmulas” emocionais e comportamentais que passaram a fazer parte de seu comportamento e pensamento cotidianos. A ansiedade também difere do medo na medida em que diz respeito (inconscientemente) a ameaças percebidas à integridade do sistema de segurança do indivíduo. (p.47)

Ainda de acordo com este senhor que me prestou informações, muitas meninas faziam a travessia a barco de um lado da fronteira ao outro para trabalharem nas zonas de prostituição. A exploração sexual estende-se por gerações que sobrevivem deste tipo de comércio, sem que o Estado possa conseguir intervir de uma maneira definitiva, principalmente pela situação de miséria em que muitos vivem e porque o mercado sexual é muito lucrativo e pouco arriscado. É difícil encontrar provas para penalizar quem aproveita da fragilidade e miséria dessas famílias, e diminuir o número de meninas e meninos nestas situações. As medidas existentes de controle governamental para o combate à exploração sexual não conseguem se aproximar dos problemas sociais que fazem parte da realidade de muitos que estão nessa trajetória. Na Tríplice Fronteira esses problemas se evidenciam pelas dificuldades de três países que se somam e se encontram nessa região. Por ser local de

fronteira, e conhecida pelo comércio de produtos eletroeletrônicos, outras nacionalidades se somam a estes três países tornando-o mais singular em suas características.

A fronteira como área de tensões e conflitos

A Tríplice Fronteira tem como marca a luta por terras. A Guerra do Paraguai, liderada por Francisco Solano Lopes, de 1864 a 1870, que teve como opositores o Paraguai, a Argentina, o Brasil e o Uruguai, no que ficou conhecido como a Tríplice Aliança, com o apoio bélico e econômico da Inglaterra, foi um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento geográfico e econômico do Paraguai com as características atuais. Antes da guerra, o Paraguai era um exemplo de potência econômica e independência dos países europeus. Mas pela necessidade de abrir caminho para o oceano e melhorar sua capacidade econômica e territorial é que Francisco Solano Lopes iniciou os conflitos. Primeiro ele conseguiu conquistar o território do Mato Grosso. Seu próximo objetivo foi o Rio Grande do Sul e para tanto invadiu Corrientes, província Argentina. Este fato fez com que fosse criada a tríplice aliança com o objetivo de derrotar e enfraquecer o Paraguai. Após esta guerra o Paraguai não conseguiu mais se reerguer e ser a potência econômica de outrora, e passa por crises financeiras sendo que sua população vive em condições precárias de subsistência.

Um fator relevante para o Paraguai e Brasil com relação ao desenvolvimento de seu potencial econômico refere-se à construção, pelo Brasil, da usina de Itaipu no Paraguai e Brasil, em 1971, após acordo entre esses dois países. Em 1984 teve início o funcionamento da usina, sendo estabelecido um acordo entre Brasil, Paraguai e Argentina para o uso da energia gerada. Para a execução da obra, aproximadamente 30 mil pessoas deslocaram-se para a região, e após o término da construção da usina a maior parte destas pessoas continuou na região sem possibilidades de emprego estável, tendo de construir novas formas de sobrevivência. Algumas regiões próximas ao lago de Itaipu ficaram alagadas e alguns proprietários de terra receberam a indenização pela desapropriação de suas propriedades e foram para cidades maiores, como Foz do Iguaçu. Sem muita escolaridade e possibilidade de empregos registrados em carteira de trabalho algumas pessoas que viviam da agricultura começaram a viver do comércio ilegal de produtos e outras formas de

exploração comercial. Em função das dificuldades em manter a subsistência, muitos vivem deste comércio ilegal, tanto na exploração sexual quanto no contrabando de mercadorias, bem como do tráfico de pessoas¹⁵ (OIT, IPEC, 2004, CPI do tráfico de pessoas, 2002). Márcia Anita Sprandel (2006) realizou uma pesquisa nos jornais e revistas de circulação nacional do Brasil e do Paraguai com intenção de apresentar uma cartografia da situação de brasileiros no Paraguai. Os brasileiros que moram nessa região são apresentados como,

(...) um grupo social formado por centenas de milhares de camponeses brasileiros (as estimativas mais razoáveis variam de trezentas a quinhentas mil pessoas), que se transferiram para a fronteira leste do Paraguai na década de 1970, expulsos pela monocultura da soja e pela construção de Itaipu, num contexto de disputas geopolíticas, e que no Paraguai (apesar de "terem levado o progresso econômico ao campo") enfrentam sérios problemas de documentação, titulação de terras e conflitos com o movimento camponês paraguaio. Essa mesma representação aparece nas audiências públicas realizadas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ou no Congresso Nacional, nos inúmeros seminários realizados por instâncias de governo dos dois países para tratar do assunto e nos discursos de políticos e diplomatas (p.1).

No inverso do olhar, ou seja, o que os jornais e revistas do Paraguai dizem sobre os “brasiguaios”, temos,

(...) como bem demonstra Albuquerque (2005), teremos uma outra visão, também homogeneizadora, dos brasileiros que vivem no Paraguai: empresários ricos, imperialistas, atraídos pelos baixos preços das terras e pela abolição da proibição de compra de terras por estrangeiros (promovida por Stroessner, em 1967), introdutores da monocultura da soja, responsáveis pela expansão da sola transgênica no país, expulsos de camponeses sem terra e índios e devastadores das florestas e do meio ambiente (p.1).

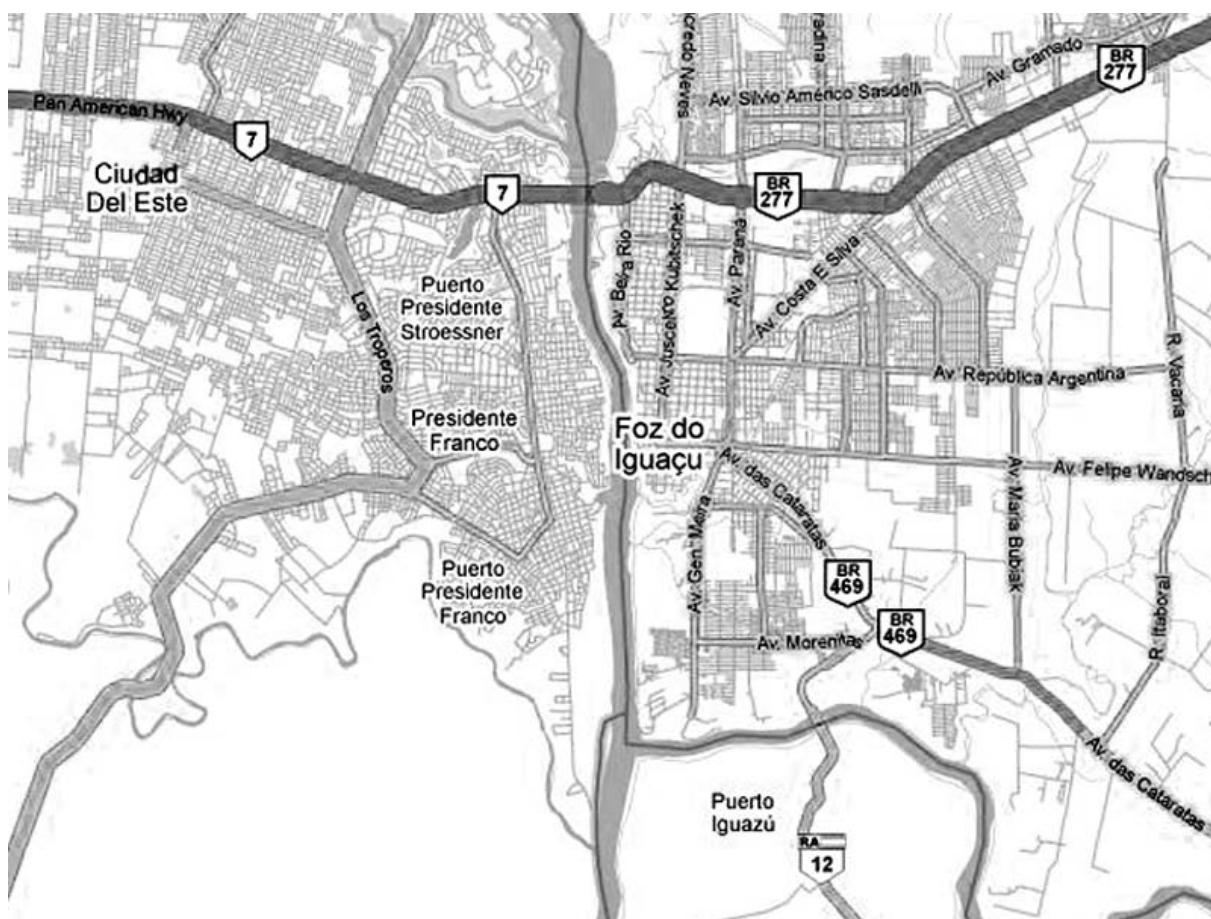
Sprandel, alerta para o fato de a exposição midiática retratar o brasiguai como vítima de injustiça, por meio de um olhar elitista, etnocêntrico e preconceituoso em relação ao povo e à nação paraguaios, naturalizando este olhar estigmatizado pelos noticiários. Os povos que se formaram nessas regiões fronteiriças, atraídos pela agricultura, por Itaipu e pela propaganda feita pelo governo, favorecia o Brasil, por ter pessoas numa região delicada de território, e o Paraguai por ter mão de obra especializada e barata. A dissertação de Sprandel (1992) intitulada *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras*

¹⁵ Este conceito será tratado ainda neste capítulo.

internacionais revelou estratégias de famílias por uma busca pela “terra prometida” e uma possibilidade de sobrevivência pela conquista da terra agricultável.

Na intenção de compreender as características das cidades que se desenvolveram neste território, recorro à história de sua formação e de sua constituição. Detive-me mais demoradamente nas questões históricas, políticas e econômicas do Paraguai e da Argentina por serem países estrangeiros, dos quais conhecemos menos que a respeito do Brasil. O mapa a seguir mostra as três cidades que fazem margem e configuram a Tríplice Fronteira.

Mapa da região da Tríplice Fronteira



Fonte: adaptado do googlemaps por Guilherme Goldenzon

Ciudad Del Este – Paraguai

O Paraguai é um dos menores países da América Latina com uma área de 406.752 km². O Paraguai faz fronteira com o Brasil, Argentina e Bolívia. Uma das grandes

dificuldades que enfrenta é ser um país de interior sem acesso ao mar e dependente da boa vontade de seus vizinhos para o embarque marítimo de mercadorias. Sua população é composta por eurameríndios, guaranis e europeus, que se concentram nas cidades de Assunción, capital do país, com quase 600 mil habitantes¹⁶ e Ciudad Del Este.

Ciudad Del Este, antes de sua fundação, era conhecida como Puerto Flor de Lis. Após o golpe de estado que instituiu a ditadura em 1954 (que se prolongou até 1989) seu nome mudou para Puerto Stroessner, em 1957, ano de sua fundação, em homenagem ao ditador-general Alfredo Stroessner. Ganhou o nome atual depois da queda do ditador. A cidade começou a ganhar destaque após a construção da ponte da Amizade. Stroessner estudou bem a localização da ponte antes de concordar em assinar o acordo de cooperação entre países na construção da ponte. Em 2007 a população estimada de Ciudad Del Este era de 320 mil pessoas.

A Ponte Internacional da Amizade foi inaugurada em 1965. Tanto a construção da ponte, como a finalização da BR 277, em 1969, que faz a ligação entre Foz do Iguaçu e Curitiba, capital do estado do Paraná no Brasil, propiciaram o crescimento acelerado nesta região de fronteira. A cidade é responsável por metade do PIB do Paraguai e é uma das principais vias de acesso ao Brasil e também de saída para os portos marítimos que se localizam no Brasil.

Muitos brasileiros passam para o Paraguai pela fronteira, para compras de produtos com valores considerados mais baratos em relação aos preços praticados no Brasil. O ano todo a Ponte da Amizade é movimentada por quem busca mercadorias para suas lojas, para vender em camelôs¹⁷ ou para consumo próprio. Na época de Natal o número de pessoas que compram mercadorias no Paraguai aumenta significativamente.

As inter-relações comerciais entre os dois países, as relações de interdependência, de desigualdade de poder político e econômico, podem ser acompanhadas nas disputas recentes entre Paraguai e Brasil, em torno do preço da energia gerada por Itaipu, após a posse do novo governo eleito do Paraguai, Fernando Lugo.

¹⁶ Disponível do www.portalbrasil.net; acessado em 14/09/2008

¹⁷ Vendedor que monta barracas em praças e calçadas e que vende produtos muitas vezes de maneira informal.

Puerto Iguazu – Argentina

A Argentina, assim como o Brasil, foi palco de mudanças econômicas que influenciaram diretamente a forma de modelos de trabalho e tiveram impacto sobre a vida social de sua população. Segundo Gilberto Dupas (2000), a economia da Argentina entrou prematuramente pelo processo de globalização em 1976. A crise de 1929, com a queda da bolsa de valores nos Estados Unidos, marcou a decaída de um modelo de desenvolvimento baseado na “exportação de produtos primários e na importação de manufaturas” (p.143). O processo de industrialização substituiu as importações e o Estado agiu como grande instrumento de intervenção nesta mudança. O governo do peronismo (partido que se desenvolveu em torno da figura de Perón) reuniu facções da sociedade após a segunda guerra mundial, trazendo novas possibilidades de expansão. Já em 1950, a indústria Argentina cresceu de maneira a representar a maior geração de PIB e do emprego no país. Porém, não houve a construção de um “modelo sólido de capitalismo nacional”(p.143) e muitas empresas multinacionais entraram na disputa pelo mercado. O fluxo migratório das áreas rurais para as áreas urbanas foi intenso, principalmente nos anos 70, em que 70% da população argentina já estava na área urbana. As indústrias e o Estado representavam os setores de maior inserção no mercado de trabalho. O golpe de Estado, em 1976, promovido pela junta militar sob a tutela de Videla, foi a derrocada para a possibilidade de construção de uma economia industrial avançada e um dos seus objetivos era a abertura ao sistema econômico internacional (política econômica neoliberal). A dívida externa aumentou e a capacidade reprodutiva instalada sofreu uma queda de 40% (DUPAS, 2000).

Nos anos 80 o PIB argentino sofreu uma queda de 21%, inaugurando o período na época que ficou conhecido como a “década perdida” na América Latina. A inflação no final da década de 70 e início da década de 80 era de 400% ao ano. Após a Guerra das Malvinas¹⁸, a ditadura militar saiu de cena. Com uma dívida externa altíssima e restrições no mercado internacional, a economia da Argentina em crise se fez sentir sobre o seu povo.

¹⁸ A Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre Argentina e o Reino Unido ocorrida nas ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, entre dois de abril e 14 de junho de 1982. Estes arquipélagos são próximos da Argentina, mas foram tomados pelo Reino Unido em 1833. A derrota da Argentina enfraqueceu o regime militar e propiciou sua queda. Por outro lado fortaleceu o governo de Margaret Thatcher obtendo a vitória nas eleições do Reino Unido em 1983(disponível em www.abril.com.br acessado em 19 de outubro de 2008)

O governo de Carlos Menem, por volta de 1989, promoveu uma aliança entre as facções sociais e recebeu o apoio do mercado transnacional e de grandes grupos econômicos internacionais. O Plano de Convertibilidade, em 1991, dá início à recuperação econômica da Argentina e nos anos de 1996, 1997 e 1998, a Argentina registra o maior crescimento mundial depois da China, melhorando o PIB nacional. O enorme grau de internacionalização do sistema econômico argentino promove ao mesmo tempo um aceleração, mas também um aumento na taxa de desemprego no país. Alguns contratos de trabalho são modificados após a nova Lei Nacional de Emprego (LNE) flexibilizando algumas formas existentes, tornando o trabalho informal, formal, ou seja, *formalizando o informal*. A precariedade do emprego e a taxa de desemprego aumentaram o abismo social no país. “A deterioração das condições de trabalho e da estrutura de seguridade social que tradicionalmente existiu tem causado profundo impacto e desestruturado o tecido social” (Dupas, 2000, p.151). A derrocada dos postos de trabalho, após 1994, aumentou o número de famílias que viviam abaixo da linha de pobreza, intenso na época da ditadura, mas que havia melhorado após o Plano de Convertibilidade. No final da década de 90 uma nova crise é sentida na Argentina, colocando a população em situação precária (DUPAS, 2000).

Todas estas mudanças na economia e na política fizeram com que, as situações de informalidade no emprego, empurrasse muitas famílias, suas crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade social¹⁹, potencializando as possibilidades de aliciamento e agenciamento para a prostituição (PESTRAF). Estas condições foram sentidas também no Brasil que passou por processos políticos, econômicos e sociais similares. E é nesta linha em que se encontra a cidade de Puerto Iguassu, geograficamente localizada na região de fronteira com o Brasil e Paraguai e distante de sua capital na Argentina.

Puerto Iguazu (ou Porto Iguazu, como é conhecida no Brasil) pertence à região de Misiones na Argentina. Possui uma população estimada de 28 mil habitantes. A cidade é separada dos países vizinhos Brasil e Paraguai pelo Rio Paraná e Rio Iguazu. A ligação com a cidade de Foz do Iguazu ocorre pela Ponte Internacional Tancredo Neves ou Ponte da Fraternidade. Suas maiores fontes de subsistência são o turismo e a agricultura. As Cataratas do Iguazu, do lado Argentino, ficam a 18 km da cidade de Puerto Iguassu. Este

¹⁹ adianto que este conceito será desenvolvido mais a frente no capítulo sobre as meninas do lago na discussão sobre vulnerabilidade

município é conhecido pela venda de azeitonas, roupas e objetos de couro, produtos de beleza e artesanato e artefatos indígenas e possui preços mais acessíveis que os praticados no Brasil.

Foz do Iguaçu – Brasil

No lado brasileiro, a cidade de Foz do Iguaçu, fundada em 1914, antes fora designado como Colônia Militar e depois, Vila Iguassu. A cidade é conhecida internacionalmente pelas Cataratas do Iguaçu, localizadas dentro do Parque Nacional (Patrimônio Mundial Natural da Humanidade tombado pela UNESCO). Sua população em 2007 era estimada em 311.336 mil habitantes. A cidade é uma das mais multiculturais do Brasil, vivendo nela cerca de 72 grupos étnicos provenientes das mais diversas partes do mundo. Os grupos étnicos considerados mais importantes são os alemães, italianos, hispânicos (argentinos e paraguaios) chineses, japoneses, ucranianos e libaneses que possuem a 2ª maior comunidade libanesa no Brasil²⁰.

Com os ataques terroristas em 11 de setembro de 2001²¹, o interesse em fortalecer os cuidados de segurança na Tríplice Fronteira cresceu pela idéia de que o crime organizado em suas variadas formas (lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, armas e pessoas, etc) estava em expansão nesta região, bem como a ação de grupos terroristas. Esta região acabou sendo foco de interesse da Segurança Internacional (AMARAL, 2008). Segundo Amaral, foi a Argentina que deu o impulso inicial para que o controle sobre o terrorismo nestas regiões fronteiriças fosse intensificado, bem como que esta pauta fosse colocada na agenda do Cone Sul na década de 90. O ataque terrorista em 11 de setembro fez com que esta preocupação dos organismos internacionais aumentasse. Sabe-se do interesse, apoio e investimento dos EUA no sentido de aumentar a segurança na Tríplice Fronteira, sendo que esta preocupação deveria ser, em princípio, dos três países envolvidos.

No dia 16 de setembro de 2008, o ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, apresentou na 13ª sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, o projeto de criação de um

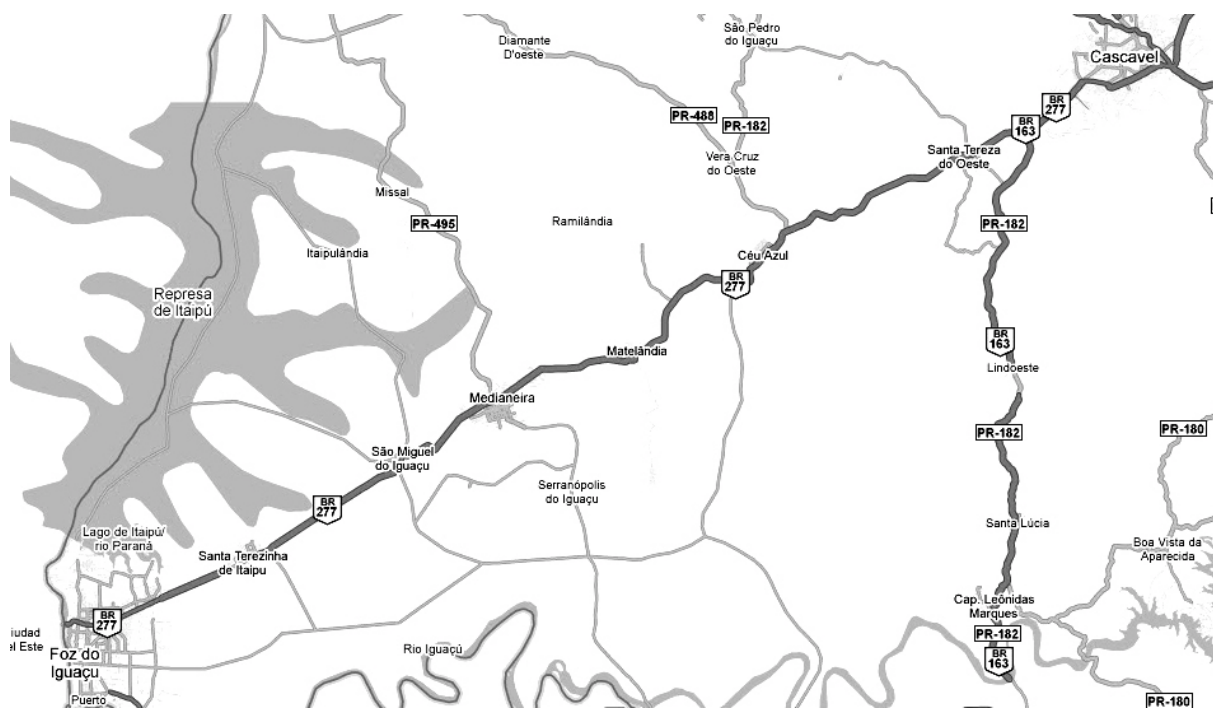
²⁰ Informações obtidas no site da prefeitura de Foz do Iguaçu. www.fozdoiguacu.gov.br, acessado em 19 de julho de 2008.

²¹ Ataque terrorista promovido pelo grupo Alkaeda comandado por Osama Bin Laden em que quatro aviões foram seqüestrados e dois foram atirados contra as torres do World Trade Center, em Nova York.

Conselho de Segurança e Defesa dentro da União de Nações Sul-americanas (UNASUL). Os países membros-fundadores da UNASUL são Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O ministro ressaltou que não era uma corrida armamentista dos países da América do Sul, mas uma forma de fortalecer os mesmos para possíveis ataques, principalmente do crime organizado que age nestas fronteiras, no comércio de drogas e armas. Segundo Jobin, tropas estrangeiras dentro destes países é uma decisão interna e não cabe aos outros países do UNASUL interferir. Cabe a cada nação esta decisão, segundo o ministro da Defesa.²²

É importante sinalizar que o Brasil, assim como a Argentina, também sofreu as conseqüências do impulso do neoliberalismo no país, iniciado pelo governo Collor com as intensas privatizações de empresas estatais, política que se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso. Vários fatores que se estendem até o governo atual propiciaram o aumento do trabalho informal.

3.1 Os lugares que percorri



Fonte: adaptado do googlemaps.br

²² disponível no site da www.abril.com.br, acessado em setembro de 2008.

Do lado Paraguuaio

A Ponte Internacional da Amizade

Um dos pontos conhecidos de exploração sexual de crianças e jovens é a Ponte Internacional da Amizade. Muitos meninos e meninas são aliciados neste lugar, mesmo este sendo um local intensamente fiscalizado pela Polícia Federal, através de câmeras e policiamento ostensivo. Do lado paraguaio, crianças são vistas vendendo alimentos como alho, batatas fritas em latas, refrigerantes, águas, meias, canetas²³, além de servirem muitas vezes como “avião”, ou seja, para fazer o repasse de drogas ou mercadorias. Em meu trânsito pelos dois países, em nenhum momento fui barrada para verificação de posse de produtos comprados no Paraguai.

Numa destas travessias, pegamos carona num ônibus com um motorista amigo do irmão de meu guia. Na aduana do lado brasileiro, o ônibus teve que parar para verificação. Enquanto os passageiros mostravam suas mercadorias à polícia Federal, este motorista nos contou algumas histórias de colegas de profissão que fazem uso de meninas em práticas sexuais. Foi neste momento que soube da história de três colegas que abusaram sexualmente de uma vendedora de alho de 10 anos, por cinco reais, ou 10 mil guaranis (moeda paraguaia). Meu guia ficou chocado com esta história porque tem uma filha pequena, e mesmo trabalhando com estas questões, não conseguia entender porque homens realizavam este tipo de práticas. Após este depoimento do motorista, meu guia permaneceu calado dizendo que não conseguia expressar em palavras o sentimento de repúdio ao que ocorria deste lado da ponte.

Outra pontuação deste motorista, é que muitas meninas e meninos faziam ponto na rodoviária de Ciudad Del Este, muito próximo à agência de proteção à infância que fica numa universidade do Paraguai. Fomos algumas vezes neste lugar, porém nada vimos. Talvez pelo horário em que ali passávamos, considerado cedo para quem trabalha nestas situações de exploração.

²³ Na Aduana Brasileira os produtos comprados precisam passar pela fiscalização e apresentados através de formulário. Para agilizar o processo, crianças e adultos vendem canetas para os compradores.

O lago da República

Estivemos no lago por aproximadamente cinco vezes. A região do Lago da República em Ciudad Del Este é muito bonita e com uma vegetação bem cuidada em suas encostas. Fica distante da ponte cerca de 10 km, segundo dados da prefeitura de Ciudad Del Este. Percorri a pé este trajeto várias vezes. Alguns bancos e pequenas pontes, além de parques para crianças brincarem, fazem parte desta região do lago. Várias casas de belíssima arquitetura, boates, restaurantes, academia, faculdade são encontrados na avenida que faz contorno ao lago. Logo no primeiro dia em que ali estivemos, encontramos cerca de cinco meninas e três meninos *fazendo ponto* na região do lago. Nossa presença no local, e a minha vestimenta²⁴, ou aparência, de representante do governo, que estava ali com possível intenção de levá-los/as a um abrigo, fizeram com que algumas meninas se afastassem do local. Este lago possui aproximadamente quatro quilômetros de entorno, que é muito utilizado por pessoas que praticam atividades físicas. As pessoas que ali caminham são de procedências ou descendências distintas. Japoneses, coreanos, alemães, árabes, por sua aparência, foram algumas pessoas que ali caminhavam. Foi neste local em que nos deparamos com uma situação de exploração sexual em que nem uma criança com muletas, escapa do comércio de sexo. Recorro ao diário de campo:

Continuamos a fazer o contorno do lago e avistamos duas meninas e dois homens aparentemente por volta dos 40 anos de idade. Uma das meninas usa um sutiã branco e um top vermelho, mini saia e estava com a perna quebrada. Usava gesso em quase metade da perna e andava com uma muleta. Um dos homens ficava em cima de uma moto ligada, teclando alguma coisa no celular. O outro combinou o programa com a menina e desceu para uma mata que contorna o lago. Por mais que eu e meu guia estivéssemos acostumados ao trabalho com meninas e meninos em situação de exploração sexual a cena nos deixou perplexos. Nem mesmo a perna quebrada impediu que os programas acontecessem. Um casal de descendência japonesa passava pelo local. Duas mulheres com roupas da marca Adidas, cabelos bem arrumados continuavam sua conversa na caminhada pelo lago. Pareciam não ver as crianças que ali estavam em situação de prostituição. (17 de dezembro de 2008, 18 horas)

²⁴ calça jeans, tênis, blusa azul e branca, trança no cabelo e bolsa de congresso da ABRAPSO destoando das roupas de caminhada das pessoas do lugar

*A boate de néon rosa*²⁵

Numa das idas ao Paraguai resolvo seguir com meu guia até uma zona de prostituição. Aproximamo-nos do lago da República e conversamos com moto-taxistas do local. Vários deles se aproximam de mim, curiosos para saber o que uma mulher fazia ali naquela hora, procurando informações sobre pontos de prostituição de meninas e meninos. Alguns desconfiam que sou jornalista, pelas perguntas que faço. Indicam alguns lugares numa avenida. Sigo em direção ao local indicado, mas mudo meu trajeto no meio do caminho porque eu e meu guia desconfiamos de que estávamos sendo seguidos. Paramos e buscamos um táxi para nos levar a uma casa de prostituição. Um senhor diz que sabe onde podemos encontrar jovens meninas e cobra cerca de 80 mil guaranis, ou 40 reais, para nos levar, esperar por aproximadamente uma hora e nos levar depois para a avenida apontada pelo moto-taxista. Aceitamos e entramos no carro. Fico preocupada porque não há cintos de segurança e o banco do carro é muito precário. Esta é uma condição comum dos carros no Paraguai. O que me assegura um pouco de tranquilidade é que pegamos o táxi num ponto próximo a policia paraguaia. Isto não era uma garantia, porém ele sabia que poderíamos encontrá-lo facilmente caso algo nos ocorresse. A zona ficava a uma distância de 10 km para o interior de Ciudad Del Este. Passamos por uma avenida larga e com boa pavimentação, com várias concessionárias de veículos em todo o trajeto, além de cooperativas agrícolas. O taxista corre muito e como o velocímetro estava quebrado não tinha idéia da velocidade. Isto assusta um pouco, mas ele conversava muito durante o caminho, num castelhano misturado ao guarani e contava algumas histórias de meninas que entravam cedo na prostituição por falta de recursos. De certa maneira as colocações dele me trouxeram um pouco de segurança, por mostrar sua opinião sobre a exploração. Apesar de tudo desconfio deste discurso, porque ele se prontificou rapidamente a nos levar à boate, parecendo conhecer bem o local e onde poderíamos encontrar meninas muito jovens. A idéia de pegar um táxi para ir a uma boate veio de colegas de trabalho que fazem compras

²⁵ Este é um nome fictício da boate e usei um nome da primeira impressão que tive ao chegar ao local. Havia luzes de néon rosa por todo o contorno da boate.

no Paraguai. Eles diziam que os taxistas costumavam oferecer os serviços de prostituição e ganhavam porcentagem para isto.

Chegamos na boate de néon rosa. A estrada que nos leva a ela é de chão e muito precária. O táxi pára na frente da boate e não pagamos a corrida. Combinamos que ele nos esperasse e que sairíamos em aproximadamente uma hora e meia no máximo. A boate parecia ter dois andares. O taxista nos leva até a porta. Na entrada dois seguranças de estatura forte ficam na recepção. Começo a falar em castelhano com o segurança-recepcionista e pergunto quem era o responsável pela casa para que eu pudesse explicar minha presença e a de meu guia. Fico falando por um tempo em castelhano, mas o responsável me responde em português e questiona, afinal, de qual universidade eu estava falando. Fico aliviada por ele ser brasileiro e falar português. Talvez esta minha expressão de alívio pelo idioma facilitou a entrada no local. Ele pede apenas que eu deixe o gravador na entrada porque ele não permitiria gravações no local. Se eu conseguisse, poderia falar com as meninas que estivessem lá dentro da casa, mas não poderia atrapalhar o andamento das atividades.

Na entrada da boate, observo várias câmeras espalhadas por todos os lados. Rapazes dançam no meio da pista com algumas moças. Todas as meninas do local estão vestidas com roupas insinuantes, mini-saias, roupas de couro e muito maquiadas. Algumas dançam na pista, ficam na mesa com os rapazes ou ficam sentadas em bancos distribuídos ao redor da pista. Vejo algumas meninas e moças saindo de um corredor com alguns homens e sou informada de que ali se encontravam os quartos. No meio da pista tem um pequeno palco com um bastão no meio, para os shows de strip tease. Converso com algumas meninas, moças e mulheres e fico aproximadamente uma hora e meia no local²⁶. Após a percepção de que um homem estava me cercando, talvez por curiosidade, talvez querendo fazer um programa, resolvo sair do local. Durante a entrevista com as mulheres do local, este rapaz ficou o tempo todo oferecendo bebidas na mesa em que eu estava. Meu guia me alertou sobre a possibilidade do outro achar que eu era garota de programa e que ele era meu agente. Uma prostituta que aparentava ter mais de 50 anos achava que estávamos desejando um *ménage a trois* e disse que aceitava fazer programa conosco. Explicamos que não era este nosso objetivo na casa e ela nos concedeu uma entrevista.

²⁶ Estas conversas serão relatadas no capítulo sobre as histórias que me contaram

Na saída, o taxista estava nos esperando e logo que saímos com o carro, avistamos um grupo de aproximadamente 25 rapazes com garrafas de bebidas nas mãos caminhando na direção da boate. Meu guia disse que saímos na hora certa, porque o risco era grande ficando ali. Seria difícil explicar para alguém bêbado que eu não era garota de programa, mesmo não estando vestida adequadamente para a situação. Estava de tênis, calça e blusa preta bem fechada. Desistimos de visitar os pontos indicados pelo moto-taxista no início da noite e ficamos pelo lago da República.

Esta é uma de tantas casas de prostituição que, sabe-se, existe em Ciudad Del Este e nas regiões no entorno do lago de Itaipu, e que aliciam meninas para a exploração sexual.

Do lado Argentino

Nas ruas de Puerto Iguassu

Na cidade de Puerto Iguassu, não vimos tantas situações de abuso e exploração sexual de crianças e jovens. Na avenida principal da cidade onde circulam muitos turistas, crianças, em sua maior parte de origem indígena, vendem todo o tipo de produtos. O mais comum é a venda de artesanato, cujo comércio também é expressivo por vendedores ambulantes e nas lojas do centro. As ruas são sempre movimentadas, tanto por quem mora na cidade, quanto pelos turistas e por aqueles que fazem a passagem entre os países da fronteira. Em Puerto Iguassu, são comuns, pela conversa com moradores locais, histórias de meninos e meninas que se encontram em situação de exploração sexual. Mas nos dias em que fui à cidade, não encontrei quem estivesse nesta situação e disposto a falar sobre o assunto. As crianças e adolescentes de Puerto Iguassu que estavam nas ruas e eram pedintes, de dinheiro, de comida e não aceitavam muita aproximação. Toda vez que tentei obter informações, as pessoas mudavam de assunto ou diziam não saber. Um taxista falou que conhecia algumas situações, mas que não sabia dos locais de prostituição. Disse que as autoridades estavam muito atentas a esta forma de violência contra a criança. Procurei um órgão de proteção à infância e adolescência, mas estava fechado nos dias em que fui à Argentina. Não consegui realizar nenhuma entrevista com meninas e meninos em Puerto Iguassu.

Do lado Brasileiro

No Brasil, estive em cinco cidades, seguindo as indicações de moradores locais e de colegas do tempo em que trabalhei no Programa Sentinela. Descreverei os pontos de exploração sexual em que estive nas cidades de Matelândia, Medianeira, Santa Helena, Diamante D'Oeste, Cascavel e Foz do Iguaçu, todas no estado do Paraná.

Cascavel

A cidade de Cascavel possui uma população estimada em 300 mil habitantes, aproximadamente. É um dos municípios de referência para tratamento de saúde na região, junto com Foz do Iguaçu. A distância entre as duas cidades é de 120 km. O município de Cascavel está localizado na BR 277 que liga a capital do Paraná, Curitiba, a Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai. Nesta cidade, trabalhei com órgãos de proteção à violência contra a infância e adolescência e no projeto Ação Integrada, da Faculdade Assis Gurgacz, também de assistência a adolescentes e acompanhei algumas investidas do governo municipal para retirada de meninas e meninos das situações de vulnerabilidade social. Muitos destas intenções fracassaram, principalmente pela falta de profissionais capacitados para atuar nesta rede de proteção. Esta não é uma situação apenas deste município, mas comum às cidades nos três países estudados.

O mais conhecido ponto de prostituição da cidade fica na Avenida Tancredo Neves, principal via de acesso à BR 277 que leva para Foz do Iguaçu e outras cidades de fronteira com o Paraguai e Argentina. Em uma das minhas observações nesta avenida, conversei com três meninas e duas mulheres que “faziam” ponto às 16 horas. Todas elas afirmaram que já haviam trabalhado como prostitutas em cidades do Paraguai, como Mbaête e Ciudad Del Este. Uma destas mulheres relatou que tinha sido aliciada por uma senhora com promessa de trabalho doméstico em casa de família. Conversei cerca de 20 minutos com às cinco mulheres, mas quando questionei se poderia vê-las novamente para uma entrevista para uma pesquisa de mestrado, elas desviaram o assunto e questionaram como eu sabia que elas “faziam ponto” na avenida. Ficaram incomodadas e disseram que não eram mais prostitutas e sim trabalhavam no centro da cidade. Acredito que ficaram assustadas e

preocupadas com a possibilidade que eu fosse uma agente do governo ou da policia e modificaram toda a fala anterior.

Nas Casas de Passagem em que estive, alguns meninos estavam fazendo programas marcados através de telefone celular. Um educador social acreditava que os meninos roubavam, ou compravam telefones celulares roubados. Nenhum deles aceitou falar sobre o assunto. A casa de passagem foi fechada e muitos eram vistos próximos à rodoviária *fazendo ponto*. Os guardas que atuavam na rodoviária disseram que nem chamavam mais o conselho tutelar, porque até a chegada dos conselheiros os meninos saiam correndo e se escondiam, retornando minutos depois da sua retirada. Disseram que se eles estavam ali, era porque alguém comprava seus serviços. Além de muitos também praticarem pequenos delitos e furtos.

Matelândia

Neste município de aproximadamente 15 mil habitantes, estive por um dia. Em 2003 havia percorrido as ruas da cidade, com profissionais do Programa Sentinela, atrás dos pontos conhecidos de exploração sexual.

Do que percebi na minha visita a cidade, no mês de abril de 2008, foi que o principal ponto continuava sendo nas imediações da BR 277 para Foz do Iguaçu. A cidade é cortada pela rodovia, o que dificulta o trabalho de retirada de meninas e meninos desta situação de vulnerabilidade social. No dia em que realizei minha caminhada pela cidade, avistei muitas meninas e meninos “pedindo” carona aos caminhoneiros. Não consegui conversar com nenhuma criança, nem com os adolescentes. Rapidamente todos saiam das proximidades da BR quando percebiam a aproximação de pessoas em sua direção. Como meu foco de pesquisa era em Foz do Iguaçu, não permaneci mais dias.

Medianeira

A cidade de Medianeira possui uma população de 39.639 habitantes segundo dados do IBGE de 2004, e também se encontra a margem da BR 277. Permaneci um dia neste município em abril de 2008. Segundo informantes, a exploração sexual de crianças e adolescentes, é significativa no município, entretanto, não consegui entrevistar nenhuma criança ou jovem. Apenas vi meninas e meninos na rodovia acenando para caminhoneiros para pegar carona, porém quando todos se afastavam quando eu me aproximava.

Em Medianeira, encontrei situação similar ao de Matelândia. A BR 277 é o principal ponto de exploração sexual infanto-juvenil. Uma senhora com quem conversei na rua, nas proximidades da BR 277, disse que muitas meninas fazem programa para ajudar na alimentação de seus irmãos. Esta prática também acabou sendo comum pelos sacoleiros que permanecem por um dia na cidade, nos hotéis ou pousadas da região para despistar ação policial. Estes pagavam o valor de 10 reais para sexo oral e 15 reais para relações sexuais “completas”.

Santa Helena

Este município fica à margem do Lago de Itaipu e é uma das cidades que mais recebem royalties da Itaipu pelo alagamento de grande parte de suas terras com a construção da usina. O município de aproximadamente 22 mil habitantes, teve suas áreas urbanas melhoradas e tem na agricultura, principalmente no plantio de soja, sua maior fonte de renda. Porém separado do Paraguai apenas pelo Lago de Itaipu, e recebendo muitos turistas dos três países, por ser um local de investimento turístico pela praia artificial construída, acaba sendo um ponto de passagem importante para quem quer desviar da polícia federal do Brasil, em Foz do Iguaçu. Ao percorrer as ruas da cidade, sou informada por moradores e por profissionais do Programa Sentinela de Diamante D'Oeste – Santa Helena não possui o programa – que a exploração sexual não é tão intensa na cidade, mas pelas características físicas das meninas da região, de descendência alemã, era um ponto importante de aliciamento para boates no Paraguai. Apenas uma garota aceitou conversar comigo sobre sua experiência no Paraguai em boates. Ela havia sido aliciada por uma

senhora e acreditava que no Paraguai teria melhores oportunidades. Permaneci cerca de dois dias nesta cidade no mês de fevereiro.

Diamante D'Oeste

Este município do oeste do Paraná, localizado próximo ao Lago de Itaipu, ou seja, fazendo fronteira com terras paraguaias, também é um local de aliciamento de meninas e meninos. Sua população, composta de descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul, e procedentes do norte e nordeste do Brasil, também é alvo de traficantes de crianças e adolescentes com objetivos de exploração sexual. O aliciamento é rápido e muitos pais não vêem mais seus filhos, sabendo apenas que estão em boates do Paraguai. São também desta cidade alguns relatos de meninos e meninas que se escondem de traficantes. Primeiro são iniciados na exploração sexual e depois são usados para realizar contrabando de drogas, armas e medicamentos para o Brasil. Um dos pontos de prostituição conhecido na cidade é o bar de uma senhora, muito obesa, que possui quartinhos nos fundos de seu bar, e recebe meninas para que façam programas. Este bar fica na saída para a região rural conhecida como Santa Terezinha, que também é uma estrada de acesso à Santa Helena e Foz do Iguaçu, numa região de fronteira. Neste lugar foi que entrevistei Janaína.

Foz do Iguaçu

O principal ponto de exploração sexual deste município é a avenida Costa e Silva. Nesta região encontramos vários motéis um do lado do outro. Meninas e meninos circulam pela avenida e ficam também na região central da cidade e da ponte da Amizade próximas/os do fluxo de turistas que transitam por este espaço. O Porto Seco no qual caminhoneiros esperam para descarregar mercadorias é um local conhecido e muito freqüentado pelos educadores sociais e conselheiros tutelares em busca de práticas de exploração sexual. Após a intensificação dos projetos sociais, dos centros de referência e do apoio de organismos internacionais, como a OIT e a cooperação da Itaipu binacional, o comércio de exploração sexual de meninas e meninos diminuiu nos lugares de circulação

de pessoas. Entretanto, ainda fazem parte do cenário das ruas da cidade. Isto é constatado porque consegui entrevistar meninas nesta situação, na avenida que é conhecida. Não tive acesso às casas de prostituição que abrigavam meninas ou meninos. Nenhum informante soube me dizer e como não consegui marcar horário com os profissionais do Programa Sentinela da cidade, fiquei sem informações mais precisas dos locais de exploração sexual infanto-juvenil no município. Tentei via telefonema, via email, e em contatos com colaboradores de outros programas, porém a resposta que obtive é de que tinham ocorrido mudanças no quadro de funcionários, e eles pouco poderiam me informar sobre a minha pesquisa, já que estavam entrando em contato com a realidade da exploração sexual naquele momento.

Este é um problema de muitos municípios e programas de atendimento à infância e adolescência. Profissionais não recebem muito incentivo para se manterem nestes programas e acabam saindo para outras situações de trabalho. A remuneração baixa, o perigo constante, a frustração das atividades na retirada e manutenção de meninos e meninas longe das ruas ou das boates, faz com que os profissionais saiam deste tipo de atuação e sejam substituídos por outros que precisam, por sua vez se adequar ao trabalho, e assim por diante. Alguns municípios já estão tentando melhorar estes problemas contratando os profissionais via concurso público. Isto poderá melhorar o desempenho destes profissionais na área, pela estabilidade no trabalho. Nos encontros do Programa Sentinela de que participei como psicóloga esta era uma reclamação constante. Pelos problemas no repasse do pagamento dos funcionários pelo governo federal, com atrasos de até seis meses, uma psicóloga do Rio Grande do Sul chegou a tentar o suicídio. Pela falta de pagamento e pela frustração no trabalho, além da realidade de crianças e adolescentes abusados, esta psicóloga não agüentou e atentou contra a própria vida. Claro que outras causas poderiam estar envolvidas, porém, este foi o motivo apresentado por ela para a atitude tomada. Durante a minha pesquisa, ocorreram duas mudanças na coordenação do Programa Sentinela. Não tive sucesso em realizar contato durante este processo.

4.2 Sujeitos que encontrei

Em todo o percurso da pesquisa, encontrei pessoas que contribuiriam para a realização da pesquisa entre meninos e meninas em situação de exploração sexual, e homens e

mulheres, que serviram como informantes. Foram entrevistadas nas ruas e em casas e bares, cinco meninas menores de 18 e dois rapazes sendo estes maiores de 18 anos, mas que foram explorados sexualmente quando eram menores de idade.

O quadro abaixo mostra os sujeitos entrevistados/as com exceção das meninas da boate por não ter dados suficientes de suas histórias de vida.

ENTREVISTADOS/AS

| Sujeitos | Idade | Estado Civil | Local de Origem | Escolaridade | Pontos de prostituição | Passagem por Instituições de cuidado | Histórico de abuso sexual na Família | Aliciadores Agentes de prostituição | Atividade Profissional | Local da entrevista |
|-----------|-------|--------------|-----------------|--------------------|--|--|---|---|------------------------|--|
| Fernando | 32 | Casado | Brasileiro | Pedagogo | Agência e boates | Passagem pelo Conselho Tutelar por permanecer na rua | Não. A irmã foi estuprada por estranhos, o que lhe causou forte impressão | Mulher | Educador Social | Ciudad Del Este Paraguai |
| Marcelo | 19 | Solteiro | Brasileiro | 1º grau incompleto | Boates e ruas do Paraguai, Argentina e Brasil | Passagem pelo Conselho Tutelar e Casas de Passagem | Não. Abuso sexual por estranhos | Homem acima de 60 anos | | Cascavel/Paraná Brasil |
| Ana | 10 | Solteira | Brasileira | 1º grau incompleto | Ruas e Lago da República | Abrigos | Padrasto | Cafetão | | Lago da República Paraguai |
| Juliana | 13 | Solteira | Brasileira | 1º grau incompleto | Ruas e Lago da República | Abrigos | Pai | Não comentou | | Lago da República Paraguai |
| Mariana | 16 | Solteira | Brasileira | 1º grau incompleto | Avenida Costa e Silva/Foz do Iguaçu e boates do Paraguai e Argentina | Não. Sempre corre | Não relatou | Amiga | | Paraguai Avenida Costa e Silva, Foz do Iguaçu/Brasil |
| Valentina | 17 | Solteira | Brasileira | 1º grau incompleto | Boates e ruas do Paraguai, Argentina e Brasil | Casas Abrigos, Casas de Passagem, Conselho Tutelar | Tio | Não relatou | | Casa da "tia"/Santa Helena/Paraná Brasil |
| Janaina | 17 | Solteira | Brasileira | 2º grau incompleto | Boate e ruas no Brasil/municípios limieiros | Conselho Tutelar, Programa Sentinela | Por estranhos | Senhor e dona de bar (zona de prostituição) | | Bar/Diamante D'Oeste/Paraná/Brasil |

Apenas um dos rapazes, que já não está mais em situação de exploração sexual conseguiu dar continuidade aos estudos e terminar uma faculdade. Os/as outros/as não estão estudando. Todas as meninas estiveram ou estão em situação de exploração sexual, nas ruas da cidade, algumas ligadas a cafetões ou se *virando* sozinhas. Um dos rapazes foi agenciado para trabalhar como garoto de programa de *luxo*. O outro rapaz trabalhou tanto em casas de prostituição, quanto na rua.

Duas meninas eram de descendência negra. Os/as outros/as tinham pais de origem italiana, alemã e/ou em miscigenação destas descendências com nordestinos do Brasil ou descendência guarani. Quase todos em seus relatos passaram por situações de abuso sexual antes de começarem as práticas no comércio sexual.

Na boate do Paraguai conversei com seis mulheres. Uma provavelmente menor de 18 anos, mas não disse a idade para não ter problemas com a casa (aparentemente as casas de prostituição não aceitam menores de 18 anos ou pede às meninas que omitam esta informação para não ter problemas).

Não houve permissão para gravar em áudio as conversas e entrevistas. Todos e todas disseram que era uma prova, e que não se sentiam à vontade para falar com gravador ligado. Quem trabalha nesta área diz sentir-se sempre perseguido pela justiça e por aliciadores e cafetões e não querem ter nada que possa identificá-los/as. Apesar do trabalho de registro ser mais intenso nestes casos, realizei as entrevistas sem gravação. Com duas meninas (as que residem nos municípios de Santa Helena e Diamante D'Oeste), foi permitido gravar as entrevistas, porém no final da entrevista elas pediram as fitas de volta e aceitaram que eu utilizasse suas histórias, mas que não ficasse com as fitas nem para a transcrição. Mesmo garantindo de que eu não falaria para ninguém sobre suas identidades, elas não se sentiram seguras para me deixar com as fitas, com medo de que eu pudesse ser assaltada ou perseguida. Janaina disse que um de seus companheiros (um cafetão) a ameaçou porque soube da minha presença em sua casa. Entreguei as fitas e fiz a descrição de suas histórias em meu diário de campo. Procurei as meninas três meses depois para tentar mostrar a forma como procedi na descrição de suas histórias, no entanto, elas não estavam mais na região. Soube por terceiros que provavelmente estariam na região de fronteira de Foz do Iguaçu.

As histórias que os sujeitos me contaram será descrita e analisada pela lógica dos lugares em que estiveram em situação de exploração sexual por mais tempo. No entanto, observando o quadro, algumas situações são comuns em todas as histórias, como os locais em que circularam na exploração sexual.

4. ENTRE FRONTEIRAS: REFLEXÕES

O território como espaço de análise

Falar das fronteiras remete ao conceito de território, como ponto de conflitos e brigas políticas e econômicas que delimitam fronteiras, soberanias. Já na Constituição Federal do Brasil de 1988, foram definidos alguns conceitos a respeito da relação de espaço e poder,

País se refere aos aspectos físicos, ao habitat, ao torrão nacional manifesto, e unidades geográficas, históricas, econômicas e culturais das terras ocupadas pelos brasileiros. Estado é uma ordenação que tem ou fim específico e essencial à regulamentação global das relações sociais entre os membros de uma dada população sobre um território; constitui-se de um poder soberano de um povo situado num território com certas finalidades; a constituição organiza esses elementos. Território é o limite espacial dentro do qual o Estado exerce de modo efetivo o poder de império sobre as pessoas e bens. Forma de Estado é o modo de exercício do poder político em função do território.

Estes conceitos são importantes para compreender os territórios que compõem a Tríplice Fronteira. Rita Segato (2008) faz distinção analítica e conceitual dos termos espaço, território e lugar. Para a autora, a noção de *espaço natural* é um terreno discursivo particularmente permeável, sendo do domínio do real. Permeável, porque o *espaço natural* que consideramos como legítimo e definidor de nossa identidade, pode ser vazado o tempo todo e modificado de acordo com contextos históricos. Já o conceito de *lugar* remete ao local de um sujeito individual ou coletivo, que materializa o *território* como o campo de matizes simbólico do desejo de espaço físico natural, que pode ser objeto de crises pelas mudanças históricas e culturais que atravessam este *lugar*. De acordo com Rita Segato (2008) “território alude a uma apropriação política de espaço, que tem a ver com sua administração e, portanto, com sua delimitação, classificação, habitação, uso, distribuição, defesa e muito especialmente identificação” (SEGATO, 2008, p.3).

Quando se pesquisa entre três fronteiras, o território ocupado por cada um dos países remete ao imaginário já que concretamente é difícil estabelecer um parâmetro sobre onde começa e termina um país. São espaços que mudam com os contextos históricos que

atravessam este território e que ficam marcados, de alguma forma, na cultura do povo que permanece nestes locais. A autora discorre que “território é sempre representação social do espaço, espaço fixado e espaço de fixação vinculado a entidades sociológicas, unidades políticas, órgãos de administração e a ação e existência de sujeitos individuais e coletivos” (SEGATO, 2008, p.2).

Conforme Segato, “o território é uma representação que nos representa” e os conflitos na fronteira revelam que uma nação tem um território próprio, que não se confunde. A briga por terras como objeto de território, de pertencimento, sempre fez parte da nossa história.

O território é o cenário do reconhecimento; as paisagens (geográficas e humanas) que o formam são os emblemas em que nos reconhecemos e cobramos realidade e materialidade ante nossos próprios olhos e os olhos dos outros. (...) Ao ponto que, quando não restam outros, nos reduzimos e remetemos ao território do nosso corpo como primeiro e último bastão da identidade. É por isso que a violação dos corpos e a conquista territorial tem andando e andam sempre de mãos dadas ao longo das épocas mais variadas (...) os conflitos de fronteira revelam que uma nação tem um território próprio, mas não se confunde. (SEGATO, 2008, p.3)

Rita Segato discute as concepções de território, lugar e espaço, em analogia com o modelo ternário de Lacan, RSI (real, simbólico e imaginário)²⁷, fazendo “alusão a um real que somente se revela ao aflorar em crises naturais e históricas e desestabilizar o esquema simbólico que organiza os significados, e de um imaginário emanado das fantasias de um sujeito individual e da ideologia de um sujeito coletivo” (p.3). Os sentidos e experiências de lugar, de território e de espaço, nunca são desligados dos sentidos de *Nós* e de *Eles*, marcando a nossa diferença em relação ao outro.

A busca pela preservação da identidade passa pela questão do território. Conflitos no Oriente Médio, marcado por questões religiosas principalmente, passam pela ocupação da terra e de suas construções que remetem aos contextos históricos e diz muito sobre as pessoas que viveram e vivem nestes locais. Já na fronteira de Foz do Iguaçu, a linha é tênue com relação às marcas históricas que remetem ao povo que vive na região. Não há uma identidade histórica única ou religiosa específica que delimite aquele povo. Citando Benedict Anderson, Segato diz que o que dá a noção de nação não é apenas uma religião, uma língua, ou uma lei, mas um território de referências compartilhadas.

²⁷ Ver página 57, adiante.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) aponta que o “contato interétnico, entendendo-se como tal às relações que tem lugar entre indivíduos e grupos de diferentes procedências nacionais, raciais ou culturais” (p.1) é fenômeno comum do mundo moderno, pela expansão das chamadas civilizações e da globalização. A Tríplice Fronteira é palco de encontro de vários grupos étnicos. Por grupo étnico Frederik Barth (1969) entende como “uma unidade portadora de cultura”. Quando Barth fala de grupo étnico, refere-se a uma população que,

- a) se perpetua principalmente por meios biológicos;
- b) compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito;
- c) compõe um campo de comunicação e interação;
- d) tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem” (BARTH, 1969:10-11).

A região da Tríplice Fronteira é composta por vários grupos que possuem identidades étnicas específicas, e isto diferencia esta região. Por identificação étnica Daniel Glaser (1958), compreende o “uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e, desse modo, relacionar-se aos outros” (p.31). Porém, um grupo étnico em determinada localização geográfica pode adquirir características próprias, em função de suas atividades. Como nos lembra Mara Coelho de Souza Lago (1996) parafraseando Manuela C. da Cunha,

(...) a identidade, como os significantes simbólicos culturais (e como as organizações sociais e os sujeitos, que constituem culturas e identidades como suas representações simbólicas), não é algo posto, acabado, mas, algo “constantemente recomposto, investido de novos significados” e de novas identificações, na dinâmica dos processos psico-sócio-culturais”. (...) “Identidade é uma categoria de interesse multidisciplinar, relevante para as ciências sociais (no desvendamento da articulação sujeito-sociedade-cultura). Em sua utilização pelas diferentes disciplinas, tornou-se um conceito extremamente polissêmico” (p.18).

Olhando para sua história, para suas delimitações geográficas e culturais, caminhando pela fronteira, percebemos uma “Torre de Babel”²⁸, com tantas línguas e

²⁸ História bíblica do Velho Testamento em que os homens construíram uma torre para se aproximar de Deus. Muitos conflitos ocorreram principalmente após Deus jogar um castigo sobre todos, determinando que cada

povos de diferentes lugares. A diferença de uma Torre de Babel é que de uma maneira ou de outra, os povos convivem de diferentes formas com estas diferenças que são respeitadas, pela necessidade de realizar trocas no mercado comum, que se coloca a todos. Mas ainda existe uma preservação da identidade étnica num sistema de oposições ou contrastes, como afirma Oliveira, inspirado por Barth,

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i.e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam com tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada.(OLIVEIRA, 1976, p.6)

Mesmo com a preocupação dos organismos internacionais com os povos do Oriente Médio que transitam por este local, e a onda de terrorismo que ronda o mundo, existe uma certa harmonia entre os povos, já que o crescimento do comércio e o desenvolvimento daquela região caminham lado a lado. A evidência da fronteira aparece quando ocorrem conflitos internos, que fecham a fronteira, impedindo a passagem das pessoas que estão tanto num país como nos outros. Em casos de ameaça de golpe de estado²⁹ no Paraguai, há muitas histórias de brasileiros que se desesperaram e tentaram passar de barco, sendo retirados dos barcos na mira de metralhadoras, tendo todo o seu dinheiro confiscado pela polícia, além de sofrerem espancamentos e, algumas vezes, serem obrigados a passar o rio a nado por lugares perigosos. Muitos desapareceram nesta trajetória.

A fiscalização na Ponte Internacional da Amizade aumentou consideravelmente nos últimos anos, principalmente após o ataque terrorista de 2001 às torres gêmeas nos Estados Unidos. O contrabando de armas, mercadorias e drogas são feitos muitas vezes por barcos principalmente na região do município de Guairá, no Paraná que também faz fronteira com o Paraguai e a fiscalização é menos intensa. Alguns conflitos por drogas e mercadorias marcam estas passagens de barcos ou por terra. No dia 22 de setembro de 2008, houve uma chacina em Guairá, às margens do Lago de Itaipu, onde foram registrados 15 mortos e oito

um falaria uma língua diferente do outro e não conseguiriam mais se entender. Como não conseguiriam mais se comunicar conflitos aumentaram, culminando na morte de muitos. Quando cessa a palavra, impera a violência.

²⁹ Há sempre ameaças de Golpe de Estado no país. No ano de 2008, foram levantados boatos de que a extrema direita estaria planejando Golpe de Estado para depor o atual governo de Fernando Lugo.

feridos. Os autores dos assassinatos fugiram para o lado do Paraguai. O crime foi uma retaliação pela morte de um traficante de drogas no Paraguai. Isto mostra que grande parte dos conflitos agora existentes na região não se refere apenas a brigas por terras, mas também ao comércio de drogas e mercadorias contrabandeadas entre os dois países fronteiriços. A polícia diz ser é quase impossível vigiar toda a represa e muitos contrabandistas fazem a passagem de lancha em apenas 10 minutos pelos portos clandestinos.³⁰

Guaíra pertence ao grupo de municípios conhecidos como Lindeiros, que tiveram suas terras alagadas pelo Lago de Itaipu. Nesta região encontram-se municípios que estão entre os 19 municípios que possuem os mais baixos I.D.H (Índice de Desenvolvimento Humano) do Paraná, abaixo de 0,5%. Entre eles, encontram-se pequenos municípios como Ramilândia, São José das Palmeiras, Ouro Verde D'Oeste e Diamante D'Oeste. Foram municípios em que desenvolvi atividades como psicóloga do Programa Sentinela.

A economia destes municípios está fundada na agropecuária, sendo que 63% de sua população são de trabalhadores volantes, condição esta responsável pela maioria dos problemas socioeconômicos enfrentados pelos habitantes. Devido ao trabalho no campo ser uma atividade esporádica, em função das variações climáticas, bem como pelos períodos de entre safras, as famílias ficam por longos períodos, à mercê dos programas de atendimento a necessidades emergenciais (Proagro, Pronaf, etc)³¹

A população destes municípios é oriunda das regiões Norte e Nordeste do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul (em sua maior parte descendentes de alemães e italianos) que vieram durante os ciclos da madeira, café e algodão. Até a década de 80, a população desses municípios era financeiramente abastada, pois a madeira, o café e o algodão geravam riquezas que garantiam segurança à população e proporcionavam oportunidades de trabalho e crescimento econômico. Com o desmatamento e a erradicação do café no Estado, o índice de pobreza aumentou consideravelmente, culminando atualmente em situações de extrema pobreza. A perda de alguns parâmetros de valores culturais traduzidos pelo trabalho na terra se tornou visível quando os pequenos produtores rurais, sem condição de manterem suas famílias com as rendas obtidas na lavoura,

³⁰ informações do site www.g1globo.com.br acessado no dia 23/09/2008

³¹ Programas nacionais de fortalecimento da agricultura, créditos rurais.

venderam suas propriedades a latifundiários e passaram a habitar na periferia das cidades. Cabe ainda ressaltar que há um grande número de famílias vindas do Paraguai, pela proximidade da fronteira. Por outro lado, um grande número de famílias, diante da opção de deixarem seus lares e deslocarem-se para outros centros acabaram tentando garantir o mínimo de sobrevivência através das várias formas de comércio informal, ou ilegal. Criaram estratégias de sobrevivência e redes de apoio através deste tipo de comércio.

Diante deste contexto, constata-se que os conflitos socioeconômicos se avolumaram e os índices de pobreza aumentaram, propiciando atividades como a exploração sexual. A situação de pobreza levou a elevados índices de marginalidade, envolvendo uma maioria significativa de crianças e adolescentes na exploração sexual, fazendo uso de drogas e vendendo, cometendo pequenos furtos e outros “delitos” que, de certa forma, levaram os municípios fronteiriços com o Paraguai a se organizarem e buscarem a implantação de ações sociais e programas que fortalecessem a reintegração familiar e social.

4.2 Sobre exploração sexual: na fronteira e nas teorias

Exploração Sexual na Tríplice Fronteira

Em função dos problemas apontados e após a implantação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na região de fronteira, e com o apoio da Itaipu, alguns pesquisadores investigaram, entre junho e outubro de 2005, 62 municípios dos três países (15 argentinos, 32 brasileiros e 15 paraguaios). As informações obtidas foram selecionadas de bancos de dados nacionais, regionais e locais, além dos relatórios realizados para compreender o fenômeno das violências cometidas contra crianças e jovens. Com a participação da Unicef foram produzidos relatórios, entre os quais o relatório da situação de crianças e adolescentes na Tríplice Fronteira³².

Um dos problemas apontados por este relatório sobre a situação das crianças e adolescentes na tríplice fronteira, refere-se às questões de mortalidade infantil, desnutrição,

³² Disponível no site www.oit.org.br

saneamento básico, falta de registros de nascimento e documentação. Por estes motivos, o acesso à educação também se torna precário. No Paraguai existe a preocupação com as *criaditas domésticas* de crianças que trabalham em regime de semi-escravidão, além de muitas estarem no trabalho do campo, na lavoura em condições precárias e que colocam a saúde em risco. Na Argentina muitas crianças trabalham em atividades agrícolas e agroflorestais e no Brasil, o trabalho nas ruas e em serviços domésticos é uma grande preocupação do Governo.

Em função dos problemas sociais apresentados nos três países, foram criados alguns programas para tentar resolver a situação da criança e adolescente na rua. Entre estes programas na Argentina, vale destacar os programas: *Jefas e Jefes de Hogar Desempleados*, *Ingreso para el Desarrollo Humano* e o *Plan Nacional de Familias por la Inclusión Social*. No Brasil, há, o *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)* e o *Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano* e o *Bolsa Família*. No Paraguai, há o *Programa Abrazos*. Porém nenhuma destas medidas é suficiente para retirar as crianças de situações de risco, já que o problema é mais complexo e se alinha nas esferas políticas, sociais, econômicas, jurídicas e territoriais.

Os problemas gerados pelo tráfico de drogas e exploração sexual de crianças e jovens, aliados ao turismo sexual e à rede de prostituição, são questões apontadas pelos três países como difíceis de combater. Não há, nestes países, dados estatísticos que configurem com exatidão o panorama da exploração sexual infanto-juvenil, já que os dados no sistema nacional de notificações, o SIPIA, realizados pelo Conselho Tutelar no Brasil e as outras formas de controle estatístico destas violências nos outros países, são referentes a uma pequena parte dos casos que são denunciados e dos quais o governo toma conhecimento. Porém, sabe-se que grande parte dos casos permanece obscura pela “lei do silêncio” que envolve estas questões. As pessoas têm medo de desaparecerem, caso denunciem as situações de violências a que estão submetidas crianças e jovens, principalmente nestas redes de aliciamento para a exploração sexual, o tráfico de pessoas ou de drogas.

Apesar dos dados não serem sistematizados, o Juizado de Menores de Eldorado, Argentina, aponta para 850 registros de casos de crianças envolvidas em situações de violências sexuais como o incesto, exploração sexual, abuso sexual, espancamento e abandono, no ano de 2004. No Brasil, em 24 dos 32 municípios selecionados para a

pesquisa, houve entre 1999 e 2005, 20.504 denúncias de violências contra crianças e adolescentes. O segundo maior número de violências refere-se aos casos de abuso e exploração sexual. No Paraguai, dados do Ministério Público apontam, em Ciudad Del Este, entre 2002 e 2004, 140 denúncias de casos de abuso sexual, 49 casos de tentativa de abuso sexual, 186 de maus-tratos, 44 de estupro e 33 de cafetinagem. O relatório da situação de crianças e adolescentes apresenta algumas considerações aos três países, para o enfrentamento e eliminação destas formas de violências contra crianças e jovens:

- Possuir uma rede ampliada de atendimento materno-infantil, que ofereça às mães e às crianças serviços de qualidade no pré-natal, no parto e pós-parto e nos cuidados com o recém-nascido e na atenção às doenças prevalentes na infância;
- Estabelecer uma oferta regular do registro civil em hospitais e maternidades e realização de campanhas que divulguem a gratuidade do serviço e a importância do registro civil para os direitos de cidadania da criança;
- Implantar em hospitais e maternidades procedimentos, atividades e iniciativas, tais como o Hospital Amigo da Criança, que estimulem o aleitamento materno, dando continuidade deste trabalho em postos de atenção básica, divulgando a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade para a saúde da criança e continuado até os dois anos de idade;
- Oferecer dentro das rotinas do pré-natal o aconselhamento e testagem do vírus HIV, assim como do tratamento adequado, quando necessário. Isso é urgente dada a crescente feminização da epidemia. Da mesma forma há necessidade de atenção em relação à sífilis nessas gestantes;
- Ampliar os serviços de saneamento básico, com definições de atribuições municipais, estaduais-departamentais-provinciais e garantia de execução orçamentária;
- Uma das etapas mais críticas para o desenvolvimento pleno das capacidades das crianças e adolescentes se dá nos primeiros anos de vida. O fortalecimento das famílias em sua capacidade de cuidado, alimentação e proteção, no contexto de programas de desenvolvimento infantil integral, merece toda a atenção e apoio;
- É preciso, igualmente, que os três países invistam numa educação de qualidade, que incorpore crianças de 0-5 anos e crianças das zonas rurais, e que mantenha as crianças nas escolas, diminuindo os indicadores de evasão e repetência, particularmente de adolescentes;
- É preciso ampliar experiências como a do Grupo de Operadores de Direito da Tríplice Fronteira, criado a partir da atuação regional da Organização Internacional do Trabalho no combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, para sua atuação também no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e do tráfico de seres humanos.

Tendo como base estas recomendações, o UNICEF entende ser necessário a construção de uma agenda de trabalho conjunto dos três países, com metas, ações e mecanismos de monitoramento para responder aos problemas

identificados no estudo, de maneira global e integral. Promover os direitos da criança e do adolescente nesta região é uma oportunidade para fortalecer a cooperação e integração com ações concretas no âmbito do Mercosul. Crianças vulneráveis numa região insegura precisam de redes de proteção construídas em conjunto por governos e sociedade civil, com o apoio de organismos internacionais quando se considere necessário e pertinente. Somente uma grande mobilização desses setores poderá transformar a realidade e garantir a proteção de todas as crianças e todos os adolescentes da Tríplice Fronteira.(Unicef, 2005)

Estas questões atravessam as discussões dos três países, mas efetivamente os problemas sociais, econômicos e políticos afetam diretamente o enfrentamento destas violências. Os três países adotaram estas recomendações, porém elas não conseguem ser abarcadas em sua totalidade e não garantem efetiva proteção. Políticas públicas, leis, estatutos existem nas legislações dos três países para garantir os direitos das crianças e adolescentes. Mas a aplicação e as garantias das leis são atravessadas por muitos fatores, principalmente pela miséria que não deixam de existir sem um esforço global maior. Como assinala Karl Raymund Popper (1994), não deveríamos trabalhar apenas para alcançar utopicamente o ideal de uma sociedade perfeita, mas lutar contra as misérias concretas. Ele acredita “que a miséria humana é o problema mais urgente de uma política racional. Popper discorre sobre as ações sociais, que não devem visar apenas um fim determinado e que podemos fazer algo para “tornar a vida um pouco menos terrível e injusta, em cada geração”(p.394), se parássemos de sonhar com ideais utópicos de sociedade, de construção de novos mundos e de um novo homem. Sylvia Leser de Mello (1980), em reflexão sobre psicologia e classes subalternas, alerta sobre o perigo de “estigmatizar populações, denominando-as de promíscuas ou violentas”, fazendo o jogo do poder, “responsabilizando-as pelas condições precárias em que tocam a sua existência”(p.7).

Desta forma, muita discussão, reflexão e fóruns são criados para compreender e combater a exploração sexual infanto-juvenil, mas efetivamente poucos resultados foram alcançados. Julgamos e culpabilizamos famílias pelas situações em que se encontram as crianças, ou então retiramos o *pátrias potestas* ou pátrio poder destas famílias, colocando as crianças em abrigos ou em lares provisórios enquanto a Justiça decide o melhor caminho a ser tomado diante da miséria real que se apresenta. Ações individuais são tentadas, mas não há uma rede de proteção ou de solução para as condições vivenciadas pelas famílias, que muitas vezes sofrem há gerações e encontram suas próprias formas de existir e sobreviver.

Diante das violências a que a infância está sujeita, contamos com a lei. Mas ela, a Lei, não garante o fim deste problema social, e possivelmente de nenhum outro, ou nos coloca numa situação que impossibilita a ação crítica sobre nossas atuações. Patrick Guyomard (2007), psicanalista e filósofo, diz que "com efeito, a lei nos protege e, por isso, nós a invocamos e, ao mesmo tempo, ela nos violenta e nós a recusamos. Há uma violência da lei, uma tirania das leis, em relação à qual se encontram atitudes completamente diferentes (...)"(p.7). Muitos se afastam da possibilidade de apelar à Lei quando se defrontam com a exploração sexual infanto-juvenil.

Como garantir que a denúncia ou o combate não vá colocar a própria vida do sujeito em risco? Como o Estado que chama a denuncia poderia proteger o/a denunciante dos riscos de dar visibilidade aos casos de violência sexual infanto-juvenil? Como dar garantias de proteção a crianças e jovens colocadas em instituições de cuidado, quando tantas denúncias mostram as dificuldades nestes lugares? Não há garantias, nem a inscrição das leis poderia dar esta garantia. Os conflitos não podem ser todos previstos e mediados pela lei, principalmente porque esta retira do sujeito a possibilidade de agir, colocando tudo na mão do Judiciário. Há uma judicialização ou judiciarização dos conflitos (Rifiotis, 2004), que muitas vezes retira do sujeito a possibilidade do enfrentamento aos problemas existentes nas relações sociais. Retira a capacidade de agir do sujeito.

Rifiotis (2007, p.5) em "reflexão sobre as condições de produção de nossos discursos e práticas, sobretudo da dimensão judiciarizante", nos remete a pensar sobre as formas de superação e enfrentamento das situações-limites utilizando a história de João e Maria, dos irmãos Grimm. Assim como na história de João e Maria, nossas crianças e jovens que vivem em "situação de risco", de miséria concreta, em condições precárias de existência, buscam a superação desta realidade através de algumas ações que podem levá-las para o "caldeirão da bruxa", quando expostas ao comércio sexual de seus corpos. Mas o "caldeirão" pode também significar a morte de si quando desconsideramos a capacidade de ação destes sujeitos, vitimizandando e colocando estas crianças em abrigos, esquecendo de tratar da dimensão vivencial de sua existência. As fugas que ocorrem nestes abrigos, de comum conhecimento para quem trabalha na área, revolta os agentes de cuidados que não entendem porque meninos e meninas fogem dos supostos lugares de proteção. Uma resposta aproximada seria este esquecimento de sua capacidade de ação e de ser um sujeito

do desejo. Quando as crianças são institucionalizadas, alguns destes lugares destituem sua identidade, tentando fazê-las esquecer de sua origem, de sua história. São marcas profundas, histórias tristes, de miséria, de violência, porém, são suas histórias que, se negadas, revitimizam e retiram destas crianças a capacidade de ação sobre suas vidas. Estas ações dos agentes do governo, pautadas nos direitos da criança devem ser cuidadosas, para não se tornarem mais violentas do que as violências primeiras que as levaram para uma instituição de cuidados.

Todas as crianças e jovens que entrevistei passaram por instituições de cuidado, ou pelo Conselho Tutelar, ou casas abrigo, ou casas de passagem. Grande parte fugiu destes lugares. Uma das características de instituições de cuidado, é que as violências sofridas pelas crianças são identificadas dentro de um sistema nacional, o SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência). As formas de intervenção e de nominar a violência sofrida podem representar mais um peso na história da criança. Uma marca que torna a ação de proteger, muitas vezes, mais agressiva para quem a recebe. Estas crianças após passagem por estas instituições acabam se tornando o "di menor", aquele que tem em sua história de vida a marca da tutela do Estado.

Crianças e adolescentes que vivem em situação de miséria, de violências, possuem alguma capacidade de ação. Tanto isto é verdade que as fugas estabelecidas das instituições e da família mostram as tentativas de minimizar sua vulnerabilidade. Entretanto, as condições de ação são limitadas, porque esta ação é condicionada às condições sociais, familiares, em que estas crianças se encontram. A marca de vítima retira a possibilidade de reagir às condições impostas. Uma criança que foge de sua família ou de uma instituição é muitas vezes considerada com problemas de comportamento e inadequada socialmente. Mas não são poucos os casos de crianças que fogem na tentativa de se proteger. Se o lar e a instituição fosse um lugar de efetivo cuidado e proteção, provavelmente as fugas não seriam tão frequentes.

Nesta capacidade de ação pode existir o sentido do protagonismo juvenil, difundido pelas organizações de cuidados à infância como uma possibilidade de mudança na história de vida de quem se encontra mais vulnerável a sofrer violências. Entretanto, ressalto que esta possibilidade de ação é muito restrita, pelas condições de vida de muitas crianças e

famílias, especialmente em países com elevados níveis de diferenciação social³³. As estratégias de sobrevivência encontradas são, muitas vezes, formas menos violentas das crianças e jovens terem algum movimento de expressão de seus desejos, mas que não significam um caminho de acesso a uma vida mais digna.

Como anuncia a psicanalista Irene Thèry (2007), a "poção mágica" dos novos direitos da criança, não resolve os problemas sociais dos impasses colocados pela realidade. Esta autora analisa a mudança de entendimento da criança como sujeito de direitos e do *frisson* que marcou as discussões na construção e assinatura do texto da convenção da ONU sobre os direitos da criança.

A 'ideologia dos direitos da criança', na realidade, fortifica uma tendência muito mais geral das sociedades pós-modernas: o pseudojuridicismo psicossocial. Face a tal discurso, afirmar que nem tudo é do direito, que nem tudo é 'meu direito', que nem tudo é a criança, não é se agarrar aos valores do passado nem defender o atual estado de coisas, mas propor um outro diagnóstico político dos fundamentos da opressão, da qual, já que todas as crianças são dependentes, algumas são vítimas. (THERY, 2007, p.151)

A proteção à infância foi criticada pelos partidários da autodeterminação das crianças, por supor a esta um lugar de não pertencimento à comunidade, sendo considerados projetos de seres humanos. Por outro lado, existem aqueles que supõem ser a criança senhora de seu destino, como exemplo, os Children's Liberationists. O texto da ONU sobre os direitos da criança³⁴ não se funda sobre nenhuma destas posições, mas evidencia-se na contradição em supor a criança na lógica dos direitos humanos que supõe a capacidade jurídica, propõe que a criança enquanto ser, em desenvolvimento, não pode ser responsabilizada por seus atos até que o processo educacional se cumpra.

Existe um paradoxo difícil de ser equacionado com relação aos direitos da criança. No texto da Convenção da ONU, a criança é *reconhecida como sujeito*, uma vitória para aqueles que lutavam e se indignavam com o fato de ela ser considerada um subser (Thèry,

³³ Sem esquecermos que se violência e vulnerabilidade social tem muito a ver com condições de miséria econômica, existem também fatores de outras ordens, psicológicos por exemplo, que, independentes da condição de classe social, levam muitos sujeitos à agressão e violência nas relações sociais. No que diz respeito à utilização do outro como objeto de prazer destituído de sua condição de sujeito nas relações sexuais, e a muitas situações de violência, são fatores que precisam ser considerados.

³⁴ Ver o texto na íntegra em www.onu.org, sobre os direitos da criança.

2007). Várias contradições existem no texto da convenção e no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, entretanto, é inegável que as lutas sociais e no campo do jurídico deram uma nova dimensão à infância, passando àquele que não tinha acesso e nem voz, a ser um sujeito de direitos.

No final de 2008, ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Neste evento reiteraram-se a importância de combater redes de exploração sexual infanto-juvenil principalmente às redes da Internet. Os avanços no combate a esta forma de violência à infância desde o segundo congresso, ocorrido em Yokohama no Japão, foram reconhecidos, mas apesar desse enfrentamento, verificou-se um aumento significativo de páginas na Internet voltadas à satisfação sexual com crianças e de acesso a estas páginas. A Rainha Silvíia da Suécia, participante ativa no combate a esta forma de exploração à infância, pediu para que os governantes e, as sociedades civis, ficassem mais atentas ao crescimento da rede de pedofilia na Internet. Já em 2001, a Rainha alertou para o fato de que este meio de comunicação seria uma dos grandes problemas por facilitar o aliciamento e favorecer a esta prática ilícita.

Os participantes do congresso endossaram as medidas dos congressos anteriores e pediram aos 180 Estados-Membros do Plano de Ação Global da OIT que lutassem fortemente contra as piores formas de trabalho humano, principalmente a exploração sexual de crianças. Um eixo apontado pelos participantes nas discussões no congresso refere-se à miséria, e às dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação e justiça da população, que favorecem a situação de exploração sexual infanto-juvenil.

A mídia, e os meios de comunicação, foram apontados como pontos a serem explorados para discussão de medidas e indicadores de violência à infância, pois os meios de comunicação acabam por expor a infância como um fetiche. Corpos com características infantis ou púberes são forte apelo na mídia.

De acordo com o documento gerado no congresso, os Estados-membros se comprometem a combater a cultura de consumo global que favorece o aliciamento e exploração sexual de crianças em todos os lugares, inclusive em escolas, abrigos e outras instituições de cuidado. Os participantes do congresso reconhecem não existirem lugares de proteção quando se fala em situações de exposição e vulnerabilidade. A infância está mais

vulnerável a situações que permitem a violação de seus direitos. Compreender a exploração sexual e combatê-la exige o esforço de vários setores, pela complexidade do assunto. As ações precisam ser conjuntas e envolver toda a sociedade para efetivamente provocarem mudanças. Os Estados-Membros se comprometeram a fazer modificações em suas legislações e aumentar a força de combate à violência contra a infância, diminuindo os problemas que colocam as crianças em condições precárias de vida. Mas, como lembra Thery (2007), instituir leis e ações para assegurar os direitos de crianças, não é o suficiente para resolver os problemas que continuam ocorrendo, o que não invalida estes esforços por parte dos países, no sentido de instituírem práticas públicas de proteção.

Sujeito do Inconsciente e Sujeito do Direito

Antes de me deter nas discussões sobre a exploração sexual de crianças e jovens, acredito ser importante mostrar a base teórica do desenvolvimento de minhas reflexões. Quando me remeto à questão do sujeito, estou pensando no sujeito da psicanálise, ou seja, o sujeito do inconsciente conforme foi tratado por Freud em seus estudos. Freud não usou o termo sujeito como categoria de análise, até porque este é um conceito moderno. O sujeito foi introduzido na psicanálise por Lacan, inspirado na filosofia hegeliana. De acordo com Luciano Elia, o que se propõe ao falar de sujeito da psicanálise é uma releitura dos textos freudianos, um retorno a Freud, *um dizer do novo a partir do mesmo lugar do dizer freudiano*, por intermédio de Lacan (Elia, 2004).

O inconsciente, dizia Lacan (1998 a), *é estruturado como uma linguagem* e o sujeito só pode ser concebido a partir do campo da linguagem. Não pode ser observável como tal, como parte da realidade material. O acesso a ele é possível por meio daquilo que em psicanálise se chama de *formações do inconsciente*, ou seja, pelos sintomas, sonhos, atos falhos, chistes e lapsos da linguagem cotidiana (ELIA, 2007). O sujeito em psicanálise é o sujeito do inconsciente. A Lei³⁵ que rege o sujeito funda uma forma de funcionamento. É o que Freud chamou de complexo de castração elaborando um mito para explicar seu funcionamento:

³⁵ Lei que se escreve em maiúsculo por seu caráter fundacional e unitário (Elia, 2007)

Nesse mito, um Pai primitivo dominava todos os machos do clã, seus filhos, e gozava de todas as mulheres, expulsando ou matando qualquer outro macho que, se emancipado, tentasse tomar uma mulher para seu gozo. Os filhos o amavam mas, certo dia, decidiram reunir-se, matar o pai e comê-lo em banquete. O mais importante do mito de Freud é o seu desfecho: no lugar do pai morto, os filhos erigiram a Lei que justamente impedia que cada um, individualmente, tomasse o lugar do Pai (...). A lei é que substitui o pai tirânico (...) a lei passou a franquear o gozo(...) Essa é a formulação de Freud, mítica, da castração, que como se depreende facilmente, é simbólica (...). (ELIA, 2007, p.93)

A partir das concepções de Freud, Lacan (1999) elabora uma operação conhecida como a *metáfora paterna*, ressaltando que o desejo da mãe pelo seu objeto-filho é, em metáfora, substituído em seu próprio lugar pelo significante denominado *Nome-do-pai*. É criado um hiato entre o filho, como objeto, e o objeto do desejo da mãe, o pai. É nesse hiato que o sujeito pode constituir-se como desejante. O desejo pressupõe a falta. A busca do gozo pela plenitude é algo que nos marca, porém esta plenitude não pode ser vivenciada em sua totalidade. A satisfação plena não é possível e, por isso, somos seres da falta. A metáfora à qual se refere Lacan não é similar à da lingüística. Da leitura de Freud sobre os mecanismos básicos responsáveis pela formação do inconsciente, o deslocamento e a condensação, Lacan utiliza-se dos termos da lingüística e propõe os termos metonímia e metáfora como correspondentes, respectivamente, aos processos de formação do inconsciente em Freud. A produção metafórica consiste na substituição de um significante da cadeia por um outro, produzindo um sentido novo, inexistente até então, inédito (ELIA, 2004).

Em Lacan, o aparelho psíquico é uma estrutura única constituída pelo registro do Real e pelos registros do Imaginário e do Simbólico. O Real é aludido a tudo aquilo que carece de sentido e não pode ser simbolizado, nem referido imaginariamente. O Imaginário, ligado a representações e imagens, corresponde à etapa intermediária entre o auto-erotismo e as relações objetais da libido, e alude ao Estágio do Espelho, no qual o sujeito assume uma imagem do corpo, fazendo um registro da matriz do eu, sedimentado pelo Outro. Já o registro do Simbólico possui na linguagem sua expressão mais concreta, sendo causa e efeito da cultura.

O sujeito, sempre suposto, constitui-se a partir do encontro do “corpo vivo com o mundo dos significantes (Outro da Linguagem³⁶)”. Ele não é inato e tem sua pré-história “num eixo simbólico que pode atravessar gerações que o precedem, num conjunto de traços que lhe são transmitidos *a posteriori*, quando sua constituição se dá, em necessária articulação com um corpo, o corpo individual que vem ao mundo”(ELIA, 2004, p.127). O sujeito só se pode constituir em um ser, como pertencente á esfera humana. Ele entra nesta Ordem social por meio da família ou de seus substitutos sociais e jurídicos como os abrigos, orfanatos, etc. “O homem, desde antes de seu nascimento e para além da morte, está preso na cadeia simbólica que fundou a linhagem, antes que nela seja bordada a história” (LACAN, 1999, p. 468).

Na pesquisa com crianças e jovens em situação de exploração sexual comercial na fronteira entre três países, busquei perceber em suas narrativas as fronteiras dos discursos que caem pelas bordas, e que permitem compreender as formas como são inseridas num campo velado onde a busca pelo prazer configura-se exatamente no anonimato daquele que produz prazer e, muitas vezes, não o deseja. De acordo com Lacan (1998, p. 117), “entre o gozo e o saber, a letra faria o litoral”. O gozo não se deixa apreender totalmente, ele está sempre transbordando, extravasando, porém não é remetido apenas ao significante fálico em sua origem. Elia nos lembra da importância da psicanálise para aprender que “a palavra tem que ser dada, em caráter prioritário e até mesmo *apriorístico*, ao sujeito, e qualquer providência nossa só pode ser secundária à escuta desta fala primeira, prioritária e situada *a priori*”(ELIA, 2007,p.96).

Lacan posicionou o mundo psíquico num movimento pulsional do simbólico, organizado na e pela linguagem. A entrada na linguagem não possibilita ao sujeito as efetivações plenas de seu desejo, que é vivenciado na ordem do imaginário. Com a linguagem o sujeito entra na ordem simbólica, organizando o desejo inconsciente dentro das pressões pulsionais, sendo que a organização subjetiva passa a ser identificada com a linguagem.

³⁶ “Termo utilizado por Jaques Lacan por designar um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente ou, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo. Pode ser simplesmente escrito com maiúscula, opondo-se a um outro com letra minúscula, definido como outro imaginário ou lugar da alteridade especular. Mas pode receber a grafia de grande Outro ou grande A, opondo-se então, quer ao pequeno outro, quer ao pequeno a, definido como objeto (pequeno) a*”(ROUDINESCO e PLON, 1998, p.558).

De acordo com Joel Birman, Freud nos diz no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905, “ que a aventura humana sobre a sexualidade seria essencialmente perverso-polimorfa, constituída por pulsões parciais e anárquicas que buscavam essencialmente o prazer. A finalidade da sexualidade seria então o gozo.” (Birman, 2001, p.257). Para compreensão do sentido do desejo que permeia esses casos de violência sexual, a psicanálise desponta como instrumental teórico de escuta sobre um fenômeno que deixa de se configurar nos meandros do imaginário e que passa a se constituir como uma nova forma de subjetivação nos dias atuais. Segundo Birman (2001, p.26), “a psicanálise ainda é o saber mais consistente, construído pelo Ocidente, para indagar as relações turbulentas do sujeito com seu desejo, ficando para isso nos limites da morte, do gozo e da violência, que nos entreabrem para o que existe de horror no universo das delícias eróticas”. E é neste sentido que as narrativas de meninas e meninos em situação de exploração sexual comercial nesta fronteira do Brasil podem ser compreendidos. Se a experiência pessoal é narrada, é porque possivelmente estes meninos e meninas querem dar um endereçamento àquilo que dizem. Lembrando que experiência em psicanálise remete aos conceitos de resistência e transferência³⁷.

Para compreender o sujeito do direito, recorro a Pierre Legrende e à sua discussão sobre os impasses da filiação na articulação do psíquico com o jurídico. O direito inscreve o sujeito na ordem da filiação remetido às singularidades de cada cultura. Neste sentido a “criança é falada por antecedência”, no discurso de seus pais, no discurso da cultura no qual esta mergulhada, antes mesmo de seu nascimento. Segundo as regras do conjunto social é o *Nome* que institui o sujeito. A criança é instituída no primado do simbólico pela palavra, como filha ou filho de..., pelo Direito. Régine Mougín-Lemerle, refletindo sobre o sujeito do Direito, sujeito do Desejo em Legrende, reforça esta concepção,

Nomear Z não se reduz a dizer que ele é filho de X ou Y, mas consiste antes em declarar que ele traz, de uma maneira socialmente autorizada, o nome de X (ou Y). O nome confere à criança um lugar dentro de uma linhagem, o direito lhe oferece o espaço dentro do qual ele terá de construir sua estrutura psíquica e sem o qual ele não seria mais do que uma ‘boneca de carne’ (Mougín-Lemerle, 2004, p.4)

³⁷ Transferência como um fenômeno que presentifica o real na experiência analítica; Resistência como possibilidade do sujeito apropriar-se do saber do inconsciente. (ELIA, 2004).

O filhote humano tem antes que ser referido a um Nome, para se inscrever como ser vivente e ser capaz de reproduzir a “vida instituída”, simbolicamente organizada, para advir como ser desejanete. Legendre nos mostra que o pai antes de tudo é o representante de uma função.

Na clínica verificamos cotidianamente o que é sustentado pela teoria do direito e pela teoria analítica: não é a ausência de um pai de carne e osso que gera o desamparo (neurose) ou a loucura (psicose). Não é tampouco sua simples presença – mesmo afetuosa e atenta ao filho – que geraria para a criança a capacidade de viver, amar, trabalhar (critérios freudianos da boa saúde psíquica). É o fracasso da função paterna, do ofício do pai, que impede o sujeito de se constituir como tal. Quando falha a junção do biológico, do social e do inconsciente, pela operação dogmática, ocorre, como nos lembra constantemente Legendre, “quebra do sujeito”.(...) o ser humano não se autofunda, não se autoriza por si mesmo a se humanizar, ou seja, a falar e desejar em seu próprio nome. Pois seu nome lhe vem de um outro – o pai – que o recebeu de um outro – seu pai, etc. Sustentar o desejo de viver necessita do apoio simbólico daquele pelo qual fomos chamados a viver na qualidade de “filho de...(MOUGIN-LEMERLE, 2004, p. 3)

Para Legendre (2004, p.15), “o direito surge de um duplo registro: enunciados e representações” A instituição jurídica é orientada pelo princípio de Razão e pela função dogmática, constituindo-se como um sistema ficcional importante para as organizações sociais. O princípio da Razão manifesta-se na sociedade por meio das montagens institucionais, a função dogmática pode ser resumida pela forma do discurso que diz sempre a verdade e nos remete ao impossível estrutural. O poder genealógico como aquele que se reproduz de acordo com a lei da espécie, está relacionado ao poder de instituir a vida, de responder pela “fundação do sujeito humano para que este possa viver, é a função genealógica; é um poder ligado à palavra e à garantia da palavra” (Legendre, 2004, p. 82) Legendre questiona as mudanças apressadas em alguns âmbitos do Direito, que arriscam o ser humano em sua organização simbólica. Com relação à criança, alguns procedimentos dos operadores do direito não observam seu interesse, ou seja, não levam em conta que a criança tem sua própria identidade, sua própria história organizada com relação à Referência, ao “edifício das filiações”, que a fundam como ser vivente. Lembrando que para Legendre, esta Referência não está apenas associada aos pais concretos, mas à construção simbólica deste lugar do Outro como função fundante. “Fundar, portanto, quer

dizer autorizar a criança a viver, introduzindo-a nas categorias da identidade, que são as categorias da Razão”.(p.84)

De acordo com Antonio Di Ciaccia (2005), fundamentado em Lacan, a criança não existe sem instituições estando necessariamente ligada a elas. Em princípio, porque o ser humano está ligado pela linguagem ao contexto institucional: é a linguagem que está na origem de toda forma institucional. Ainda, segundo Ciaccia, a instituição está implicada no próprio campo em que a criança se humaniza, em que ela é referida como indivíduo. Mesmo quando a criança mora na rua, ainda assim ela é remetida a uma instituição, condição *sine qua non* de sua existência. Em alguns casos, vemos que crianças em situação de rua estão numa condição tão precária que o humano é velado. Porém ainda estão mergulhadas no jogo simbólico ao qual estamos submetidos de uma maneira ou de outra, quer seja no desamparo (neurose), quer seja na loucura (psicose).

Em o “Mal Estar da Civilização”(1929), Freud apresenta a tese da cultura causar mal estar nos seres humanos, já que, para fazermos parte do jogo humano, precisamos abdicar da satisfação pulsional. Existe um antagonismo entre os desejos da pulsão e as normas da civilização e neste sentido é que somos vulneráveis ao outro. Precisamos do outro, da cultura para fazermos parte deste jogo humano. O desamparo é o contra-ponto da onipotência ou do desejo da onipotência frente à fragilidade com a qual se depara o ser humano. O desamparo, por sua vez, indica que a vida psíquica continua a ser vivida *fora de si*, na desesperada abertura para um outro que não responde (ANDRÉ, 2001). Freud³⁸ em 1926, fala do estado de desamparo (Hilflosigkeit) relacionado essencialmente à necessidade de cuidados para existir, condição do recém nascido humano ainda inacabado, dependente de quem realiza estes primeiros cuidados, geralmente a mãe, onipotente em relação ao ser que está sob sua tutela. Para o adulto, o estado de desamparo é o protótipo da situação traumática geradora de angústia (LAPLANCE e PONTALIS, 1992). O estado de desamparo e as situações de perigo criam a necessidade de ser amado que acompanha o sujeito humano no decorrer de sua existência

³⁸ Ver em FREUD, S. (1926[1925]). Inibição, Sintoma e Angústia. In E.S.E. vol. XX.

Exploração sexual de crianças e jovens: panoramas teóricos

A violência e a exploração sexual no Brasil contra crianças e adolescentes tiveram maior visibilidade a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), preconizado na Constituição Federal de 1988. Até então, poucas pesquisas mostravam esta temática.³⁹ Segundo Tatiana Savoia Landini (2006) é muito comum acompanharmos notícias de violação sexual de crianças e jovens. Entretanto, alguns afirmam ser um tema completamente desconhecido antes da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da criação das CPIs (comissão parlamentar inquérito). Entre elas: CPI do extermínio de meninos e meninas de rua em 1991, CPI da violência contra a mulher em 1992 e CPI da prostituição infanto-juvenil em 1993. Alguns movimentos sociais de direitos da criança e do adolescente e movimento feminista, reclamam para si a publicização de pesquisas envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes. Muitos noticiários apontavam a existência destes crimes já no início do século passado. Porém, eram tratados como crimes contra os costumes pelos códigos civis e periódicos. Alguns casos ligados à prostituição de menores provocavam um duplo caráter de rejeição e repugnância pelo uso de menores, mas também pela imoralidade frente aos costumes. Os noticiários exploravam a idéia de comercialização de meninas para a rede de prostituição principalmente pelas condições em que se encontravam, como mostra o filme “Anjos do Sol”. O filme retrata o regime de escravidão em que viviam muitas meninas no norte e nordeste do Brasil, vendidas por seus pais e mantidas em situação de cativo. Caso fugissem ou resolvessem se rebelar, eram espancadas, muitas vezes até a morte, para que outras meninas vissem o que poderia lhes acontecer, se quisessem seguir pelo mesmo caminho das que se revoltavam.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança⁴⁰, com posições adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em 1989, também foi um marco na

³⁹ Ver em anexo pesquisas encontradas no site da CAPES

⁴⁰ Trechos do texto da Convenção das Nações Unidas de 1989: “Tendo em conta que a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembléia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos Artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular no Artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança;

Tendo em conta que, conforme assinalado na Declaração dos Direitos da Criança, "a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento”;

história dos direitos da criança. Esta convenção considera criança toda pessoa com idade inferior a 18 anos. Há um reconhecimento desta Assembléia da importância de proporcionar cuidados à primeira infância, ou seja, dos 0 aos 6 anos, percebendo esta fase como primordial na formação da pessoa e constituinte da formação do ser humano. Os cuidados à família também são preconizados no texto da Convenção que estabelece algumas diretrizes e orientações aos países nos cuidados com a infância. Já no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, preconiza que a infância vai do zero aos 12 anos e adolescência, dos 12 aos 18 anos. Adoto neste texto o termo da Convenção da ONU, considerando criança, aquele menor de 18 anos.

Entre 1991 e 1992 Gilberto Dimenstein reuniu depoimentos de meninas do centro e norte do Brasil que viviam a prostituição desde muito jovens (DIMENSTEIN, 1994). Muitas garotas com idade entre nove e 12 anos relatavam que os pais eram passivos frente às atividades que elas realizavam para obter o dinheiro que traziam para casa e que ajudava a pagar as contas e a alimentar os irmãos menores. Algumas meninas eram vendidas e entregues a donos de boate pelos pais ou outros cuidadores. Estas meninas diziam que poderiam chorar, gritar, mas que não eram “devolvidas” para seus pais e, para comer, precisavam trabalhar numa rotina árdua de exploração sexual.

No Brasil, algumas estatísticas apontadas pelo Centro Brasileiro para Infância e Adolescência e divulgadas pelo Ministério da Ação Social, estimam que existam mais de 500 mil meninas prostitutas no país (DIMENSTEIN, 1994, SCHEREIBER, 2001). Na Tríplice Fronteira estima-se um número de mais de quatro mil crianças e um dos motivos

Lembrado o estabelecido na Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Relativos à Proteção e ao Bem-Estar das Crianças, especialmente com Referência à Adoção e à Colocação em Lares de Adoção, nos Planos Nacional e Internacional; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil (Regras de Pequim); e a Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Situações de Emergência ou de Conflito Armado;

Reconhecendo que em todos os países do mundo existem crianças vivendo sob condições excepcionalmente difíceis e que essas crianças necessitam consideração especial;

Tomando em devida conta a importância das tradições e dos valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento; (trecho extraído do site www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php em 12 de setembro de 2007)

levantados pelo IPEC/OIT (2004) refere-se ao turismo intenso na região e à utilização das crianças e jovens para o transporte de drogas e outras mercadorias de contrabando.

Isto é percebido nas ruas da Tríplice Fronteira em que muitas crianças e adolescentes *fazem ponto*, em situação de maior vulnerabilidade social, já que todos somos vulneráveis a violência em suas variadas formas (BUTLER, 2007, ARENDT, 1994)

Segundo Falleiros (2000), o conceito de exploração sexual comercial de crianças e jovens começou a ser utilizado após discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Antes da década de 90 o termo utilizado pelo judiciário era prostituição infanto-juvenil.

Entre as formas de violências cometidas contra crianças e adolescentes, violência doméstica é uma situação que se encontra em quase todas as histórias de quem está vivenciando a situação de exploração sexual. Pesquisadores do LACRI (Laboratório de Estudos da Criança) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, definem violência doméstica contra crianças como,

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO e GUERRA, 1998, p.177)

Segundo Leal (1999) faz-se importante a distinção entre os termos prostituição e exploração sexual comercial, para não criminalizar as crianças e adolescentes nestas situações. A palavra prostituição carrega um peso que coloca meninas e meninos na condição de agentes, que dão seu consentimento para a prática de comércio de seus corpos. Já o termo exploração sexual envolve o fator de dominação nas relações sociais que implicam relações de gerações, gênero, classe, etnia, na estratificação sócio-econômica e nas desigualdades que dão condições para que praticas abusivas de uso de crianças e jovens, ocorram com tanta frequência e sejam muitas vezes naturalizadas. Segundo Saffioti (1995), a exploração sexual pode ser explicada sobre quatro eixos fundamentais: classe

social, etnia, gênero e relação adultocêntrica⁴¹. Este termo inclui “o abuso sexual, as diversas formas de prostituição, o tráfico e venda de pessoas, todo tipo de intermediação e lucro com base na oferta/demanda de serviços sexuais das pessoas, turismo sexual e pornografia infantil”(LEAL, 1999). Além disso,

A exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.(LEAL, 1999, p.11)

Com a realização de algumas investigações da CPI para apurar denúncias de violência sexual infanto-juvenil, foi verificada a existência de tráfico de crianças tendo como objetivo o uso destas na pornografia infantil pela Internet e sua exploração no mercado do sexo. A partir destas questões, o termo exploração sexual infanto-juvenil começou a ser utilizado por abranger outras áreas, não se restringindo apenas à prostituição, mas também ao tráfico de crianças e jovens, redes de pedofilia na net, etc. De acordo com Falleiros,

A década de 90 representa um importante marco no enfrentamento do uso sexual de crianças e de adolescentes no mercado do sexo, através de uma conscientização da gravidade e do avanço do problema em todo o mundo e de uma mobilização nacional, continental e internacional, tanto de organismos internacionais (OIT, INN, ONU) como de ONGs (ECPAT, BICE), entre outros, que promoveram importantes Seminários e Congressos, estudos, pesquisas e programas de atenção aos (às) vitimizados. Mobilização esta que possibilitou importantes avanços no conhecimento e na compreensão desse fenômeno.(2004, p.19)

Existem algumas diferenças conceituais sobre o entendimento da prostituição. Os organismos internacionais e a legislação brasileira compreendem que a prostituição, como atividade de maiores de 18 anos, não é crime. Porém, favorecer a prostituição é considerado

⁴¹ Parafrazeando Bragagnolo (2006) “relações adultocêntricas centradas nos interesses dos adultos. Essas relações fazem com que os adultos exerçam seu poder e, por outro lado, com que as crianças e os adolescentes sejam sujeitados ao seu *gozo* individual, considerando-se a assimetria presente na relação entre eles.(p. 194)

crime, como oferecer passaportes, dinheiro, documentos, traslado, etc, com fins de prostituição (LEAL, 1999).

Dentro do contexto da exploração sexual infanto-juvenil, vários atores estão envolvidos, implicados direta ou indiretamente nas formas como estes jovens e crianças são tratados: famílias, aliciadores, usuários deste comércio em que crianças são vendidas como mercadorias na fronteira, invisíveis para quem passa ao seu lado, sendo mais um número na estatística do abuso, do trabalho infantil, do trabalho escravo. A dificuldade de compreender o fenômeno está no fato de que o mercado sexual movimentava muito dinheiro e constitui-se de máfias que ficam na ilegalidade. Isto faz com que as pesquisas sejam perigosas neste campo e as estatísticas quanto ao tema sejam deturpadas pela invisibilidade de algumas práticas.

Segundo a ANDI – Agência Nacional de Direitos da Infância, os agentes públicos não são capazes de fornecer informações precisas sobre a estatística de violências contra crianças e adolescentes. De acordo com a ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência⁴², apenas 1,8% das crianças tem a iniciativa de denunciar, ou seja, a denúncia está nas mãos das próprias “vítimas” e em muitos casos os violadores são seus próprios pais, o que dificulta o acesso às garantias de direitos. O abuso sexual doméstico não é possível de ser mensurado e os casos que chegam a ser notificados representam uma pequena parte das violências cometidas. Com relação à exploração sexual, a quantificação desta violência é mais complexa. Mesmo alguns pontos sendo “públicos”, ou seja, da exploração sexual infanto-juvenil ocorrer em lugares públicos, o fenômeno é difícil de ser mensurado pela dificuldade em identificar e autuar os violadores sexuais. Muitos municípios também não querem ter anunciadas a quebra das garantias de direitos de suas crianças, porque isto representa um problema político para seus governantes.

Estes fatores foram observados na prática profissional quando estive no Programa Sentinela trabalhando como psicóloga. Sempre participava de fóruns e discussões sobre violência doméstica e abuso sexual infanto-juvenil. Por ocasião destas discussões, dei algumas entrevistas para jornais da região oeste do Paraná, falando sobre a situação pela qual passavam algumas crianças e jovens, ponderando que a rede de tráfico e exploração do

⁴² Disponível no site www.abrapia.org.br Acessado em 07/2008

comércio sexual só crescia, mesmo com os esforços de algumas instituições de cuidado para erradicar estas formas de violência. Porém, no “Sul Maravilha” estes problemas sociais não deveriam existir, pelo menos politicamente, como pude perceber ao ser interpelada por um grupo de vereadores e policiais que pediram que eu me retratasse com relação a estas entrevistas. Se eu gostasse do meu trabalho, deveria ir numa rádio muito conhecida na região, e dizer que tinha sido erro de interpretação do jornalista que fez a entrevista e que eu deveria entrar com um processo contra ele. Como a entrevista havia sido gravada, não havia possibilidade de mudança em meu discurso e nem eu o faria. Fui na rádio, porém repeti que a exploração sexual de crianças e jovens aumentava na região.

Percorrendo os espaços e fazendo a escuta de quem está na situação de comércio sexual, tive um outro olhar sob este problema, que não aquele de quem fica observando em lugares de atendimento psicológico, ou como representante de uma instituição de cuidado. Indo à rua percebi coisas que não saberia apenas pelas entrevistas com crianças e jovens nas instituições, porque o seu discurso já estaria atravessado pela instituição de cuidado. Minha pesquisa procurou também as instituições, mas, os espaços de circulação e como se configuram as relações nesta fronteira levam a um outro caminho, uma outra forma de olhar, de ver os enfrentamentos deste problema.

Claudia Fonseca utiliza o termo “circulação de crianças⁴³” para designar a passagem de crianças de uma família para outra, por guarda temporária ou por adoção propriamente dita. Estas circulações ocorrem muitas vezes para que a criança tenha melhores cuidados do que se estivesse na família de origem, ou pela condição econômica e social geralmente precária nestas famílias.

Utilizo o termo circulação da forma como o concebe Claudia Fonseca, mas também num sentido diverso, para assim designar a passagem de crianças e jovens pelas ruas sem ou com o acompanhamento de seus pais ou responsáveis, ou das instituições de cuidados, principalmente na passagem que realizam entre as fronteiras Brasil, Argentina e Paraguai de forma ilegal, em geral para a realização de atividades consideradas ilegais para sua idade de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁴³ Ver: Fonseca, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional. Questões de pertencimento e posse. Dossiê: Repensando a infância. Cadernos Pagu. Janeiro-junho de 2006. pp. 11-43.

Discussões conceituais sobre exploração sexual e tráfico de pessoas. A Convenção de Palermo

A Convenção de Palermo refere-se à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seu resultado foi adotado pela Assembléia pela Organização das Nações Unidas, a ONU, na cidade de Nova Iorque, em novembro de 2000. Este documento teve três de quatro instrumentos assinados na cidade de Palermo na Itália, na Ilha de Sicília, sendo subscrito por 147 países que se comprometeram a combater o crime organizado transnacional. No Brasil a convenção de Palermo foi promulgada em março de 2004, pelo decreto 5.015. A Convenção de Palermo é um instrumento que prevê medidas de combate, controle, medidas e técnicas de investigação na prevenção ao crime organizado⁴⁴. Outros três protocolos foram adicionados à Convenção de Palermo. A escolha de Palermo é representativa da luta contra o crime organizado, a Máfia Italiana, empreendida por dois magistrados Paolo Borsellino e Giovanni Falcone, que foram assassinados no combate a este crime num atentado a bomba. Salvatore Riina da família Corleonesi ligado a Cosa Nostra, foi responsabilizado por estes assassinatos.⁴⁵

Existem algumas diferenças na forma de entendimento sobre tráfico de pessoas, tráfico de imigrantes e tráfico de mulheres, adolescentes e crianças, tanto conceituais, como na Convenção de Palermo e em seus protocolos adicionais contra estas diferentes formas de violências.

Ela Wiecko de Castilho (2004), realizou estudo para verificar se a legislação brasileira estava de acordo com os princípios dos protocolos adicionais da Convenção de Palermo (2000). Os protocolos adicionais, Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, e o Protocolo sobre o Tráfico de

⁴⁴“A definição de organização criminosa, que vem atender e complementar a legislação brasileira de 1995 (Lei n.º 9.034/1995) que estipulou os meios operacionais de repressão ao crime organizado, é estampada na Convenção de Palermo: grupo estruturado de 3 ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material. As infrações graves ou sérias são aqueles crimes para os quais a legislação nacional preveja a pena máxima igual ou superior a quatro anos. Considerando os protocolos adicionais, pode-se dizer que o crime organizado transnacional atua também através do tráfico ilícito de armas e munições, de pessoas e imigrantes”.(Paraná-Online.com.br)

⁴⁵ Informações obtidas em www.parana-online.com.br, acessado em 20/05/2008.

Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, promulgados no Brasil, respectivamente, pelo Decreto nº.5.017 e 5.016, de 12.03.2004. O Protocolo no artigo 3º define como tráfico de pessoas,

a) significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;

b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);

c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;

d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos.(p.6)

Assim, tratando-se de crianças e adolescentes, ou seja, com idade inferior a 18 anos, o consentimento é irrelevante para a configuração de tráfico. Já quando se tratar de homens e mulheres adultos, o consentimento é relevante para excluir a imputação de tráfico, a menos que comprovada a ameaça, coerção, abuso de autoridade, fraude ou situação de vulnerabilidade, bem como a oferta de vantagens para quem tenha autoridade sobre outrem (Castilho, 2004). Até o protocolo de 2000, as vítimas de tráfico eram consideradas criminosas, pois infringiam a lei, saindo ilegalmente do país. Após o protocolo isto mudou e as vítimas têm como garantias toda a assistência e proteção.

No Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, o art. 239 define como crime,

(...)a promoção ou auxílio à efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. A pena cominada é privativa de liberdade de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e multa. Pratica o crime qualquer pessoa que não o pai ou mãe da criança ou adolescentes (que, por seu lado, podem incidir nos crimes do caput ou do §1º do art. 245 do Código Penal ou no art. 238 do Estatuto). Não se exige que a vítima fique exposta a perigo material ou moral. Basta que o ato destinado ao envio para o exterior não observe as formalidades legais, ou ainda que estejam cumpridas, tenha o agente objetivo de lucro.

Há hipóteses não acobertadas pela norma, como, por exemplo, o envio da criança ou adolescente para o exterior em obediência a todas as formalidades legais, ou que não tenha como fito a obtenção de lucro. Igualmente a promoção ou facilitação da entrada da vítima no território nacional.(Castilho, 2004, p.3)

Pires e Gonçalves (2008) colocam que o tráfico de pessoas é uma das atividades mais lucrativas dos grupos criminosos organizados. Estas autoras ressaltam que a exploração sexual de mulheres e crianças é uma das atividades mais rentáveis, já que muitos destes estão em situação de semi-escavidão. De acordo com as autoras, a maior parte das vítimas possuem entre 15 e 25 anos de idade e a vulnerabilidade social contribui para seu aliciamento e manutenção destas em situações precárias e tendo alguns de seus direitos obstruídos, como a liberdade de escolha, o direito ao próprio corpo e à vivência saudável, entre outros. A posição destas autoras é que a prostituição de meninas e mulheres é um desrespeito ao próprio corpo e aos direitos humanos, pois, são submetidas a um exercício de poder em que homens possuem o direito sobre o seu corpo como se fossem objetos e não seres humanos, e elas em muitas situações, não tem possibilidades de escolha de parceiros e nem das práticas sexuais.

Em outra ótica, Adriana Piscitelli (2004), analisou os fatores de migração de mulheres do Nordeste do Brasil para países europeus, e para locais das rotas de turismo no Brasil. Esta autora considerou a possibilidade de algumas mulheres terem *agency*⁴⁶ (agência ou agenciamento) sobre este movimento para outros lugares. Nesta relação, autonomia e dependência são regularizadas de forma que o dependente também exerce influência sobre aquele que supostamente tem mais poder na relação. Com relação às crianças e adolescentes que encontrei “fazendo ponto” nas ruas da tríplice fronteira, grande parte deles/delas não tinham possibilidade de *agency*.

James T. Sears, pesquisador e editor da Haworth Series on LGBT Youth & Adolescence, em palestra na Univeridade Federal de Santa Catarina⁴⁷, argumentou que, *agency* é a habilidade dos indivíduos de agir autonomamente, tendo controle sobre suas vidas, para fazer escolhas e ativamente perseguir seus interesses e desejos.

⁴⁶ O conceito de agência ou agenciamento utilizado por Piscitelli é o tomado de Giddens (1984) como idéia de poder como capacidade transformadora, mas nos quais os recursos, as formas de relacionamento são os meios pelos quais o poder se exerce.

⁴⁷ Palestra proferida no dia 09/10/2008 sobre Builing LGBT

Neste sentido não acredito na possibilidade de agência com as crianças e jovens, com os quais estive durante a pesquisa na Tríplice Fronteira. Muitos/as estavam nesta situação pela pobreza e vulnerabilidade .

De acordo com a Piscitelli (2004), os estudos e pesquisas do tráfico envolvendo mulheres e adolescentes no Brasil são “domínio das ativistas nacionais e internacionais e de agentes governamentais (p.289) e não problematizam algumas questões sobre o que possibilita a entrada e permanências destas na prostituição”. De acordo com a autora,

Enquanto os estudos acadêmicos pouco dizem sobre o tráfico, há uma quantidade crescente de informação sobre a questão produzida pelos meios de comunicação (CHAME, 2002; Leal e Leal, 2002) e, mais recentemente, por organismos do governo (Ministério da Justiça/Nações Unidas, Escritório contra Drogas e Crime, 2004) De acordo com esse conjunto de informações, 75 mil brasileiras são forçadas à prostituição na Europa (Massula & Melo, 2003:15). E, no que se refere à relação entre tráfico e turismo sexual, essas informações coincidem em afirmar que as duas problemáticas estão inextricavelmente ligadas (CECRIA, 2000:12; Leite, 2000)(apud PISCITELLI, 2004, p. 290).

Na Tríplice Fronteira a OIT (Organização Internacional de Trabalho) em compromisso outorgado com a comunidade internacional com respeito à promoção e defesa dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, realiza trabalhos de combate à exploração sexual comercial infantil, no âmbito do Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil. Dentro do conjunto de intervenções mundiais destinadas a eliminar e prevenir esta forma de exploração de crianças destaca-se a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil, aprovada em 01 de junho de 1999. Esta convenção foi aprovada por unanimidade durante a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho e ela é complementada pela Recomendação 190. Todos os membros que ratificaram esta Convenção deveriam adotar imediatamente medidas para erradicar e prevenir as piores formas de trabalho infantil e, entre elas, a exploração sexual comercial de crianças. No artigo 2º da Convenção 182, as piores formas de trabalho infantil abrangem (SPRANDEL, 2005):

a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas á escravidão, como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dividas e a condição de servo, o trabalho forçado ou obrigatório, incluído o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para conflitos armados;

- b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de estupefacientes, tal como se definem nos tratados internacionais pertinentes, e
- d) o trabalho, que por sua natureza ou pelas condições em que se executa, possa provocar danos à saúde, à segurança ou moralidade das crianças.(p.16)

Estes documentos, bem como as recomendações consideram que as crianças não podem e não devem ser responsabilizadas pela situação de exploração sexual em que se encontram. Rifiotis questiona os estudos no campo das violências como muitas vezes um lugar marcado pelo discurso da denúncia. Este autor pontua que:

As experiências que nos servem de base para a construção do nosso retrato dos estudos sobre a violência apontam para um dado inequívoco que mereceria ser objeto de uma reflexão mais detalhada: referimo-nos à primazia dada ao discurso denunciatório. O cenário está tão fortemente marcado que poderíamos nos perguntar se não há uma prioridade do “discurso denúncia”, ou seja, aquele que reclama o fim da violência, em relação “discurso analítico”. Propositalmente estamos exagerando ao afirmar a existência desta polaridade, mas ela nos permite colocar em questão a posição que estes discursos pretendem ocupar e quais outros eles, implícita ou explicitamente, excluem. O discurso de intervenção política direta não pode ser exclusivo: a revisão deve ser sempre parte do tempo para a ação; e é sempre bom lembrar que os reclamos pelo fim da violência não podem ser um projeto de estudo. Evidentemente, se é preciso afirmá-lo, nós nos colocamos em defesa dos pobres, das minorias sociais, dos que sofrem a violência policial, das mulheres e crianças que são alvo da violência, e acreditamos que os discursos denunciatórios tem uma tarefa fundamental na defesa da cidadania e na construção da democracia no Brasil.(1997, p. 9)

Os discursos nas legislações e nos documentos já referidos, como a Convenção 182 e a Recomendação 190 possuem o teor de discurso denúncia. Porém, quando se pensa em crianças em situação de exploração sexual a dimensão vivencial (Rifiotis, 1997) considera a dificuldade de olhar para um campo sem entrar em choque com questões culturais de indignação no uso de crianças para fins comerciais, principalmente sexual. Por outro lado, nas ruas de todo o país e também na fronteira e do outro lado da fronteira, as pessoas passam por estas crianças, muitas sabem qual a finalidade de sua circulação nas ruas, mas parecem não enxergá-las.

Andando pelas ruas de Ciudad Del Este, Puerto Iguassu e Foz do Iguaçu, vemos algumas situações que remetem a esta idéia. Crianças vendendo alimentos como alho, batatas fritas, objetos decorativos, canetas, pedindo dinheiro ou em situação de exploração sexual, oferecendo seus serviços. Estão em situações de extrema vulnerabilidade. Em minha pesquisa de campo, retornando de ônibus para o Brasil, um motorista me contou que três motoristas colegas de trabalho aliciaram uma menina de 10 anos para exploração sexual. A menina era vendedora de alho na Ponte da Amizade, e pagaram 10 mil guaranis, ou o equivalente a cinco reais. O valor foi pago para o programa com os três homens que saíram contando a seus colegas a experiência do “programa”. O motorista que contou esta violência estava indignado com os colegas de trabalho pelo que fizeram a garota, estava chocado principalmente porque tinha uma filha da mesma idade e não entendia como seus colegas que também eram pais poderiam fazer isto a uma criança.

Nilson Naves (2003) na conferência de abertura do I Seminário Internacional sobre o Tráfico e Exploração Sexual de crianças e adolescentes, falou que a legislação brasileira precisa ser cumprida, e que o momento é de ação. Este autor discorre sobre como as políticas públicas podem ser melhoradas, mas que a dificuldade maior no enfrentamento dos problemas é da não efetividade destas leis no cotidiano de crianças e adolescentes, expostos a situação de exploração sexual, algumas vezes por seus pais e cuidadores. Ele também denuncia as pessoas que aliciam e fazem da prática de exploração sexual infanto-juvenil, um comércio altamente lucrativo, sendo que estas pessoas não são punidas por seus atos. Nas execuções penais, poucos são presos por estas práticas, pela dificuldade em obter provas que os façam pagar em lei por seus crimes. Este mesmo autor fala da mídia, que está por sua vez, ao mesmo tempo em que denuncia os casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, explora em seus canais abertos meninas e meninos em relações de perversidade e expõem seus corpos de forma erotizada para atrair audiência em seus programas. As pessoas sentem repulsa ao ficarem sabendo pelos noticiários de casos de violência sexual, porém, no dia-a-dia não se incomodam ao saber que seu vizinho está seduzindo meninas menores de 16 anos. A forma como Nilson Naves aborda a temática remete ao entendimento de sua fala com exemplo de discurso denúncia, de acordo por Theophilos Rifiotis. Esta forma de abordagem das violências sexuais não considera a dimensão vivencial dos seus agentes. Os motivos que levam meninos e meninas à

prostituição, além da situação em que se encontram as famílias destas crianças, são tratados de maneira generalista sem observar as questões singulares que possibilitam a permanência destes/destas em situações de exploração sexual.

Um relatório sobre a exploração sexual de meninos e meninas na América Latina e Caribe (LEAL, 1999) já apontava para as dificuldades no enfrentamento destas violências pelos organismos internacionais. Entre elas, a “pouca articulação entre as organizações; falta correta de destinação de recursos financeiros e políticas de enfrentamento; precária qualificação dos recursos humanos; a falta de dados confiáveis para melhor compreender o fenômeno”(LEAL, 1999, p.70). Após nove anos, percebemos que estes problemas ainda persistem mesmo com políticas de enfrentamento e ajuda financeira internacional. Segundo este documento, Estado e Sociedade deveriam compartilhar responsabilidades e cumprir normativas nacionais e internacionais. Outro apontamento refere-se a materialidade do crime de exploração sexual infanto-juvenil. A maioria das delegacias não possui recursos suficientes para investigação e repressão do crime e as testemunhas não contam com proteção especial para realizarem a denúncia. Estes fatores fazem com que poucos procedam à denúncia. Atualmente contamos com o disque-denúncia, mas o problema da aparelhagem policial para investigação ainda persiste, sendo que muitas vezes o Conselho Tutelar é o primeiro órgão que entra em contato com estas formas de violências, e muitos conselheiros não possuem a capacitação profissional necessária para tratar da questão.

A OIT em publicação de 2005, “Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado”, estimou que existem cerca de 2,4 milhões de pessoas no mundo que foram traficadas para serem submetidas a trabalhos forçados e calcula que 43% destas pessoas são subjugadas para exploração sexual, 32% para fins econômicos e 25% numa combinação entre estas duas formas de sujeição, ou por razões indefinidas. A publicação da OIT, sobre Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual, coloca que este tipo de evento é o mais rentável economicamente e o que menos representa riscos de assertiva policial. Há muita dificuldade em configurar crime nestes casos, porque o medo que cerca as vítimas faz com que poucos traficantes sejam penalizados. Segundo dados da OIT em 2003, de 8.000 traficantes de seres humanos levados à justiça, apenas 2.800 foram condenados. Neste sentido, alguns traficantes de drogas e mercadorias estão mudando seu objeto de circulação para pessoas. Vale lembrar que o consentimento é algo a ser considerado no traslado de

pessoas adultas, como já foi explanado. O Brasil também é receptor de vítimas de tráfico. Em São Paulo, muitos bolivianos vivem em regime de escravidão, confinados em oficinas de costura, em trabalhos que duram 15 horas por dia, sendo obrigados a dormir nos locais de trabalho. A Pastoral do Imigrante calcula que 10% dos bolivianos que chegam ao Brasil acabam nestas condições.

As condições apontadas pela OIT que favorecem a entrada e permanência de muitas pessoas em redes de tráfico não estão apenas relacionadas com os aspectos de miséria econômica, mas também a globalização, questões de gênero, raça, legislações de difícil entendimento e burocracia excessiva, que impedem que as condenações sejam efetivadas de maneira mais rápida.

Muitas mulheres que seguem para a prostituição em outros países, mesmo com o próprio consentimento, desconhecem as condições de trabalho em que muitas vezes serão submetidas. Acabam sendo enganadas e existem vários relatos de maus-tratos, jornadas excessivas, pagamento inferior ao prometido, endividamento forçado aos donos dos prostíbulos, coação e cárcere privado. Num dos relatos a CPI do tráfico de mulheres, uma das moças traficadas para um prostíbulo na Espanha, relatou que tinham que ficar apenas cinco minutos com os clientes. Quem passasse deste tempo pagava multa. Estas são algumas situações que marcam o terreno da exploração sexual comercial de adultos ou crianças.

5. HISTÓRIAS QUE ME CONTARAM⁴⁸

As Meninas do Lago Da República

⁴⁸ Optei por grafar em itálico os relatos extraídos de meu diário de campo.

Ana

Ana, 10 anos. Em dezembro de 2007, parei para conversar com uma menina que estava fazendo ponto na região do lago. Ela vestia mini-saia, top vermelho, cabelos pretos, de estatura pequena, abaixo de 1,50. Cheguei perto da menina e perguntei se ela poderia dar uma informação sobre o lugar. Ela respondeu no idioma português que ajudaria (esta era sempre uma dúvida constante, nas aproximações, a língua falada pelos sujeitos). Comecei a puxar assunto sobre o dia, sobre o quanto o lago era bonito e sobre o que estava fazendo ali naquele lugar. Fiz a apresentação da pesquisa. Ela aceitou falar desde que não fosse gravado e que estivesse longe da vista de outras pessoas (provavelmente o café). Permanecemos em pé e comecei a falar de algumas meninas que conheci na época em que trabalhava no Programa Sentinela, se ela as conhecia. A menina, que chamarei de Ana, diz ter conhecido uma delas sim e que ela havia desaparecido. Algo muito comum entre quem está nestas situações de vulnerabilidade social, nas ruas, é que muitos se conhecem. Aprendi isto nos atendimentos do Programa Sentinela. Puxei assunto por este lado para que ela percebesse que não estava ali para denunciar e nem para levá-la a alguma instituição abrigo. Perguntei sobre seu dia-a-dia. Ana disse da dificuldade em permanecer na rua e contou que fazia programa para ajudar seus irmãos menores a se alimentarem. A mãe tinha um filho de um ano e não podia trabalhar fora por conta do pequeno. Ela via a menina sair todos os dias, mas não fazia perguntas sobre como trazia alimento para casa. O pai ela não conhecia e o padrasto foi embora. Foi abusada por ele quando tinha seis anos. A mãe fingiu nada saber. Isto a deixou muito magoada, mas, não havia muito que fazer. Ana recebia ameaças do padrasto se ficasse contando para alguém do abuso.

A respeito do abuso sexual, Eva Faleiros (2003) assinala o binômio acomodação, repressão, refletidas na cultura brasileira em práticas de impunidade e autoritarismo, nas relações entre dominantes e dominados. As situações de violência de gênero são naturalizadas e tidas como comuns. Mesmo sendo repudiada pela população, esta prática encontra-se em alta prevalência. De acordo com Faleiros (2003), grande parte de quem esta no comércio sexual constitui-se de meninas e quem explora esta forma de trabalho são homens. O conceito de gênero é uma categoria útil de análise (Scott, 1990) também para a

pesquisa de criança e do adolescente em situação de exploração sexual por compreender como se configuram as relações.

Jane Flax anuncia que “as relações de gênero entram em qualquer aspecto da experiência humana e são elementos constitutivos dela”(1992, p.220) Os estudos de gênero contribuem para a compreensão de campos discursivos que não são universais, mas que precisam ser entendidos em seus contextos históricos, sociais, na inter- relação “entre gênero e modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas”(BUTLER, 2003, p.20). Desta forma,

(...) pode-se afirmar que houve uma mudança profunda na forma de entender a violência sexual cometida contra menores de idade – a ênfase, antes colocada na questão de gênero, passou a ser posta na idade, ou seja, se antes a violência era entendida como um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres, no final do século XX ela passou a ser vista muito mais como uma questão relacionada à desigualdade entre crianças e adultos. Em outras palavras, houve uma mudança de enfoque de gênero para geração. Nesse sentido, o que antes constituía uma única categoria – a violência sexual, seja contra crianças seja contra adultos – passou a constituir dois grupos analíticos – a violência sexual contra adultos e a violência sexual contra crianças.(LANDINI, 2006)

Susan Forward e Craig Bruck (1989), nos estudos sobre incesto e em relatos de suas experiências clínicas de atendimento psicológico a vítimas de abuso sexual na infância, salientam que o agressor procura o poder através do incesto e que em muitos casos são homens violentos. A satisfação sexual não é apenas o que movimenta o abuso. Estes agressores cometem o incesto e, em alguns casos, a violência doméstica para se afirmarem e convencerem a si mesmos de sua potência. Pode ser também, ainda de acordo com estes autores, uma necessidade de ternura e compreensão não encontrada nos círculos familiares e profissionais. A autoridade e a manipulação no abuso sexual seria então uma maneira de se auto-afirmar, diminuindo a ansiedade.

Ana morou desde pequena no Paraguai, mas era de nacionalidade brasileira. A mãe falava português e ela também. Gostava de ouvir músicas dos Rebeldes⁴⁹ e sonhava com um dos personagens principais. Tinha esperança de um dia casar e ter um amor que a tirasse daquela situação de miséria. Buscava carinho, mas só encontrava dor, ela dizia. Estava com 10 anos e nunca havia tido uma boneca, não podia brincar porque precisava

⁴⁹ Grupo musical composto por atores jovens que pertencem à novela com histórias de adolescentes que moram e estudam num internato

cuidar dos irmãos menores. Ela tinha um irmão mais velho, mas ele havia sumido para trabalhar na fronteira como laranja, pessoa que passa mercadoria do lado da fronteira brasileira para o lado paraguaio. A mãe acha que ele não está mais vivo. Sente falta da presença e da figura de proteção que este irmão representava.

Ganhava 10 mil guaranis para fazer os programas. Cerca de cinco reais. Conseguia comprar arroz, farinha de milho e mandioca com o que ganhava. Às vezes era assaltada e voltava sem nada. E precisava entregar um pouco do dinheiro que ganhava para o homem que cuidava da segurança delas/deles no lago. Ali era um lugar privilegiado porque os tios que por ali passavam tinham carros grandes e às vezes compravam comida ou guloseimas para atrair a atenção dos meninos e meninas do lago. Eram mais cheirosos do que os homens que trabalhavam nas lojas do centro. Porém, em alguns momentos eles gostavam de bater. A menina encheu os olhos de lágrimas, dizendo ter esperança de sair daquela situação quando encontrasse um amor, um homem para casar. Ela parou de falar e disse que precisava ir para outro lugar antes que o homem que cuidava das meninas na rua, percebesse que eu estava ali atrapalhando o dia. Saio de perto para sua segurança.

Juliana

*Juliana, 13 anos. Fevereiro de 2008. Sento-me ao lado de **Juliana** num banco do lago da República e peço para conversar. Solicitei algumas informações sobre o local e se ali havia muitos turistas circulando. Ela começou a conversar comigo, um pouco desconfiada e perguntou se eu não era agente de cuidados a menores. Fico sabendo por ela que existia uma espécie de Conselho Tutelar no Paraguai, instalado dentro de uma universidade próxima à rodoviária de Ciudad Del Este. Ela disse que já havia sido capturada três vezes por eles, mas que sempre fugia. Perguntei o motivo de suas fugas e se eles não eram legais com ela. Juliana disse que não e que já havia sido agredida fisicamente por alguns deles. Todas às vezes, em que havia sido capturada ela fugiu porque sentia medo. Segundo seu relato, ela se sente um lixo quando cai nas mãos dos cuidadores porque eles estão neste trabalho apenas pelo dinheiro. Perguntei se eles não ficavam preocupados com as saídas dela e por este motivo agiam de forma um pouco mais dura. Juliana disse que não e que não queria mais saber de voltar. Quantas vezes fossem*

necessárias ela fugiria. Alguns rapazes passam de carro pelo local e gritam algumas “gracinhas”. Não entendi porque falavam em idioma guarani ou num castelhano muito próprio da região. É difícil compreender até mesmo o que a menina falava porque algumas palavras foram pronunciadas em português e outras em castelhano. Ofereci água a menina porque o calor que fazia era intenso. Ela aceita e pede para ficar com a garrafa. Pedi para que ela falasse um pouco sobre sua história. Juliana disse que nasceu numa cidade do Brasil e que estava ali desde os dois anos. A mãe veio com seu pai para o Paraguai para trabalhar na roça. Moravam em MBAête. Os pais tiveram seis filhos. Ela era uma das mais velhas. O pai começou a abusar de Juliana quando ela tinha quatro anos e continuou abusando até os seus oito aproximadamente. Ela não entendia muito bem o que acontecia, mas tinha muito medo do pai. Ele batia muito em sua mãe e irmãos e sempre estava bêbado. Com o tempo Juliana resolveu fugir e começou a pegar carona para tentar voltar ao Brasil e ir morar com sua avó. Conseguiu chegar na cidade, mas descobriu que avó materna estava muito doente. Ela também gritava muito com a menina. Não ficou nem dois dias e voltou de carona para a fronteira. Entrou em Ciudad Del Este e morava com uma “tia”. Não quis explicar como encontrou esta “tia”, mas deixou transparecer que ela não era parente sanguíneo. Esta tia lhe oferece abrigo e em troca lhe dá um pouco de dinheiro que ganhava nas ruas. Perguntei o que ela fazia nas ruas e ela disse que levava mercadoria, vendia alho, ajudava uns “tios”. Perguntei que tipo de ajuda oferecia aos tios. Ela sorriu e disse: “Ai tia, você sabe né”. Perguntei se ela não tinha projetos, o que ela queria para o futuro. Ela encheu os olhos de lágrimas e disse que sentia saudades dos seus irmãos e mãe e que queria encontrar um bom companheiro que a tirasse daquela situação e a levasse de volta para perto de sua mãe. Não pretendia estudar porque disse não conseguir entender nada do que os professores diziam. Ela frequentou por dois anos a escola mas levava muita palmatória (descubro que em algumas escolas no Paraguai esta medida de coerção ainda é adotada, como forma de educar as crianças que não conseguem aprender). Juliana falou que alguns homens são malvados e a machucam, mas que ela sonha em encontrar alguém que seja bonzinho. Quer se sentir especial, mas com a vida que leva pensa apenas que é um lixo. Tem nojo de si mesma pelo que o pai fez e sente vergonha de contar isto para as pessoas. Depois disso disse que não quer mais falar nada e pediu para que eu fosse embora porque precisava trabalhar. Eu perguntei se ela ficaria

bem e ela me respondeu: “o que você acha, claro que não, mas não pode fazer nada para me ajudar, pode?”. Esta pergunta me deixou incomodada e perguntei se ela queria que eu a levasse para alguma instituição de cuidados, ou outro lugar. Ela não quis e preferiu ficar com a sua tia que é “boazinha” e pediu novamente para que eu saísse de perto porque estava atrapalhando o movimento. Saí para não a deixar mais irritada. Entretanto, o sentimento de impotência me deixa angustiada. O desamparo apresentado por esta menina soma-se ao meu desânimo e frustração frente a uma situação complicada. O que fazer numa situação de vulnerabilidade, risco e desamparo que configuram a trajetória de Juliana?

Nas Ruas das Cidades – Histórias de quem faz, ou fez ponto nas ruas.

Mariana

Mariana, 16 anos. Em Foz do Iguaçu, na avenida Costa e Silva, alguns motéis fazem parte do cenário. Comecei a caminhada por volta das 20 horas, horário em que a escuridão começa a se instalar no horário de verão. Um cheiro de urina é característico do lugar. Desta vez fui com poucos acessórios. Sem bolsa, cabelo solto, roupa escura, fiquei caminhando e conversando. Comprei um refrigerante num barzinho e continuei a caminhada. Cheguei perto de uma menina e me apresentei. Disse que gostaria de fazer algumas perguntas e se ela poderia me ajudar numa pesquisa que estava fazendo sobre meninas e meninos que trabalhavam nas ruas da fronteira. Ela concordou e disse que não tinha problemas em falar sobre o que fazia. Percebi que a abordagem não foi difícil porque geralmente as pessoas fingem não ver estas meninas, talvez por isto algumas aceitaram sem muita hesitação conversar comigo. Eis então Mariana, 16 anos.

A rua para Mariana é um lugar em que ela se sente livre. Não tem a pressão que existe dentro de casa. Ela disse que seus pais não sabiam o que ela fazia na rua e nem perguntavam. Mariana diz para eles que trabalha como telefonista à noite e, como ela leva algum dinheiro para dentro de casa, não há reclamação de suas saídas. Ela já tem duas filhas. Engravidou a primeira vez de um vizinho casado e acabou dando sua filha para a

adoção. A outra criança, a mãe dela cuida. Engravidou sem querer, mas deseja dar coisas boas para sua filha para que ela não leve a mesma vida que a mãe. Começa a chorar neste momento. Ficamos em silêncio por um tempo. Um homem se aproxima e pergunta quanto era o programa com as duas (Mariana e eu). Mariana disse que ela cobrava 30 reais por uma hora ou 15 reais apenas para sexo oral. Eu finjo que não escutei a proposta para as duas. Ele acaba desistindo do programa. Ela disse que não gostou da cara do cliente. Continuamos a conversa. Mariana diz que entrou na “vida” quase que por um acaso. Estava passando fome e logo após o nascimento da primeira filha sentia-se muito perdida. Resolveu procurar emprego e uma amiga já estava fazendo programa por dois anos, convidou-a para ir numa casa de prostituição no Paraguai. Mariana disse para a mãe que vai dormir na casa de uma amiga e parte para o Paraguai. Começou a se prostituir por 30 reais ou 60 mil guaranis (moeda paraguaia). Ficou assustada nos primeiros encontros. Sentiu medo de ser violentada, mas começou a se acostumar, pelo dinheiro que entrava. Dinheiro difícil e não fácil como costumam dizer. “A vida fácil é difícil”, ela disse. Outros clientes começaram a abordar Mariana. Percebi que a situação poderia começar a se complicar para mim, porque alguns homens não entenderiam que eu não estava ali para fazer programa e poderiam se irritar. Sinto que o risco é grande, principalmente pela escuridão e pela curiosidade que comecei a despertar à minha volta. Agradeço à Mariana pela oportunidade de conversarmos um pouco. Perguntei se poderíamos conversar em outro lugar e em outro horário, mas ela ficou desconfiada e disse preferir não falar mais nada, tinha medo de ir parar no Conselho Tutelar. Já havia escapado outras vezes do Conselho Tutelar e não tinha intenção de que seus pais a buscassem neste lugar. A conversa termina.

Marcelo

*Marcelo, 19 anos. 20 de março de 2008. Encontrei Marcelo através de alguns conhecidos do Conselho Tutelar e educadores sociais. Ele concordou em conversar comigo. Marcamos um encontro numa lanchonete da cidade às 17 horas. Encontrei **Marcelo**, calça jeans, cabelo castanho, lentes azuis. Foi aliciado para trabalhar na fronteira. Antes de entrar na “vida”, ele morava com seus pais numa cidade de fronteira*

do oeste do Paraná, que preferiu não nomear para não correr o risco de ser identificado. Sua história na exploração sexual tem início com um senhor que parou na frente de sua casa e perguntou se ele não gostaria de trabalhar numa roça onde teria comida e casa para dormir. Fez promessas de que com o tempo ele poderia ser o gerente de suas terras no Paraguai⁵⁰, caso se destacasse nas atividades. Marcelo, que estava com 16 anos, acreditou naquele senhor que parecia seu avô, de fala mansa. Este senhor estava dentro de uma caminhonete S10, muito bonita, e ele acreditou em suas palavras. A única imposição é que deveria sair o mais rápido possível, porque ele precisava voltar para suas terras. Outra imposição é que ele não deveria informar aos pais o nome da cidade onde trabalharia e nem o país, porque não queria gente demais bisbilhotando em suas terras. Ele acreditou em tudo o que aquele senhor dizia. Não hesitou em pegar suas poucas coisas e avisar a mãe que tinha arranjado um emprego e que voltaria para trazer dinheiro. A mãe chorou muito e só conseguiu ver a S10 partindo rapidamente. Seu filho havia sido aliciado em menos de uma hora e preferiu acreditar que ele estava em boas mãos. Eles realmente seguiram para o Paraguai, mas o trabalho era outro. Aquele senhor gostava de meninos e prometeu que se Marcelo se comportasse teria tudo o que desejasse, porém se ele negasse poderia ser encontrado sem vida e ser enterrado como indigente em terras estrangeiras. Acabou cedendo aos fatos. Viveu a mercê dos desejos sexuais daquele senhor por um ano. Após isto ele conseguiu fugir. Com vergonha da família começou a se prostituir nas ruas de Ciudad Del Este e Puerto Iguassu. Transitava entre estas fronteiras, mas não ficava em terras brasileiras por medo de ser reconhecido. Teria muita vergonha se sua mãe descobrisse o que de fato acontecera com o filho. Encontrou amigos na mesma situação e dividiram um quarto em Ciudad Del Este por algum tempo. Trabalhou como avião, levando drogas para o Brasil e serviu de laranja contrabandeando mercadorias proibidas. Guardou um pouco de dinheiro e voltou para a casa de sua mãe. Ficou muito feliz, mas percebeu que não conseguiria mais viver naquela situação, sem contar a verdade. Resolveu ir para a cidade de Cascavel e começou a trabalhar nas ruas para sobreviver. Foi pego pelo Conselho Tutelar e acabou num abrigo para menores de 18 anos. Não deu indicações de seu endereço e de sua cidade natal para o pessoal do conselho, por sentir muita

⁵⁰ desejos de muitos/as que trabalham na agricultura da região. Há inúmeras histórias de quem foi para o Paraguai e começou a trabalhar como peão tornando-se gerente da fazenda tempos depois.

vergonha dos pais. Preferia a morte a contar tudo o que havia lhe acontecido durante estes anos. Completou 18 anos e voltou para as ruas. Com o tempo e com a ajuda do conselheiro tutelar que me apresentou Marcelo, começou a trabalhar como estagiário em empresas locais. Busca “exorcizar” seu passado e sua culpa por tudo o que aconteceu. Disse não se sentir macho o suficiente, porque não conseguiu se defender e aceitou rapidamente a proposta daquele senhor. “Foi muito ingênuo, mas hoje sabe muito bem enxergar os gatunos que querem apenas raptar a alma”. Estava fazendo terapia na faculdade onde eu era professora e supervisora de estágios na época da entrevista, e disse que isto estava lhe fazendo muito bem. Quer apenas ser amado e esquecer tudo o que viveu. Nosso encontro acabou com um suco de laranja e meu agradecimento pela possibilidade de escuta que ele me ofertou. Marcelo se ofereceu para me ajudar na fronteira. Digo que não era necessário, porque já tinha meu guia e alguns informantes na região. Mas que se ele pudesse indicar os locais eu ficaria grata. Não achei prudente colocá-lo novamente naquela situação de fronteira.

Valentina

Valentina, 17 anos. Encontrei Valentina na cidade de Santa Helena na casa de uma mãe de santo que acolheu a menina e estava com guarda provisória da mesma. O contato foi feito através de uma educadora social de outro município em que eu que já havia realizado atendimento. A história de Valentina é um pouco confusa. Ela não foi educada por seus pais. A mãe, segundo relato de Valentina, era uma mulher da vida e ninguém soube quem era seu pai. Ela ficou morando com sua avó até os oito anos de idade e depois foi ficar na casa de uma tia, no sítio, para ajudar nos afazeres domésticos. Nesta casa, o marido desta tia começou a abusar sexualmente de Valentina. Primeiro eram carinhos apenas, pequenos agrados e presentes que aproximaram Valentina deste tio. Após aproximadamente um ano, Valentina começou a ser abusada pelo tio, e com o tempo ele a agrediu fisicamente. Assustada, ela tentou contar para a tia que negou os fatos e a chamou de vagabunda. Valentina, então com 10 anos, fugiu de casa e foi morar com vizinhos. Estes acontecimentos ocorreram em Portão do Cuí, próximo à cidade de Medianeira. A família que a abrigou foi morar numa fazenda em Puerto Iguassu, para trabalhar. A situação de

trabalho neste local não foi a esperada e eles foram então para o Paraguai, em Santa Rosa. Nesta região, Valentina efetuou várias fugas da casa desta família e voltava para a região de Santa Helena. Transitando entre as cidades de Santa Helena, Diamante D'Oeste, Ramilândia, ela foi parar várias vezes no Conselho Tutelar, que a retirava das ruas. Mas ela acabava sempre retornando por não encontrarem uma família acolhedora e nem um abrigo na região. Havia um abrigo em Nova Santa Rosa, próximo à cidade de Toledo, que era mantido por uma entidade religiosa da Alemanha, entretanto, foi fechado porque o judiciário alegava existir trabalho infantil na casa. Este abrigo era um lugar em que Valentina gostava de ficar, porque era tudo muito organizado e bem distribuído⁵¹. Valentina foi encaminhada a uma família acolhedora do Portão do Cuí, mas fugiu da casa porque não gostava de ficar próximo à casa de seu tio, autor de violência sexual. Nesta época fugiu e foi para o Paraguai, viver numa boate. Valentina disse que trabalhou mais nas ruas de Ciudad Del Este porque o fluxo de pessoas na região era maior. Tinha medo, mas sentia-se melhor na rua do que em casa de famílias que não a queriam de fato. Ficou um tempo na rua e outro tanto na boate. Não disse para mim em que lugar ficava a boate. Em 2006, estava numa zona na cidade de Diamante D'Oeste, muito conhecida na região. O Conselho Tutelar ficou sabendo da presença de um menor de 18 na casa e foi fazer a diligência. Ao saber da presença do Conselho Tutelar, fugiu para a comunidade de Santa Terezinha. Depois ficou escondida num acampamento do Movimento dos Sem Terra, na região de Ponte Nova e lá pegou carona com três rapazes que diziam estar seguindo para o Paraguai. Foi violentada brutalmente e espancada pelos rapazes. Foi parar no hospital de Santa Helena. Depois foi encaminhada a uma família acolhedora da região, porque a tia não a queria por perto. Também não ficou na casa desta família. Conheceu a filha da mãe de santo e ficou “parando” por lá, por uns dias. A senhora pediu a guarda provisória de Valentina e esta lhe foi concedida temporariamente. Prestes a completar 18 anos, não sabe para onde vai depois. Mas está gostando de morar com esta senhora, a mãe de santo,

⁵¹ Tive a oportunidade de conhecer este abrigo na época em que trabalhava no Programa Sentinela. Fazia o acompanhamento de algumas crianças que eram encaminhadas para esta casa. Era um local muito organizado e todos os cuidadores eram da Alemanha. Jovens que vinham ao Brasil para trabalhar nesta casa como estagiários. Além do português, as crianças aprendiam o alemão. A alegação de trabalho, segundo os coordenadores da casa, ocorreu porque as crianças cuidavam da horta e de algumas plantas. Cada criança plantava uma árvore e tinha como obrigação cuidar da mesma, dando água e retirando os excessos de folhas em sua volta. A casa foi fechada e parte das crianças foi encaminhada às famílias de origem, como tios e avós, mesmo sem o desejo destes, e outros cujas famílias não foram encontradas, foram encaminhados ao SOS Aldeia, aos cuidados de mães sociais.

que a acolheu com carinho. Tem medo dos homens. Não tem esperança no futuro. Relatou que não sabia o que iria ser de sua vida e não gosta da vida. Seu sonho é encontrar sua mãe, que não vê desde pequena. A única informação que tem é que ela tem outra família e mora com um senhor. Esta é a história contada por Valentina.

Janaina

Janaína, 17 anos, conversou comigo em Diamante D'Oeste. Encontrei-a em uma zona conhecida da cidade. O encontro foi facilitado pela dona da casa, que eu já havia atendido na Unidade Básica de Saúde do município, como psicóloga. Janaina também já havia sido atendida por mim no Programa Sentinela. Aceitou falar porque acreditava que estas pesquisas poderiam cooperar para ajudar meninas como ela, que não tiveram muita chance de mudar de vida.

Janaína faz programas desde os 12 anos. A mãe também fazia programas, mas, como tinha que cuidar do filho com deficiência física e mental, não podia mais sair de casa. Mãe e filha são muito bonitas. A mãe é descendente de alemães e o pai de Janaína veio do norte do país. A miscigenação trouxe característica que conferia a Janaína uma beleza marcante. A mãe de Janaina tem três filhos. Duas meninas e um menino. Janaina é a mais velha e o menino deficiente, o mais novo.

Janaina foi seduzida aos 12 anos por um senhor de 80 anos. Ele sempre dava guloseimas e dinheiro para a menina ficar nua na frente dele. Inicialmente ele só ficava olhando e depois tocava até chegar no abuso. Janaina disse que ele tomava Viagra e que acabou tendo um infarto num dos abusos cometidos contra ela. Nesta ocasião o Conselho Tutelar do município fora acionado, entretanto a cidade toda ficara sabendo do abuso. A menina ficou marcada por toda a cidade e era tida como uma vagabunda e culpada por causar a morte daquele senhor. Falavam na rua que ela era perigosa e que provocava os homens casados. De acordo com Janaína, ninguém percebia que quem tinha seduzido Janaina era o homem, com seus 80 anos e o poder do seu dinheiro. Janaína foi seduzida por outro fazendeiro, que tinha por volta de 77 anos de idade. Ele pagava 400 reais pelos serviços de Janaina. Nos atendimentos que ela realizava comigo no Programa Sentinela, sempre dizia que detestava servir aqueles homens, mas que não poderia ajudar a família

de outra forma, porque ninguém lhe daria emprego. Nesta época, conseguimos um estágio para ela no Posto de Saúde e no programa Agente Jovem do governo federal. Ela ficou muito feliz, mesmo recebendo 60 reais por mês e uma cesta básica. Queria estudar e tornar-se técnica ou protética. Porém, no posto de saúde, os funcionários e pacientes a tratavam como se ela tivesse roubado ou matado alguém. Janaina disse que permaneceu neste trabalho até os 16 anos, mas que foi mandada embora e não conseguiu mais nenhum trabalho na região, voltando a receber ajuda financeira de um senhor da região. Seu sonho, seu desejo era estudar e cursar uma faculdade e ajudar sua mãe e irmãos a ter uma vida diferente da realidade a que estiveram submetidos até o momento.

Fernando

14 de dezembro de 2007. Fernando, 32 anos, com muita história para contar. Disse viver numa situação difícil financeiramente, porém não desejava retornar à prostituição, profissão em que ganhou muito dinheiro. Não gosta muito de lembrar sobre a época em que se prostituiu, mas diz que está feliz em contar sua trajetória para alguém com quem ele simpatizasse, e que não era nem amigo, nem parente. Falou muito e não fez muitas perguntas, já que Fernando contou sua história durante duas horas, dizendo que estava exorcizando o que vivera, naquela possibilidade de falar comigo. Começou relatando sua infância pobre. Tinha dois irmãos e uma irmã e viviam numa casa pequena, com quatro cômodos, na região periférica de Foz do Iguaçu. Os pais, apesar de não possuírem muitos recursos financeiros, tentaram passar a melhor educação para os filhos, dentro de suas possibilidades culturais e econômicas. Ele lembrou que às vezes tinham que roubar galinha e mandioca do quintal dos vizinhos para se alimentarem. Os pais estranhavam a chegada dos alimentos, mas Fernando e os irmãos diziam que havia sido presente de conhecidos. Os pais fingiam não saber de onde vinha o alimento. Preferiam não saber, de acordo com Fernando. Os pais procuravam transmitir valores religiosos para ele e os irmãos. Entretanto, Fernando não conseguia corresponder às expectativas de seus pais. Sentia interesse por meninos desde criança, mas para não desapontar os pais, nunca falou sobre isto em casa. Um dos irmãos se tornou pastor evangélico. O outro trabalhava numa empresa. Fernando só desejava ser bailarino. Ele e a irmã eram os caçulas da família. A

irmã tinha diferença de quatro anos de Fernando. Numa noite, quando a irmã tinha aproximadamente 13 anos, ele a acompanhou até o ponto de ônibus para levar o namorado dela. Na volta, rapazes os pararam e encostaram uma arma na cabeça de Fernando. Enquanto dois rapazes o seguravam e tampavam sua boca, os outros estupraram sua irmã de forma violenta. Ele, a partir daquele momento, não se sentiu mais pertencente à família. Não conseguiu defender sua irmã dos agressores e, por menos que a família o culpasse pelo acontecimento, ele não se sentiu homem suficiente para defender a irmã. A partir deste dia ele se afastou de sua casa e não conseguiu mais falar com seu pai e nem olhar em seus olhos. Começou a trabalhar no Paraguai como garçom numa boate. Esta boate era um ponto de prostituição. Com o tempo, começou a dançar nesta boate. Era a época em que a lambada fazia sucesso, por volta de 1990, e ele tinha o sonho de ser bailarino da Madonna. Começou a receber convites para fazer programas. Já nesta época tinha relações sexuais com meninos e meninas, mas escondia estes relacionamentos de seus familiares. Foi apresentado a uma agenciadora de programas da cidade de Foz do Iguaçu. Ele ganhava 100 reais por programa e a casa tirava 50, por uma hora. A agência lhe dava roupas de grife, pagava salão de beleza e tratamentos estéticos para que seus usuários pudessem usufruir o melhor. Ele se sentia acolhido dentro desta agência. Havia comemorações de festa de aniversário, muitos presentes e conselhos que ele podia ter desta “matrona”, que não encontrava em casa. Dentro desta agência ele se sentia mais vivo, mais identificado com sua maneira de ser e sentir. Em casa ele era outra pessoa, e pouco conversava com seus familiares desde o incidente do estupro. Porém nem tudo era apenas doação da parte da agência. Os garotos e garotas de programa não podiam dar e nem pegar o telefone de seus clientes. Esta era uma regra. Quem a descumprisse recebia severas punições. Fernando viu uma menina ser espancada porque fez programas com um cliente sem o conhecimento da agência. Todos/as acharam a surra justa para quem rompeu as regras, afinal a agência cuidava de toda a vida deles e os protegia. Ele se sentia uma outra pessoa naquela “vida”. Andava de táxi a toda hora, entrava em hotéis de luxo da cidade de Foz do Iguaçu, da Argentina e do Paraguai. Fernando sentia-se amado, tanto por seus clientes quanto pela dona da agência. Mesmo que momentaneamente, por uma hora ou um dia (solicitação de alguns clientes para que passasse um dia todo nos hotéis com ele), Fernando dizia-se amado, valorizado, visto, percebido. Ele quase sempre se

apaixonava por clientes com quem tinha mais contato. Porém não queria quebrar o encantamento da perfeição em que ele se encontrava, vivendo uma relação mais duradoura com qualquer um deles. Foi convidado para ir morar nos EUA com um dos clientes, um empresário que sempre estava no Brasil, na cidade de Foz, e em Puerto Iguassu. O empresário pediu permissão à dona da agência para o levar. Fernando mesmo apaixonado se negou. Achava que quando o empresário o conhecesse mais profundamente, não mais o amaria. Aconteceram três situações parecidas com a relatada, mas ele sempre negava. Tinha medo de não mais ser amado. Não poderia suportar a rejeição. Continuava fazendo seus programas. Tinha em sua lista, homens, mulheres, casais. Começou a ficar cansado daquela vida dupla que levava. Resolveu ir trabalhar em Santa Catarina, numa casa de prostituição. Era dançarino, garçom, fazia programas e saía sempre que possível com as meninas da casa para outras cidades, no intuito de ganhar a vida. Viu muitas violências serem cometidas contra as meninas. Fernando negava seu desejo sexual por homens. Achava que tinha relações homossexuais apenas por ser trabalho. Há um ano assumiu a homossexualidade, para si mesmo.

Após retornar à Foz do Iguaçu não conseguiu mais segurar o seu desejo. Começou a trabalhar de vendedor em algumas lojas em Ciudad Del Este, no Paraguai. Por várias vezes sentiu vontade de pular da ponte. As vezes jogava uma garrafinha de água no rio só para visualizar como seria sua queda. Uma vez ficou muito próximo de tentar o suicídio. Porém não conseguiu, porque imaginava o desespero de sua família e de como seu pai se sentiria um fracassado. Resolveu então mudar de vida e procurou uma moça e se casou. Achava que estava apaixonado por ela. Casaram na igreja com todos os proclames e seus pais ficaram muito felizes. Tiveram dois filhos deste casamento, mas continuou tendo relações sexuais com rapazes. Diz que há aproximadamente três anos não dorme com sua esposa. Ela desconfia de seu desejo sexual, mas não o questiona. Estão silenciados. Ela não questiona suas saídas, viagens. O desejo de Fernando é educar seus filhos e vê-los crescer. Hoje avalia que se prostituiu para se sentir aceito, amado, e que a dedicação da agenciadora foi uma forma de capturá-lo e deixá-lo suscetível à agência. Ele diz que pensando em tudo o que viveu, percebe que permaneceu por alguns anos na prostituição pela necessidade de afeto e carinho. Ele insiste nesta posição. Seu desejo sempre foi se sentir amado e desejado. Ser alguém, ser importante para alguém, nem que fosse

momentaneamente. Ele disse que viveu uma ilusão, que só percebeu ao contar sua história. Nunca pode falar desta história com ninguém. Nunca se sentiu à vontade para contar os motivos que o fizeram permanecer por tanto tempo na agência. Agradeceu a possibilidade de fala. E eu agradeço, pela possibilidade de escuta.

As mulheres e meninas da boate

A conversa com as meninas e mulheres da boate, ou zona, como a chamam os frequentadores, ocorreu sem que eu pudesse saber os nomes, ou me aprofundar nas histórias de cada uma delas. Prefiro relatar a minha ida neste local e contar as conversas como se deram, sem tentar separá-las como fiz com as outras entrevistas. Vamos às suas histórias.

Ao entrar, o ambiente é parecido com qualquer danceteria dos anos 80. Luzes de néon nos cantos, mesas estilo retro, bancos e mesas nas laterais. Cerca de 20 mulheres circulando na casa. Todas estavam bem arrumadas e maquiadas, com roupas curtas e insinuantes. Algumas dançavam no centro da boate com alguns rapazes. Uma delas estava apenas de lingerie e uma pequena saia pregueada preta de cerca de um palmo, sem calcinha. Tento me acostumar ao ambiente e à luz escura. Todos olham em minha direção e na direção do meu guia. Ele diz que as pessoas devem achar que eu era uma puta com seu amigo gay, conhecendo a boate para quem sabe trabalhar ali. Ele já frequentou zonas e dizia se sentir em casa, mas que se preocupava com minha segurança. Paramos então na primeira menina que estava próxima a nós. Começo a conversar com ela, sob o olhar vigilante de muitas câmeras e seguranças que observam meus passos. Faço minha apresentação e explico minha presença naquele lugar. Tento falar em espanhol porque o dono disse que ali tinha apenas uma brasileira trabalhando e que não estava naquele dia. Acredito então que todas eram paraguaias e arrisco o meu espanhol com a menina. Para minha surpresa ela responde a minha primeira pergunta em português. Descubro que quase todas são brasileiras e que moravam no Paraguai desde pequenas. A menina diz ter 18 anos, mas aparenta não ter mais de 16 anos. Diz que era o segundo dia dela na casa e que estava sozinha num canto porque não gostava de muita gente em volta de si. Não gostava das outras mulheres que trabalhavam ali e preferia ficar sozinha. Quando

questionada sobre os motivos que a levaram até ali, ela responde que é porque gostava. Gostava de farra e de ficar no meio de multidões (o oposto do que dissera anteriormente) e que tinha um marido que trabalhava na mesma função, em outra boate no Paraguai. Ele também era garoto de programa e não se importava com a sua atividade. A menina conta que estava trabalhando nesta vida há três anos, mas que tinha ficado afastada por um tempo porque estava doente. Ali era tratada com carinho pelos homens e se sentia especial. Ganha cerca de 60 mil guaranis ou 30 reais por programa. Não comenta quanto disto fica para a boate. Enquanto conversávamos, algumas meninas saiam de uma porta com rapazes. Ela diz que lá ficam os quartos. Neste momento um rapaz alto, de boa aparência se aproxima e nos oferece bebida. Agradeço a conversa com a menina (que não quis dizer o seu nome, assim como todas do lugar) e volto a circular pelo salão.

Minha presença chama a atenção no lugar. Afinal eu era a única vestida até o pescoço e de mangas compridas e calça preta comprida. Em nada parecida com a vestimenta das meninas da casa. Os homens não entendem, as mulheres ficam curiosas. Uma delas nos sorri e este sinal faz com que eu me aproxime da mulher. Aparenta ter seus 20 anos e estava acompanhada de uma amiga. Uma loira e outra morena, as duas usam lentes azuis e estão muito produzidas. Falam em castelhano e tenho dificuldades de entender, pela influencia do guarani na língua do povo paraguaio. São muito simpáticas e entendem meus objetivos. Falam que têm filhos e que têm necessidade de sustentá-los. Não gostam daquela vida, mas não conseguem emprego e a pobreza no Paraguai é muito grande. Ficam tristes ao ver sua família passando fome e necessidade e, assim, buscaram a prostituição como uma forma de alimentar os filhos. Esperam encontrar também um homem que possa tirá-las desta situação. Pela dificuldade da língua e pelo barulho da música, não consigo mais entender o que elas dizem. Agradeço a colaboração e viro para conversar com outras mulheres. Neste momento o mesmo rapaz, de antes oferece bebida na mesa em que estou. Achei que este era um procedimento comum no local e fico mais preocupada em conversar com as mulheres do que observar os passos do rapaz à minha volta. Duas mulheres aparentando ter 40 anos estão sentadas uma ao lado da outra. Faço as apresentações e pergunto se é comum elas sentarem entre amigas. Estas mulheres dizem que se sentem mais protegidas quando ficam perto de quem lhes passa confiança. Dizem morar próximas e que estavam no segundo dia na casa. Foram para a vida por não

conseguirem emprego em nenhum outro lugar. Reclamam da indiferença do governo e sua falta de ajuda com a população. Como as duas tem filhos pequenos, resolveram juntas começar a batalhar através da prostituição. Não se sentem à vontade e perguntam se o dono sabe o que eu estava fazendo ali, porque tinham câmeras filmando o tempo todo e era arriscado fazer tantas perguntas. Explico que conversei com o dono, sim, e ele tinha autorizado. Elas ficam mais tranquilas e continuam falando de suas histórias. Não acham certo e não querem que seus filhos um dia saibam da atividade que desempenham para alimentar a casa. Não sentem prazer em ficar ali, mas esperam por um milagre que possa retirá-las daquela situação. Pergunto se elas sabem da existência de crianças em situação de exploração sexual ali na fronteira. Elas dizem que sim e que achavam um absurdo. Disseram que isto só acontecia pelo descaso do governo com a educação e com a família. As duas mulheres pedem licença porque são chamadas para dançar com alguns rapazes, visivelmente alterados pelas bebidas.

Fico em pé conversando com meu guia. Ele diz desconfiar desta história de que elas estavam ali apenas há dois dias. Era estranho este discurso e que era melhor nos apressarmos por estarmos sem a noção do tempo, já que nossos celulares estavam desligados. Uma senhora atrás de nós chama nossa atenção. Ela quer saber se queremos fazer programa a três e se ninguém tinha topado. Ela toparia, caso estivéssemos interessados. Explicamos nossas intenções no local, que estávamos querendo saber das trajetórias de crianças e jovens na exploração sexual. Ela pede para sentarmos e diz que acha um absurdo crianças nesta vida. As crianças deveriam estar na escola e se o governo respeitasse os direitos delas, não haveria tanta criança na rua. Coloca também que esta negligência em parte é culpa dos pais que não cuidam dos seus filhos. Ela sabe que muitas crianças são abusadas por pessoas importantes da sociedade e por este motivo a

exploração não acabaria. Há muito dinheiro envolvido nestas questões, assim como pessoas do alto escalão social. Esta senhora começa a falar sobre sua vida. Diz que está naquela casa há mais de 20 anos. Precisou se ausentar porque teve sua apendicite estourada. A casa pagou todo o tratamento para ela. Alguns médicos que ela conheceu ali também a ajudaram. Diz que este trabalho é muito bom porque ela conhece pessoas

influentes que podem ajudá-la. Como no caso de sua doença, assim como quando precisava por causa de seus filhos. Agora eles estavam grandes e não precisavam mais, porém quando adoeciam ela tinha a quem recorrer. Esta senhora diz que alguns universitários do curso de Medicina fazem exames todos os meses nas moças da casa. Elas não precisam pagar nada e a coleta de sangue é feita na própria casa. Para trabalharem, elas precisam apresentar um atestado de saúde porque naquela casa eles não aceitavam mulher com DSTs e nem AIDs. Ela disse entender a importância da minha pesquisa e que ali gostam quando estudantes de faculdade entram, porque geralmente era para propor coisas boas. Novamente o rapaz oferece bebidas na mesa onde estou. Meu guia faz um sinal e percebo que é hora de sairmos. Estava concentrada na fala com a senhora e não estava vendo o que estava acontecendo ao meu lado. Agradeço á senhora pela entrevista, mas ela insiste se eu não quero fazer um programa com ela. Passa a mão na minha perna e me encara no momento em que estou levantando. Entendo que é a hora de sair e faço um gesto de agradecimento às meninas que falaram, posicionando as duas mãos juntas numa reverência um tanto oriental. O guia não entende meu gesto. Saímos do salão, agradecemos ao dono e entramos no táxi, felizes por ele ainda estar nos aguardando.

6. REFLEXÕES A PARTIR DAS HISTÓRIAS QUE ESCUTEI

Exploração Sexual e Vulnerabilidade Humana

As histórias dos entrevistados/as chamam a atenção em alguns pontos. Alguns ainda muito jovens sofreram abuso sexual incestuoso e viveram em condições precárias, com restrito acesso aos serviços básicos de saúde, educação entre outros. Quase todos/as entrevistados/as sofreram violência familiar que, como assinalam Maria Bonafé Sei e

Ivone Fernandes da Motta (2008, p.85), pode ser definida como “um fenômeno multideterminado, caracterizado por ações e ou omissões” que certamente provocam prejuízos ao desenvolvimento pleno dos seres humanos. As relações de abuso sexual marcam essas histórias. Grande parte deseja um príncipe que os/as retire desta situação de abandono e impotência.

São crianças que não podem ou não puderam viver a sua infância plenamente. Veleda Dobke (2001) fez uma pesquisa sobre a inquirição das crianças vítimas de abuso sexual e ressalta, apoiada nas discussões de Furniss (1993), de que podem ocorrer danos primários e secundários ocasionados pelo abuso sexual. O dano primário é compreendido pelas etapas de desenvolvimento do abuso, entre eles, a sedução, interação sexual abusiva, segredo, entre outros. O dano secundário está relacionado com o *a posteriori* e ocorre em diferentes níveis, como: estigmatização social, traumatização secundária no processo interdisciplinar, ou seja, a passagem por diversos profissionais na revelação do *segredo*, traumatização secundária no processo familiar, traumatização secundária no processo individual (Furniss, 1993). A revelação do segredo do abuso é importante para que a criança não seja negada, porém as formas pelas quais este segredo é tornado público precisam ser cuidadosas para que as conseqüências não sejam mais agressivas. Os abusos geralmente são recorrentes e contínuos e a criança é contida pela sedução e pela agressão do autor de abuso sexual, como foi o caso das meninas Ana, Juliana e Valentina.

O abuso sexual é tabu. Numa sociedade que não percebe como correta a ação do abuso, mas que também permite pouco espaço para a mudança de posição, ou seja, para a revelação, os profissionais e pesquisadores devem perceber as dificuldades destas meninas e meninos, pelo lugar de margem que ocupam nos discursos, em contarem algo de sua experiência pessoal, principalmente em relação ao abuso sexual sofrido. Talvez por isto os entrevistados/as dizem fugir dos lugares aparentes de proteção oferecidos pelo Estado. Suas falas remetem ao que é percebido no cotidiano de quem trabalha em instituições de cuidado a crianças que viveram situações de violência doméstica. Dependendo da abordagem à criança e da maneira como sua história é tratada, a violência cometida dentro das instituições de cuidado pode ser maior do que o segredo. São as relações estabelecidas entre todos os atores que fazem com que algumas situações se configurem de forma agressiva e não só do lado de quem violenta sexualmente. Como ensina Foucault (1995, p.314), “o

exercício do poder consiste em conduzir as condutas e a gerir a probabilidade”. As relações de poder, conforme entendidas por Foucault, não são localizadas em apenas um ponto, o poder não está posto apenas num lugar, ou no Estado ou nas mãos do opressor. Não está concentrado nas mãos de um soberano, mas difuso nas estratégias de poder entre indivíduos e grupos e nos seus efeitos do gerenciamento das ações sobre o outro, são formas de ver este poder circular (DREYFYS & RABINOW, 1995).

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros”, individuais ou coletivos, é um modo de ação de alguns outros. Isso quer dizer, claro, que não uma coisa como o Poder ou do poder que existiria globalmente, massivamente ou num estado difuso, concentrado ou distribuído, só existe o poder que se exerce por uns sobre os outros; o poder só existe no ato, mesmo se ele se inscreve num campo de possibilidades em desordem que se apóiam em estruturas permanentes. (FOUCAULT, 1997, p.314)

Enfrentar a violência sexual por que passam muitas crianças e jovens, é tarefa complexa por envolver fatores difusos difíceis de serem resolvidos e até mesmo percebidos. Todos os dias os noticiários comunicam novos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes: pedofilia, estupro, exploração sexual, abusos, etc⁵².

Como ressalta Rifiotis (2003), apenas o discurso denúncia e a mudança de posição em que algumas questões são enquadradas em leis e encaminhadas ao poder judiciário, não significam mudanças na qualidade de vida destas crianças. As pessoas cobram por justiça, no entanto, a grande dificuldade é que parte destas violências ocorre no âmbito privado, e quando são levadas a público muitas vezes colocam a criança e a família numa situação fragilizada e de revitimização. As tentativas de tratar estas questões de violência sexual ocorrem no nível micro das relações, sem a necessária discussão dos problemas sociais que interferem nos comportamentos violentos, que os tornam possíveis.

No caso do incesto, a menina ou menino é retirada/do do convívio do autor de violência e colocados em abrigos. A honra e a vergonha são sentimentos que acompanham grande parte destas crianças e por este motivo o trabalho nestas situações é muito delicado, principalmente quando o segredo do abuso ou da exploração sexual é revelado e tornado

⁵² Acompanhei os noticiários locais de Santa Catarina e os de amplitude nacional e todos os dias apareciam denúncias de casos de violência sexual cometidas contra crianças. No dia 20/10/2008 registrei seis notícias sobre violência sexual contra a criança, mesmo com a minha atenção flutuante, ou seja, não estava concentrada em assistir todos os telejornais, acompanhei de forma aleatória.

público. A inserção destes meninos e meninas na exploração sexual reflete, entre outros fatores, as falhas das políticas públicas nas garantias de direitos das crianças e adolescentes. A pobreza e a situação de exclusão social provocam situações que agravam e tornam estes meninos e meninas mais vulneráveis à violência, e eles buscam estratégias de sobrevivência que podem resultar na exploração sexual comercial nas ruas ou em boates.

O conceito de vulnerabilidade social é muito utilizado pela assistência social para a compreensão da situação em que vivem muitas famílias e principalmente as crianças que tem os seus direitos transgredidos. O termo vulnerabilidade começou a ser utilizado no campo da saúde pública por Mann e colaboradores em 1992 nos estudos sobre a Aids. Este termo era utilizado para situar os comportamentos e situações que deixavam algumas pessoas mais expostas ao contágio do vírus da Aids, os chamados grupos de risco e foi muito criticado, por gerar discriminações e criar crenças de grupos ditos seguros e sem riscos de contágio (AYRES, 1997). No eixo social, vulnerabilidade refere-se a “condições sociais e econômicas, acesso à informação, à educação, à assistência social e à saúde, à garantia de respeito aos direitos humanos e à situação sócio-política e cultural do indivíduo”(PAULILLO, 2000). Mas vulnerabilidade pode ser entendida sobre outros aspectos.

Todos somos vulneráveis. Todos estamos expostos às violências. É condição do humano, não sua natureza, como nos lembra Butler (2006) em *Vida Precária*. A vulnerabilidade é inerente a nossa condição humana. Butler questiona nossa cooperação nas condições de violência à que estamos submetidos e que condicionam nossas ações, e trata da vulnerabilidade como condição do humano e não só expondo cada um à violência de outrem, mas como seu potencial praticante, transformando cada ser humano, enquanto compartilha a condição humana de vulnerabilidade, em vítima potencial da violência, própria e do outro. Segundo a psicanalista Maria Laurinda Ribeiro de Souza (2005, p. 29), o “que torna esta situação mais assustadora é que “a disposição para a violência está em todos nós”.

A violência vai, também, ganhando terreno graças a um discurso que, diante pior do que sempre poderia ter ocorrido, tende a minimizar seu impacto: “Ainda bem que só levaram o carro”, “Ainda bem que escaparam com vida”, “Ainda bem que não seqüestraram a família toda”, “Os bandidos me trataram bem”... E quando o pior acontece, logo surgem outras cenas mostrando que a progressão do terror é sempre inimaginável. Inimaginável porque conduz o psiquismo às

bordas do irrepresentável: a morte-própria; a tragicidade do nada; do desamparo absoluto: “Temos uma tendência inequívoca a deixar a morte de lado; a eliminá-la da vida. Tentamos matá-la com o silêncio...É impossível imaginar a própria morte” (Freud, 1925b, p.290). As cenas constantes de violência e as imagens da morte abalam a eficácia dessa evitação. O “ainda bem que” é uma tentativa de reafirmar o triunfo sobre ela.

Butler reflete, nos textos que compõem *Vida Precária*, sobre os problemas de vulnerabilidade, violência, poder, a partir dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos⁵³. Contesta as ações de seu país em resposta aos ataques terroristas, com a exacerbação dos controles americanos internos e externos, a supressão de direitos de cidadãos dentro das fronteiras do país e além fronteiras, as justificativas para atos institucionais de tortura de prisioneiros muçulmanos. Reflete também sobre a adesão intelectual e de toda população dos Estados Unidos às medidas governamentais.

Butler se propôs a analisar a dimensão da vida política relacionada com a exposição à violência e nossa cumplicidade com ela, nossa vulnerabilidade frente a perdas sofridas e o trabalho de luto que se segue, observando as condições que norteiam as comunidades neste esforço de restabelecer-se após situações de extrema violência. A autora observa como alguns atos de violência promovem na população o sentimento de luto por algumas vidas e por outras o descaso. Algumas situações mostram que “certas vidas” parecem valer mais que outras, pelo menos no luto que se observa como fenômeno em certas condições de violência. Certas vidas são mais cobradas, mais enlutadas que outras. Então, “o que faz com que uma vida valha mais a pena?”. “A perda e a vulnerabilidade parecem ser conseqüências de nossos corpos socialmente constituídos, sujeitos a outros, ameaçados pela perda, expostos a outros e suscetíveis à violência por causa desta exposição ao outro”. (Butler, 2006, p.46). Algumas vidas não são consideradas nos jogos de violência ao qual estamos expostos. Raramente há comoção social pelas crianças assassinadas no tráfico ou nas favelas e subúrbios das cidades, mas por aquelas que vivem em prédios da classe média o choque é aparentemente maior já que supostamente pensamos não existir proteção contra as violências nestes lugares.

O aumento da visibilidade da exploração sexual de crianças e os questionamentos que cercam este problema social fazem com que se entenda que estas vidas começam a ser de certa forma mais valorizadas e consideradas em nossa sociedade. Mas somente aquelas que

⁵³ Ver nota de rodapé 16 na página 20.

são expostas pela mídia é que nos fazem ter um sentimento de pertencimento, de algo que está próximo a nós. Olhando para as ruas da cidade, não só nas fronteiras em que estive, mas também em outras localidades do Brasil, percebo que ainda estamos longe de olhar e não ficar imunes e indiferentes às condições de vulnerabilidade a que estão expostas nossas crianças. Isto principalmente pelo nosso próprio sentimento de vulnerabilidade. Ao olhar para crianças numa situação precária de vida observamos nossa própria precariedade, nossa própria vulnerabilidade. Por isto as ações de enfrentamento a exploração sexual não podem ocorrer em esforços solitários. Esta dificuldade em olhar para a condição precária destas vidas, condição de que participamos também, é que muitas vezes optamos em virar o rosto quando passamos por essas crianças nas ruas. O sentimento de impotência nos torna mais frágeis. As meninas do lago da República em Ciudad Del Este, da Avenida Costa e Silva em Foz do Iguaçu, as crianças que vivem nas ruas de Puerto Iguazu vendendo objetos, raramente são percebidas. Como nos diz Butler, nossos corpos são fisicamente dependentes uns dos outros, fisicamente vulneráveis ao outro. A violência é a exploração deste laço social, da nossa interdependência. Por este motivo alguns conseguem submeter a outros uma situação de maior fragilidade. A infância possui esta condição de maior vulnerabilidade. O filhote humano, nascido em desamparo como tematizou Freud, precisa do outro para conseguir sobreviver e nesta condição fica mais exposto às variadas formas de violência.

De acordo com a fala das meninas do lago, o que atrai aquele que procura um serviço sexual com menores de idade é principalmente esta condição. A menina Juliana que entrevistei no lago da República disse: *“Pois é né tia, eles batem, falam palavrão. Primeiro vem com agradinho, um docinho, chocolate, uma chipa⁵⁴..depois vêm gritando”*. Uma das senhoras que entrevistei na boate, disse que os homens que buscam meninas novas gostam de explorar mesmo. Que não possuem respeito e pagam barato pelo serviço. O que a deixava assustada e preocupada era que os homens não eram desfavorecidos financeiramente. Eram médicos conhecidos, figuras importantes da cidade, que buscavam os serviços de meninas jovens. Esta mulher atribuiu a este motivo o fato do ponto principal de exploração sexual de crianças ser ao redor do lago da República. Este é um local em que residem pessoas de condições financeiras favoráveis, mas em contraponto pagavam pouco

⁵⁴ comida feita à base de farinha de milho, parecida com um pão.

para ter satisfação sexual com as garotas e os garotos de programa. Algumas prostitutas dizem não entender este desejo por meninas ou meninos tão jovens, já que elas dizem ter mais experiência e podem levar os homens a terem mais prazer.

Judith Butler e Adriana Cavarero (2007), numa reflexão sobre o trabalho de Butler em *Vida Precária*, estabelecem um diálogo sobre a vulnerabilidade humana. Cavarero relaciona a concepção de Butler, de vulnerabilidade e fragilidade como condição humana, às implicações éticas do tema da condição humana nas reflexões de Hannah Arendt. Em resposta a Cavarero, Butler afirma,

(...) se por um lado, tal vulnerabilidade implica realmente uma obrigação ética, uma atenção especial diante da precariedade da vida, uma responsabilidade para encontrar as condições em que essa vida frágil possa prosperar. Por outro, essa mesma vulnerabilidade é precisamente o que nos torna propensos à violência e também às práticas que nos envolvem na perspectiva da destruição da própria vida. Destruir uma vida é destruir as condições da sua vulnerabilidade, especialmente quando tal vulnerabilidade é experimentada como algo invivível na sua exposição.(p.4)

Quando olhamos a condição humana frente a algumas situações entendemos o que Butler (2006) diz sobre algumas vidas serem mais vulneráveis que outras, e certas mortes mais dolorosas. Acabar com uma vida é uma forma de acabar com uma situação de vulnerabilidade. Assumir o sentido da vulnerabilidade humana é assumir uma responsabilidade coletiva pela vida física dos outros. Deixar de olhar para a situação em que se encontram nossas crianças, faz com que a fragilidade humana seja negada. Butler alerta que não podemos entender a vulnerabilidade apenas como privação. Nossa vulnerabilidade original é herdeira do desamparo que marca a condição humana desde o

nascimento. Todos precisamos do outro para sobreviver, e este mesmo pode nos violar. Eis nossa fragilidade.

Pensando sobre estas condições de vulnerabilidade é que as políticas públicas acabam por se fragmentar. As crianças são, atualmente, sujeitos de direitos, mas ora são vítimas passivas, ora são transgressoras à margem do acesso aos serviços públicos. Os meninos e meninas que entrevistei, mesmo sendo crianças ou, quando crianças, eram consideradas/os transgressoras/os. Quando buscavam serviços de saúde, proteção e

educação, eram maltratadas/os e os olhares lançados para elas/eles eram de negação. Talvez negação desta vulnerabilidade humana, negação de nossa impotência frente a uma sociedade de grandes abismos sociais. Ações isoladas são arriscadas e quem trabalha na área fala da solidão que sente ao buscar melhorias, ou garantir a efetividade das políticas públicas já desenhadas e amplamente discutidas em congressos, simpósios, universidades, etc. São lugares de margem, difíceis de transpor.

Na tríplice fronteira estes lugares se tornam mais ameaçadores pela representação de margem, de borda que a configuram. Quando contava que estava fazendo uma pesquisa na tríplice fronteira, várias brincadeiras com relação a este lugar me eram feitas. Que eu iria fugir com muamba para o Paraguai, que o lugar era de gente transviada, para ter cuidado com os terroristas que moravam nesta fronteira. Inúmeras fantasias foram desenhadas quando eu anunciava o lugar de pesquisa. Nas novelas é comum que personagens que cometam algum delito fujam para o Paraguai. Esta idéia já faz parte das fantasias que cercam este país, que ainda hoje sofre com as dificuldades que a guerra do Paraguai acarretou para a nação. As histórias falam de idas e vindas de pais e parentes que transitam entre Brasil e Paraguai em busca de melhores condições de sobrevivência. A ilegalidade acaba sendo um caminho possível como estratégia de sobrevivência destas famílias. Não há como olhar apenas para a família sem observar as condições postas para que a exploração sexual seja permitida como um caminho: a vulnerabilidade humana e as condições sociais precárias das populações, especialmente nas fronteiras por onde andei, que limitam países marcados por níveis exacerbados de diferenciação social.

O incesto como parte das histórias

As meninas do lago, além de Valentina, sofreram abuso sexual incestuoso. As relações familiares ficaram marcadas pelo incesto e pela negação do mesmo pela família. A rua surge algumas vezes como forma de escapar da recorrência da prática do abuso sexual. Em muitas pesquisas como a de Faleiros (2000, p.7) o abuso sexual,

Deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado

pode consentir, fazer, viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus-tratos às vítimas.

Este acontecimento na vida das crianças faz com que as referências sejam confusas e a casa deixe de ser um lugar de acolhimento para se tornar o lugar ameaçador, de medo. Ana, Juliana e Valentina saíram de suas casas porque não se sentiam protegidas. Paradoxalmente, viviam nas ruas em situação de exploração sexual, mas acreditavam ter nestes lugares um certo controle sobre suas vidas. O abuso continuava nas ruas, mas a impressão de que detinham o controle sobre suas vidas era maior. Na rua encontraram acolhimento. Suas falas eram mais valorizadas do que na casa de suas famílias. A negação do abuso por parte das mães ou tias, ou cuidadores, e muitas vezes o peso por se sentirem responsáveis por destruírem os lares ao romperem o silêncio do abuso, faz com que estas crianças se afastem das famílias e procurem aconchego em pessoas que considerem suas falas, que escutem e compartilhem suas dores. Para elas o incesto era um peso a ser carregado e fazia com que elas se sentissem diferentes de outras pessoas. O sentimento em relação a si mesma é muitas vezes de rancor, de repugnância.

Freud, a partir da análise das “fantasias inconscientes de seus pacientes”, além de sua auto-análise observou a presença e universalidade do que denominou de Complexo de Édipo. Investigou os sentimentos hostis dirigidos a um dos genitores e o enamoramento por outro. Entende-se por Complexo de Édipo na teoria psicanalítica, um emaranhado dinâmico de idéias e desejos incestuosos, suas proibições e seus desdobramentos, que tem um lugar central na constituição psíquica do sujeito. A interdição à realização dos desejos incestuosos é de importância central para a estruturação psíquica remetendo ao indivíduo as condutas e leis que regem o convívio humano (FAIMAN, 2004).

Os meninos e meninas entrevistados/as que vivem em situação de exploração sexual, em sua maioria, estão dentro deste quadro de abuso sexual intrafamiliar, já conhecido pelos profissionais que trabalham com casos de violência sexual. Grande parte de quem está em situação de prostituição tem em sua trajetória relatos de abuso sexual familiar. Repetem nas ruas, as relações de afeto que tiveram em suas casas, e muitos/as vão para as ruas para fugir dos abusos. Entretanto, o adulto é visto como ameaçador por parte destas meninas. O vínculo de confiança é quebrado no instante do abuso incestuoso. Estas crianças possuem dificuldades em recuperar sua confiança no adulto e vêem o mundo como um lugar

ameaçador. A experiência do abuso ameaça o sentimento de existir enquanto unidade autônoma. A capacidade de fantasiar, de sonhar, torna-se passível de invasão da realidade ocasionando prejuízos na atividade onírica e reflexiva (FAIMAN, 2004). O abuso físico imprime sua marca também na inscrição de si mesmo enquanto sujeito no mundo.

O corpo é o suporte das histórias que vivemos. É como uma fortaleza da nossa intimidade. Ele está presente, “na ausência”, como sombra de nossos afetos e pensamentos. As dores são uma das formas possíveis de anunciar sua existência. (...) Numa situação de ataque evidencia-se sua fragilidade que se estende ao psiquismo podendo provocar o desvanecimento do sujeito. O risco de demolição do corpo provoca uma demolição no Eu.(SOUZA, 2005, p.121)

Uma característica comum das falas das entrevistadas refere-se à ajuda financeira a seus familiares. A infância é posta de lado. O brincar como forma de expressão de saúde da criança fica restringido pelas atividades duras da realidade. A experiência da criança é tomada pela invasão da realidade do abuso sexual e do trabalho no comércio sexual nas ruas. As condições sociais e econômicas das famílias impulsionam muitas vezes estas crianças para a exploração sexual. Como aponta Janaína:

Fazia programas para sustentar minha mãe e irmãos menores. De outro jeito, como conseguiria 400 reais por mês. Meu irmão precisa de medicação porque tem epilepsia e é deficiente físico. Minha mãe não pode sair de casa porque precisa cuidar do meu irmão e da minha irmã. Sendo mais velha acabei aceitando a oferta de alguns homens mais velhos para fazer programa. Alguns... era só tirar a roupa, mas outros gostavam de coisas mais fortes, que machucavam...mas era preciso.

Outro fator é a assimetria de poder nas relações dos tios que cercam os entrevistados/as. O afeto dispensado, o dinheiro e os presentes em troca dos relacionamentos sexuais configuram a exploração sexual de crianças e jovens longe da esfera de possibilidades de escolhas ou trabalho como assinalam alguns estudos sobre prostituição de mulheres acima dos 18 anos. Os limites corporais, como não beijar na boca, prática de sexo anal ou oral, estabelecidos pelas prostitutas que asseguram comportamentos diferenciados em suas relações de clientes e não-clientes, não ocorre na exploração sexual infanto-juvenil, como mostraram os relatos das meninas e meninos que entrevistei. Eliane Pasini (1999), em publicação na Revista Pagu, refletiu sobre como as garotas de programa “operam os limites simbólicos corporais na prática da prostituição feminina, analisando as

relações sociais que essas garotas estabelecem com seus parceiros/as, clientes”(p.1). Nas falas de crianças e adolescentes, estes limites raramente existem. O padrão de relacionamentos é parecido com os abusos sexuais sofridos. Há uma repetição destes padrões. É comum em relatos de abuso sexual que o autor desta forma de violência dê presentes, faça agrados, carinhos, elogios para seduzir suas vítimas. Esta situação se evidenciou com muita clareza no relato de Marcelo. A sedução desempenha papel essencial na compreensão dos aspectos psicológicos que acompanham as experiências de abuso sexual (FAIMAN, 2004). A criança fica presa numa teia, pelo sentimento de culpa. Ela tem o desejo de afeto oferecido pelo agressor no início da sedução, no entanto, ela não deseja que os limites sejam transgredidos. O sedutor abusivo transgride os códigos sociais que norteiam as normas. O incesto é proibido e percebido como repugnante em nossa sociedade. A efetivação do incesto traz sentimentos de culpa, humilhação e vergonha, que faz com que meninos e meninas cresçam muitas vezes sentindo nojo de si mesmos conforme expressou Juliana ao dizer que era este sentimento que tinha de si mesma. A imagem que ocasionalmente algumas/uns possuíam de si é de que não tinham valor e que só conseguiriam amor e afeto através do relacionamento sexual.

A imagem de pai como figura de poder e instituidor da lei é distorcida pela sedução abusiva. Juliana disse, *“Tenho nojo de mim mesma pelo que meu pai fez e sinto vergonha de contar isto para as pessoas”*.

Nesta fala percebe-se que o afeto dirigido ao pai foi confundido por este, fez com que Juliana se sentisse culpada pelas ações dele, como se o seu desejo de carinho e atenção fosse o estopim para o início dos abusos. Quando se realiza abordagem em casos de abuso sexual, principalmente incesto, atitudes maniqueístas devem ser deixadas de lado. O jogo do bom e do mau deve ser evitado porque a criança se sente culpada pelos atos que a acometeram, ela se sente parte do mau por não ter podido evitá-lo. O afeto faz parte das relações e a criança não sabe distinguir o que é certo ou errado até que a posteriori, na continuidade das identificações/relações sociais, os valores culturais de certo, errado, mau, signifiquem como negativa ou traumática a experiência pela qual passou.

Para entrar na dinâmica destes relacionamentos familiares, os julgamentos de valores devem ser evitados. Formas maniqueístas de se observar e se aproximar de famílias incestuosas afastam a possibilidade de compreender o fenômeno da violência sexual e

tornam as ações fragmentadas e, às vezes, mais agressivas que o próprio ato do abuso. Algumas crianças não gostam de expor o abuso sexual cometido por seus pais. Por mais paradoxal que pareça, a visibilidade pública do ato torna real um comportamento que as crianças querem esquecer, porém, não revelar o segredo pode propiciar a continuidade deste ato. Aproximar-se destes contextos exige muita sensibilidade por parte dos agentes de cuidados à infância e também dos operadores do direito.

Conforme os ensinamentos de Freud, as conseqüências *a posteriori* do ato do abuso fazem com que estas situações se inscrevam nos laços sociais dos sujeitos e deixam marcas profundas em sua psique. O significado dado ao ato de violência dos pais ou de outras pessoas pode ocasionar problemas de adaptação da criança no entrelaçamento com o social.

Gisele Gobetti (2002), em dissertação de mestrado apresentada na USP trata da importância do atendimento a toda família incestuosa,

(...) encarar indivíduos como “agressores” e outros como “vítimas”, na tentativa de excluir socialmente os primeiros, nada mais é do que o reflexo de uma sociedade paternalista que atua de modo “esquizoparanóide”, fazendo essa cisão entre “bom” e “mau” e projetando os aspectos “maus” nos rotulados “agressores” (p.95).

Ressalto que não estou defendendo a idéia de que o segredo não deva ser revelado, mesmo porque, para que o sentimento de culpa possa ser elaborado e não atrapalhe o desenvolvimento psíquico e social da criança e do adolescente, o segredo precisa ser quebrado. Mas devem ser tomados muitos cuidados em tornar pública a revelação. O nosso horror frente a estes casos não deve ser passado à frente, ou seja, para outras pessoas que não podem cooperar na recuperação da violência sofrida, numa repetição daquilo que se ouviu, como forma de elaborar os nossos próprios fantasmas. O psicólogo ou o profissional que estiver ligado a casos de violências contra crianças e adolescentes deverá ser muito cuidadoso em suas observações e suas ações para não prejudicar. Se a função dos profissionais que prestam atendimento a crianças e adolescentes é o cuidado, a garantia dos direitos, o alívio do sofrimento psíquico, se nossa busca, é tornar possível ao sujeito que sofre a continuidade da vida cotidiana em bases mais saudáveis, escancarar com a violência poderá provocar o contrário do que objetivamos. Nos relatos dos rapazes e meninas que entrevistei, assim como na minha passagem como profissional por instituições de cuidado,

a revitimização institucional de crianças abusadas esteve muito presente, conforme ressaltai em outro momento deste trabalho.

As instituições de cuidado e a crença em uma vida melhor

Meninas e meninos que relataram suas histórias possuem sonhos. Desejam uma condição de vida melhor, uma história diferente, uma família que os acolha. Às vezes desistem de sonhar, de desejar, pela realidade que se impõe, como nos fala Janaína sobre deixar seus projetos de lado para ajudar financeiramente a família. Mesmo quando falam do sofrimento que vivenciaram em suas histórias, o que as/os mobiliza é a vontade de construir uma história diferente. *Se viram* como podem nas ruas e nas casas onde circulam. Sentem-se responsáveis pela manutenção de suas famílias. Mesmo Valentina, que fugiu de sua casa e dos abusos sexuais de seu tio, busca o reconhecimento de si na procura por sua mãe.

Maria Filomena Gregori (2000), em pesquisa com meninos de rua da cidade de São Paulo, pontua que *viração* é um “termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego, etc” (p.31). As meninas e meninos *se viram* da maneira como podem. Precisavam *se virar* para se manterem, e as condições sociais nas quais se encontravam propiciou o aliciamento para a situação de exploração sexual. Quase todos/as também tiveram situações de abuso sexual em suas trajetórias, tornando-se mais vulneráveis as ações dos aliciadores. As histórias de Mariana, Janaina e Marcelo mostram como é relativamente fácil aliciar meninas e meninos para o comércio sexual, e deixá-los em condições de semi-escavidão. Alguns estudos como o de Pungs (2005) indicam que os aliciadores ganham cerca de 30 mil reais por pessoa. Em sua maioria, os aliciadores são homens na faixa dos 31 a 40 anos, porém, mulheres também são utilizadas para convencer as vítimas sobre a segurança da oferta de trabalho. Todas as histórias contadas acima informam a presença de aliciadores que favorecem a prostituição e que ganham com esta mediação.

Os programas de atendimento à infância, bem como os abrigos e outras instituições de cuidado discutem a questão do protagonismo juvenil, vendo as ações para promovê-lo como soluções para estas crianças e jovens, na medida em que lhes possibilitem imprimir maior autonomia a suas vidas, suas decisões, suas relações, para que tenham maior

capacidade de reagir e não sejam facilmente capturados por redes de aliciadores, questão que pressupõe certa autonomia financeira. Porém, em países capitalistas com tão grandes desigualdades econômicas, em que partes expressivas das populações não têm acesso a serviços básicos de educação e saúde, a emprego, moradia, as perspectivas para famílias e grandes contingentes das novas gerações são limitadas e impedidas. Muitos jovens sequer têm possibilidade de se manter na escola, por sucessivos fracassos e reprovações. As crianças e jovens que entrevistei não desmentem estas estatísticas. Para que tenham oportunidades de conquistar autonomia financeira, são necessárias mudanças estruturais, que ultrapassam a implantação de políticas públicas setoriais, necessárias também. As soluções para os problemas sociais não podem ser pensadas com o enfoque nos sujeitos individuais. Oportunidades precisam ser criadas, preconceitos combatidos.

A situação de miséria ainda leva muitos jovens e crianças para as ruas, em trabalhos informais. O tráfico e a exploração sexual acabam sendo caminhos sedutores pela possibilidade de ganhar dinheiro. Percebi nas entrevistas com crianças e jovens que passaram por instituições de cuidado, o que Anna Paula Uziel e Félix Augusto Jacobson Berzins também observaram com crianças e adolescentes abrigados no município do Rio de Janeiro⁵⁵, a dificuldade de traçar planos para o futuro. Desejam uma família, casa, carro, mas o planejamento não é muito claro, até por suas condições de vida, pela transitoriedade das situações vividas e as experiências de abrigamentos sucessivos pelas quais muitos passaram.

(...) Devido à ampla história de abrigo, transitoriedade, nomadismo e abandono, essa característica se consolida. Por isso, nossa primeira reação é entender esse discurso como uma falta de autonomia, mas é preciso entender possíveis outros sentidos que os adolescentes dão as suas vidas, singularizando seus modos de existir. Sua relação com tempo é diferente da vivida por outros que não estão em sua mesma situação e essa desapropriação em relação ao futuro e construção de projetos muitas vezes se configura como uma linha de fuga em relação a tudo que já foi vivido e é de certa maneira estratificado em suas vidas. Então, ao invés de compreender essa característica como uma realidade consolidada e rígida nesses adolescentes, é possível pensá-la como uma desterritorialização de suas vidas.(UZIEL e BERZINS, 2008, p.4 e 5)

⁵⁵ Ver: Uziel, A. P. ; Berzins, F. A. J. . Autonomia e a Prática Micropolítica em um Abrigo. In: 1o Colóquio Internacional Atividades e Afetos, 2008, Belo Horizonte. 1o Colóquio Internacional Atividades e Afetos - Anais. Belo Horizonte, 2008. v. 1. p. 1-14.

As propostas das instituições de cuidado para que os adolescentes tenham autonomia financeira, muitas vezes são negadas por eles. A singularidade dos sujeitos precisa ser compreendida para entendermos as negativas destes adolescentes. Acredito que isto ocorra pelo desejo de reconstruir uma história diferente e longe da tutela do estado e de sua inscrição como um “dimenor”. Vários são os fatores que fazem com que crianças e jovens fujam destes supostos lugares de proteção, tratei de alguns durante esta dissertação, mas um dos caminhos a se pensar é o da singularidade do sujeito investido pelas políticas públicas. Os programas de trabalho e emprego para estes jovens são importantes, mas a sua inserção neles não garante possibilidades futuras. Saliento achar importante a existência dos programas e das políticas públicas que desenvolvem a idéia do protagonismo juvenil e da autonomia, mas acredito que as condições sociais e psicológicas são também fortes determinantes para delinear os caminhos destas crianças e jovens. Uma menina na condição de Ana, numa fronteira, sendo explorada sexualmente, pode sim chegar a ter uma vida diferente com a intervenção do estado. Mas existem limitações impostas por inúmeros fatores, de diferentes ordens.

Alguns abrigos ainda são depósitos de crianças e poucos são os lugares que conseguem fazer um trabalho diferente que esteja de acordo com as propostas do ECA. Muitos destes lugares contratam estagiários para cuidar das crianças e os profissionais de Psicologia e Serviço Social existentes, atendem pela prefeitura várias situações e não ficam apenas nos atendimentos dos abrigos. Os estagiários ficam aproximadamente seis meses a um ano no local e quando aparece uma oferta de trabalho melhor acabam saindo do abrigo ou dos programas. Alguns profissionais alegam sofrer de depressão necessitando tomar medicação para continuar atuando nos abrigos e nos programas. A alta rotatividade de pessoal é um dos problemas enfrentados nestas instituições e a dificuldade de formação de vínculo com as crianças e adolescentes agravam os problemas dentro das instituições. Principalmente nos casos em que crianças foram parar nos abrigos por questões de violências, a formação de vínculo e a recuperação da confiança nos adultos é um dos maiores desafios.

“Sempre eu via os tios do conselho tutelar saia correndo. Não gosto de morar em abrigo porque aqui a gente é mais livre, acaba virando uma família”.(Valentina)

Ao longo de toda a pesquisa e também da minha atuação como profissional, percebi as contradições nas casas de passagem, abrigos, escolas, das ações dos conselheiros tutelares, dos psicólogos, pedagogos, juízes, enfim, uma gama de profissionais e ações que entravam em contraste o tempo todo com o que é preconizado nas políticas públicas de cuidado à infância. Como aponta a psicanalista e professora da UERJ, Sonia Altóe (1990), para a criança e o adolescente “a vida institucional é fonte de carências, que colocam em perigo seu desenvolvimento e estruturação psíquica.”(p.265). As principais fontes de carência encontradas em instituições de cuidado são,

(...) transferência múltipla de ambiente de vida, rodízio de funcionários, atendimento impessoal e despersonalizante, impossibilidade de construir laços afetivos significativos, hipoestimulação do desenvolvimento psicomotor, fechamento para o mundo exterior, monotonia do cotidiano e pobreza das relações sociais(...) um dos fatores mais graves de carência são as mudanças às quais a criança pequena fica exposta (...) a criança é tratada como objeto, com gestos bruscos, na pressa do atendimento “eficiente”, desconhecendo-se o mal que tudo isto pode lhe causar. Não há lugar para necessidades individuais, muito menos para suas demandas. E existem poucas ocasiões para troca de afeto, o que dificulta o desenvolvimento de seu sentimento de integridade e de identidade. (ALTOÉ, 1990, p.265)

Esta citação resume bem o que acontece dentro das instituições. A dificuldade de compreender a importância de um ambiente propício para o desenvolvimento de crianças e de considerá-las como um sujeito, com suas histórias, vontades, desejos, vivendo numa instituição que não respeita a subjetividade de cada um, principalmente pelo número excessivo de crianças atendidas nestes lugares. Crianças que se adaptam bem a instituições acabam tendo dificuldades para se organizarem em famílias adotivas ou acolhedoras e geralmente retornam aos abrigos. Estas instituições precisam lidar com o fato de ter um ambiente propício para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, e, ao mesmo tempo ensiná-las a ter autonomia para interagir com as pessoas de outros lugares. Geralmente a dificuldade reside no fato de não ter um pessoal preparado para trabalhar com as demandas de afeto e atenção solicitadas pelas crianças. Grande parte das crianças em instituições tem histórias de vida familiar de abandono e violências, porém os profissionais sofrem para lidar com estas questões.

Os objetivos de assistência integral à criança ficam comprometidos pelos problemas apresentados pelas instituições, não só os abrigos, como também as escolas, instituições de

saúde, entre outros. Algumas pessoas pensam que crianças que vivenciaram o abuso sexual possuem uma doença ou podem contaminar de alguma maneira as outras crianças. Um exemplo disto foi vivido por mim numa reunião entre secretários de Educação da região oeste do Paraná com representantes da Itaipu Binacional, que lançava na época um trabalho de monitoração e cuidados a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Um dos secretários estava indignado por ter que “incluir” mais uma deficiência e capacitar os seus professores para casos deste tipo, ele entendia o abuso e as diversas formas de violência sexual como uma deficiência, um desvio de caráter. Fiquei muito preocupada com a fala deste secretário, porque ele expressava um preconceito partilhado por muitos. Não há espaço para a diversidade nas escolas regidas por um tipo de autoridade que possui esta forma de pensamento. Não há espaço para crianças que não tenham uma vida dita como “normal”. E esta opinião não era isolada. Outros profissionais também manifestaram seu desânimo em atuar com crianças que tinham sido “rejeitadas” por seus pais. Estes profissionais não acreditavam na possibilidade de que crianças que tivessem sofrido violência sexual ou doméstica pudessem conseguir ter uma vida que não estivesse ligada à violência também.

Muitos dos abrigos que conheci eram considerados depósitos de crianças e as casas ficavam em lugares retirados do centro da cidade para que não incomodassem ninguém. Estas situações provavelmente fizeram com que alguns dos entrevistados tivessem dificuldade em aceitar a ajuda do Estado para sair da situação de miséria e exploração sexual em que se encontravam. Por mais paradoxal e estranho que pareça para quem não entende os motivos de crianças e adolescentes não aceitarem a ajuda, estas recusas ocorrem principalmente pelos problemas enfrentados pelas instituições de cuidado. Promover mudanças nesses lugares exige uma reforma no quadro de pessoal, investimento em sua formação e uma discussão envolvendo toda a sociedade. Não são tarefas fáceis e, embora soluções estejam sendo buscadas, o caminho é muito longo.

Para crianças e adolescentes que vivem em situação de violências, ter um lugar tranquilo e com pessoas de confiança para se desenvolverem é importante. O estatuto da criança e do adolescente preconiza que o lugar ideal para que uma criança se desenvolva é junto a uma família. Ocorre que se isto não for viável o abrigo acaba sendo uma possibilidade de dar a segurança necessária para um desenvolvimento mais saudável.

Adolescentes que estejam perto de completar os 18 anos sabem que a proximidade da maioridade significa que não poderão ficar mais na instituição. Em função de todos os problemas já apontados algumas das tentativas de promover profissionalmente estes jovens fracassam.

Para quem vive sob os cuidados da instituição, a passagem da “condição de “assistidos” para a de “cidadãos” é uma ruptura com o padrão de vida a que estavam submetidos. Não aprenderam a ter autonomia e interagir com as diversas situações (Altoé, 1993). Possuem a marca de ter residido em instituições e da rejeição da família de origem e esta dificuldade acaba por ser revivida com outra família que os acolha. As instituições e os órgãos responsáveis pelas medidas de proteção à infância precisam ficar atentos a estas dificuldades e em conjunto com a sociedade civil buscar formas de melhorar este ambiente. A demora no sistema judiciário em algumas situações, faz com que crianças pequenas fiquem “velhas” para os desejos de adoção, porém, ao mesmo tempo, faz-se necessário o trabalho com as famílias dessas crianças para um possível retorno ao lar ou para que os padrões de violências não se repitam neste lócus. As questões econômicas, sociais, políticas que empurram grande parte das pessoas para a marginalidade social são problemas que precisam ser enfrentados para que as crianças tenham realmente seus direitos garantidos e não vivam em situação de exploração sexual.

Sonia Altóe (2004) ressalta que as normas que conduzem a dinâmica e o funcionamento das instituições consideram os jovens “delinqüentes” ou “anti-sociais” produzindo estigmatizações e afirmando estes sujeitos em posições que os colocam numa situação de marginalidade. O julgamento do que é bom ou não para as crianças e jovens que vivem sob a tutela do estado não considera o ser desejante e os valores do sujeito que está nesta relação. Ficam subjugados a norma, sem consideração por suas relações com a comunidade e com seus desejos. Para que as atividades e programas propostos pelas instituições possam ser viáveis, as crianças e os adolescentes precisam ser reconhecidos como seres desejantes, com uma história de vida, já tendo sobre si um estigma pesado de ser sustentado.

Em busca do príncipe encantado.....

Meninas e meninos em seus relatos, falaram sobre a busca por um relacionamento que as/os retirasse da situação de exploração sexual. A história da *gata borralheira*⁵⁶ ou *Cinderela*, ainda faz parte das fantasias de muitos/as como forma de saída da miséria em que se encontram, tanto financeira como emocional. Em torno das histórias de exploração sexual e prostituição, rondam histórias de homens e mulheres, principalmente mulheres, que foram retiradas destas situações e permanecem em relacionamentos estáveis. O acesso à educação, saúde, justiça é restrito a quem vive nas situações de exploração sexual, e uma das saídas possíveis é através de um relacionamento com pessoas que tenham poder aquisitivo que lhes garantam a saída. Porém, não é apenas o lado financeiro que sustenta estas fantasias. O afeto, o amor, a confiança em um relacionamento estável também fazem parte do desejo de meninas e meninos. Ana, Juliana, Marcelo, Fernando, as meninas da boate alimentam suas esperanças em sair da miséria de afeto, da miséria financeira, da miséria de acesso a recursos de vida através de relacionamentos afetivos.

Adriana Piscitelli pesquisou a migração de mulheres da praia de Iracema no Ceará, nordeste do Brasil, para alguns países europeus, revelando como muitas buscam nos relacionamentos com estrangeiros uma possibilidade de mudança da situação em que vivem. Segundo a pesquisadora, nem todas as mulheres entrevistadas apresentam condições financeiras de miséria. Algumas vêm nos relacionamentos com estrangeiros uma possibilidade de novos rumos. Geralmente estes encontros ocorrem com homens em busca de turismo sexual. No Brasil, as mulheres possuem tipo físico e comportamentos que agradam aos estrangeiros. Pele bronzeada e sensualidade. As mulheres dizem que os estrangeiros lhes transmitem maior segurança, são mais gentis e cordiais. Adriana Piscitelli, em entrevista à revista do Clam, fala sobre os discursos dissonantes na configuração de políticas públicas sobre o que é tráfico de pessoas com fins sexuais, e de

⁵⁶ A versão mais conhecida é a do francês Charles Perrault, de 1667, baseada num conto popular italiano chamado “A Gata Borralheira”. A história remete a uma jovem filha de um comerciante rico que falece e é criada por sua madrasta que a trata como uma serviçal. Um rei decide que o seu filho precisa escolher uma jovem entre todas no reino para casar e esta madrasta faz de tudo para que uma de suas filhas seja escolhida para ser esposa do príncipe. A madrasta não permite que Cinderela vá ao baile pois sua beleza era muito grande. Uma fada madrinha aparece e através de um feitiço ela lhe dá um belo vestido e uma carruagem para ir ao baile. No entanto, ela tinha até a meia-noite antes que o feitiço acabasse e ela se tornasse novamente uma gata borralheira. Ela vai ao baile e dança com o príncipe que fica encantado com a sua beleza. Ao toque de meia-noite ela sai correndo e esquece o sapatinho de cristal para trás. O príncipe recolhe o sapatinho e começa a andar pelo reino atrás da garota. Ele a encontra e os dois vivem felizes para sempre. (Fonte: <http://sotaodaines.chrome.pt/sotao/histor15.html>)

mulheres e homens que decidem sair do país em busca de uma situação de vida mais confortável. Segundo Piscitelli,

A realidade é que, em diversos contextos de turismo sexual, nativos/as desejam migrar e tentam materializar seus sonhos de migração através dos recursos oferecidos pelos/as turistas à procura de sexo. Também é verdade que nos contextos de turismo sexual operam agenciadores nacionais ou internacionais estimulando jovens envolvidos/as no trabalho sexual para migrarem. Levando em conta minhas experiências de pesquisa no Brasil e com brasileiras trabalhando na indústria do sexo no exterior, diria que os dois tipos de situações existem. Entrevistei brasileiras trabalhando como prostitutas na Espanha que tinham sido contatadas por agenciadores em boates voltadas para a prostituição com estrangeiros no Rio e em Natal. Mas, também, entrevistei uma diversidade de garotas residindo na Europa que tinham migrado através de namorados estrangeiros encontrados em contextos de turismo sexual em Fortaleza, considerando que eles ofereciam inúmeras vantagens em relação aos “agenciadores”, sobretudo por oferecerem os recursos para viajar (passaporte, passagem, dinheiro para o ingresso, recepção e hospedagem) sem contrair dívidas. E, mais ainda, várias dessas entrevistadas, que tinham feito “programas” no Brasil, deixaram de fazê-los no exterior. Assim, a conclusão é que, embora em certos contextos, turismo sexual e migração para se inserir na indústria do sexo possam estar relacionados, não há uma vinculação linear.⁵⁷

Piscitelli realizou sua pesquisa com turistas sexuais que buscam relacionamentos heterossexuais, mas não descarta que estas questões também norteiam casos de homossexuais. Fernando disse que a “*magia da possibilidade de encontrar um relacionamento amoroso e sair da prostituição*” era um desejo seu. Por outro lado quando encontrava alguém que lhe desse afeto, atenção e que desejasse retirá-lo da prostituição, Fernando sentia medo de quebrar o encanto deste encontro e não prosseguia com estes relacionamentos. Nestes encontros se sentia amado, mas a continuidade lhe dava a impressão de que não era merecedor, que em pouco tempo este homem descobriria que ele não era bom o suficiente para merecer o afeto e a estabilidade oferecida. Também não havia garantias de durabilidade destas relações. Mas qual relacionamento garantiria esta estabilidade e amor duradouro?

A prostituição é uma prática que, de acordo com Kátia Guimarães e Edgar Merchán-Haman (2005, p.525) tem,

⁵⁷ Entrevista de Adriana Piscitelli para a CLAM intitulada Senhoras de Si. Capturado no dia 26 de dezembro de 2008, no endereço eletrônico www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=901&sid=43

tradicionalmente subvertido o exercício ‘controlado’ da sexualidade via instituições sociais e tentativas de controle foram implementadas no passado, variando da satanização, isto é, o controle exercido pela instituição religiosa, passando pela proibição expressa em códigos civis, e chegando, finalmente, nos dias atuais no Brasil, a demanda pela sua legalização como atividade profissional.

A construção de narrativas em torno da prostituição a referem como uma transgressão de regras e normas estipuladas socialmente, indo na contramão do exercício da feminilidade normativa. As mulheres que se prostituíam eram consideradas responsáveis pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, e de subversão dos padrões ideais de família. Estas formas de representar a mulher que se prostituía, também cercam o menino que se prostitui. Por esta representação de transgressão e subversão é que meninos e meninas entrevistados falam de sua dor pelo peso de carregar o estigma da prostituição em suas histórias. No caso de Fernando, por mais que seu desejo fosse o de ser amado, respeitado dentro das relações de prostituição e não só nesta, por se prostituir não se sentia merecedor de respeito e amor. Buscou esse amor dentro de um relacionamento heterossexual, no qual sua parceira desconhecia sua condição de prostituição. Essa menos-valia é reforçada na forma como o estigma da prostituição é construído.

Várias tentativas foram e estão sendo realizadas para que o binômio, dominação-sujeição nas relações entre quem busca os serviços de prostituição e quem se prostitui, seja desconstruído. Um projeto de Lei (PL 98/2003) que o deputado Fernando Gabeira apresentou ao Congresso Nacional, para que existam garantias trabalhistas, como direitos à carteira assinada, aposentadoria, assistência médico-hospitalar, entre outros benefícios, para quem trabalha na prostituição. A imagem da prostituição está sendo ressignificada em nossa sociedade, saindo do lugar comum daquela idéia vinculada apenas como continente dos desejos sexuais masculinos, livrando as “boas moças de família” da voracidade das necessidades biológicas dos homens. A mudança é percebida na busca da satisfação de fantasias, de erotismo pelo comércio de fantasias.

Kátia Guimarães e Edgar Merchán-Hamann (2005) realizaram uma pesquisa utilizando a técnica do grupo focal, com prostitutas, para compreender o comércio do sexo e os dilemas da profissão. Uma das entrevistadas, disse que as prostitutas não vendem o corpo, porque ele continua lá. Elas comercializam sexo, fantasias, desejos e cuidam do seu corpo para poder ter condições de trabalho. A prostituição é tida como qualquer outra

profissão, com os problemas apresentados por quem está no comércio. Tem cliente chato que reclama do programa, tem cliente que paga bem e adiantado, tem cliente fiel, tem cliente agressivo e que não quer pagar o preço, etc. De acordo com as prostitutas entrevistadas pelos pesquisadores, as condições de negociação do programa têm os mesmos problemas de quem vende mercadorias, como a concorrência. A idade foi um fator relevante da concorrência na pesquisa dos autores acima citados. Quanto mais jovens, mais possibilidades de programas. A experiência não conta ou conta muito pouco na escolha da maioria dos clientes. As prostitutas mais velhas tendem a baixar o preço, quando estão próximas de meninas mais jovens em locais de prostituição. Isto foi observado na boate no Paraguai. As meninas mais jovens ficavam separadas, isoladas num canto, e eram mais assediadas, sendo que o valor do programa era maior que o das mulheres mais velhas que estavam no mesmo local. Esta foi uma reclamação de uma das prostitutas da casa. Os clientes estão pegando cada vez mais meninas mais novas e se aproveitam da fragilidade de algumas em situação de miséria, pagando menos pelos serviços.

Segundo algumas mulheres da boate quem busca crianças e adolescentes para a prática sexual é atraído principalmente por esta forma de sujeição. Nos relatos de meninas e meninos, a violência física nas relações sexuais é prática comum. No momento do ato sexual a agressão física faz com que o agente da violência se sinta com mais poder, ou pelo menos, numa condição de maior controle.

Sexo e violência fazem parte da história dos sujeitos entrevistados. Busca idealizada de salvação da vida que levam por um relacionamento afetivo, também. O desejo de que um milagre faça aparecer um homem que lhes dê amor, carinho, segurança e uma situação econômica confortável. As relações de gênero estão interligadas. Um homem as/os violenta, porém um homem os/as salvará. O poder relacionado ao homem circula nas falas dos entrevistados/as. As construções em torno do homem, como o que detêm mais poder, tanto para ferir como para salvar é parte do imaginário social.

Faiman (2004), nos estudos sobre o abuso sexual incestuoso, afirma que um aspecto da vivência do abuso cometido contra a menina é que pode despertar um ódio muito intenso dirigido à figura do pai. Este ódio desencadeia uma auto-recriminação severa que pode retornar para si mesma em destrutividade e rancor. Nisto reside o sentimento de menos-valia. De acordo com Faiman o abuso sexual tem como especificidade o uso da

sexualidade. O abuso sexual neste contexto de violência, leva a compreender a “sujeição do outro, como forma de deslocamento da posição de total impotência para a de uma onipotência destruidora”. (p.60)

Pesquisa sobre violência doméstica (AZEVEDO, 1993) mostra que muitas meninas que sofreram abuso sexual recorrente na infância apresentam dificuldades nos relacionamentos. Parte destas dificuldades reside no fato das relações da infância serem permeadas pelo sexo. O sentimento de culpa pelo abuso sofrido interfere na permissão desta menina ou menino em sentir prazer. Valentina falou sobre isto na entrevista: “*tenho nojo de sexo, por causa do que o tio fez comigo... por onde eu olhe os homens só querem chegar na gente se tiver sexo*”.

Este ponto colocado por Valentina mostra que o abuso sexual envolve vários contextos de violência e está previsto nos eixos indicadores constituintes da plataforma de enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil no Brasil, e que foi discutido em dezembro de 2008 no III Congresso Mundial de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Segundo estes indicadores, a exploração sexual envolve um feixe de violências, de múltiplas violências que se reúnem num conceito: violência sexual. Este conceito e a fragmentação que se sobrepõe a ele faz com que o enfrentamento seja limitado e restrito. Pensar a exploração sexual faz com que se repense o sujeito atendido e principalmente as ações dos profissionais que atuam na área. O desejo de um salvador, um príncipe encantado, de algo ou alguém que possa melhorar a condição de vida dos entrevistados e das entrevistadas faz parte do desamparo, da condição de vulnerabilidade, que as/os levam a depositar no outro a esperança de cuidado que sozinhos não conseguem ter, de ficar livre das violências que os/as acometem no seu dia a dia. Rapazes e meninas temem deixar suas vidas nas mãos de um sentimento de afeto, oscilam entre confiar e seguir ao lado de uma pessoa e o medo de novamente se tornarem vítimas em desamparo.

Na tentativa de evasão ao desamparo, à perda da garantia de amor, ao não-enfrentamento da culpabilidade constituinte do espaço simbólico, teríamos uma abertura para pensar as delinquências e os atos violentos de extremo sadismo. O prazer resultante da violência exercida adviria da satisfação pulsional irrestrita, e da garantia de superioridade e integração que o sujeito parece adquirir diante do domínio exercido sobre o outro, preservando desta forma seu narcisismo e uma “suposta autonomia. (SOUZA, 2005, p.99)

Confiança, segurança, acesso a serviços de saúde, educação, amor são objetos do desejo dos sujeitos que entrevistei. A confiança foi um dos pontos que mais apareceram durante as entrevistas. Confiar nas pessoas novamente e ter relacionamentos estáveis, sem sobressaltos, sem agressões, é o que desejam meninas e meninos. Como diria Fernando; *“Tenho medo de entregar meu coração e me decepcionar, e se ele não me amar, e se ele descobrir que não sou perfeito, que não sou tão bonito, que não sou tão inteligente....prefiro que ele nunca saiba e viva com a idéia da beleza e alegria que eu mostrei enquanto estivemos juntos”*. E também Ana, *“tenho fé de que um dia alguém vai me tirar deste caminho, vai me salvar de sentir tristeza”*. Sujeitos que desejam, sujeitos que buscam na figura do “príncipe encantado”, ou de algo, alguém, uma esperança para si mesmos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A mim a criança ensinou-me tudo. Ensinou-me a olhar para as coisas. Aponta-me para todas as coisas que há nas flores. Mostra-me como as pedras são engraçadas. Ela dorme dentro da minha alma e às vezes acorda de noite e brinca com meus sonhos. A Criança Nova que habita onde vivo dá-me uma mão a mim e a outra a tudo que existe..." (Fernando Pessoa)

A trajetória de meninos e meninas pelas fronteiras do Brasil percorre caminhos sinuosos. Muitas das histórias contadas pelos entrevistados/as sinalizam que o percurso da exploração sexual teve seu início na violência sofrida pelo abuso sexual incestuoso, fato este confirmado em outras pesquisas sobre o assunto, como as de Azevedo (1993, 1995, 1998), Falleiros (1998) e da psicanalista Faiman (2004) (que trata da sedução abusiva em casos de incesto). Em alguns relatos ficou evidenciado que a sedução nas relações parentais provocava uma ruptura no entendimento das crianças sobre as configurações estabelecidas entre os atores familiares. Esta falta de limites físicos e simbólicos dos laços familiares e a violência sofrida rompe com a lógica da confiança e proteção que deveriam existir dentro do lar.

As dificuldades de sobrevivência e o abuso doméstico, em muitos casos propiciam um ambiente favorável para a exploração sexual. As possíveis estratégias de sobrevivência diante de uma realidade limitada de acesso aos serviços básicos de educação alimentação, moradia, emprego, levam meninas e meninos para as ruas, boates ou agências de encontros. As histórias que ouvi se repetiram nesse sentido.

Sobreviver dentro de uma lógica social e familiar instável, faz parte do cotidiano dos jovens entrevistados. Se os limites familiares e sociais de cuidado à infância são transgredidos, o caminho para a exploração sexual destes jovens é uma forma de sobreviver nas ruas com uma impressão de liberdade de ação. Em casa o abuso ocorrido não permite que a criança consiga se distanciar do autor de violência. As ruas, na percepção das crianças e jovens é este suposto lugar da autonomia de suas ações e nas relações com os “clientes”. O trabalho na informalidade, como uma forma possível de sobrevivência permite que o sujeito possa “se virar” num mercado cada vez mais exigente e competitivo (situação que se agravou com a crise econômica anunciada no final de 2008, que tem provocado o aumento nas taxas de desemprego em diferentes países).

Os caminhos da informalidade e da transgressão das leis não são exclusividade das fronteiras, mas nelas as atividades ilegais são mais comuns e naturalizadas. Os “muambeiros”, “laranjas” e “sacoleiros” geralmente ultrapassam as cotas permitidas para compras no Paraguai e sobrevivem na fronteira da ilegalidade. Vidas precárias, com as pessoas expostas a possibilidades de sobrevivência no mercado da informalidade.

O fluxo intenso de pessoas que circulam pela Tríplice Fronteira propicia o aumento do mercado sexual na região. São várias casas de show, cassinos, agências que trabalham com o mercado do sexo. Todas essas situações dificultam as ações dos órgãos de proteção à infância e aumentam a possibilidade de tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais. Para pensar sobre a vulnerabilidade humana, condição à qual todos estamos expostos, principalmente crianças em situação de exploração sexual, recorri à Butler em seu livro *Vida Precária* (2006). A vida na fronteira fica mais exposta às situações de violência pelas possibilidades de fugas pelas margens dos países e pelas tensões que marcam estas regiões. Os sujeitos da pesquisa acham arriscado viver na região mas, por outro lado, acreditam que a passagem de pessoas através de produtos e mercadorias aumenta suas chances de obter recursos financeiros.

O processo de pesquisa num lugar como a Tríplice Fronteira requer certo cuidado por este espaço pertencer à esfera dos *lugares difíceis* (BORDIEU, 1997). São difíceis pelas múltiplas vozes, etnias, territórios, que fazem margem nestas fronteiras. Descrever, interpretar, observar, pensar, sobre essas bordas não poderia ser tarefa simples (SPRANDEL, 2006). As dificuldades que fizeram parte da pesquisa se estenderam à sua escrita e não apenas estiveram presentes no caminhar, escutar e observar os lugares de exploração sexual infanto-juvenil. A complexidade do tema foi sentida no momento em que a escolha da proposta de pesquisa se definiu. Os enunciados que cercam a exploração sexual já nos dizem das dificuldades em entrar num problema social que envolve diversos atores e condições precárias tanto do ponto de vista econômico, quanto social, jurídico e político. Transpor a barreira das fronteiras, do privado, do que fica oculto a respeito da exploração sexual, foi um desafio.

A mídia promove a difusão de informações sob essa forma de violência, porém, as maneiras como as situações de abuso sexual são reveladas, acabam por banalizar a exploração sexual. Como diz Souza (2005), “estetizaram a violência”. Todos os dias noticiários apontam pedófilos, redes de tráfico de crianças com finalidade de exploração sexual, apartamentos de classe média que escondem brinquedos e doces com o intuito de atrair crianças e adolescentes para o seu interior e servir de mediação entre o desejo por corpos infantis e os lucros obtidos com este “negócio”. Mas a difusão dessas notícias termina por naturalizar, no cotidiano das pessoas, a exploração de crianças.

“*Um pedófilo mora em meu prédio*”, diz uma senhora no consultório odontológico, como mais um episódio comum de violência que saiu da esfera do privado. Há um paradoxo evidente neste enunciado. Mas como revelar casos de exploração sexual infanto-juvenil sem naturalizar ou banalizar este tipo de violência, sem cair numa sensação de que se repetem, são comuns? E também como cuidar do sofrimento psíquico resultante destas revelações? Aquilo que fica como consequência *a posteriori* do ato de violência, de abuso, exploração de crianças e jovens, precisa ser avaliado e as ações precisam ser realizadas com cuidado e profissionalismo.

Políticas públicas, congressos, simpósios, eventos e grupos organizados buscam medidas protetivas à infância e adolescência, porém, todos concordam que há necessidade de atuar nas condições que propiciam essas formas de violências. O tráfico de crianças e adolescentes ficou evidente na fala dos/as meninas e rapazes que entrevistei. Alguns grupos organizados agem porque sabem da dificuldade em encontrar provas substanciais que possam incriminá-los e os lucros que obtém com esta forma de “circulação” de crianças e jovens é muito alto. Condições precárias de vida e maior vulnerabilidade ficam evidentes nos casos de exploração sexual, porque deixam o sujeito mais acessível a aliciadores ou a buscar, por si próprio, formas de sobrevivência no comércio sexual. Questões de mudanças estruturais exigem esforços conjuntos das sociedades. Nenhum dos entrevistados ou das entrevistadas relataram qualquer medida de cuidado institucional a suas famílias, anteriores às situações de exploração sexual. Quando estas situações aconteciam, segundo seus depoimentos, as abordagens podiam ser muito agressivas e estigmatizantes.

Muitas instituições não possuem profissionais capacitados ou com respaldo para atuar de forma cuidadosa e segura. Os mecanismos institucionais, através do corpo de funcionários, são incansáveis na tentativa de aquietar e enquadrar a criança e o adolescente no ideal disciplinar. O atendimento massificado e a disciplina rigorosa e punitiva não propiciam às crianças o desenvolvimento saudável e a construção de autonomia de ação e pensamento. (ALTOÉ, 1990). A dinâmica institucional fechada possibilita pouco espaço para as relações com quem está do lado de fora de um abrigo, aumentando a angústia frente ao desconhecido.

Nas falas dos meninos e meninas que entrevistei, cuidar da própria vida ou da dos irmãos foi uma preocupação constante. Deixar esses cuidados nas mãos de profissionais

que estão sempre sendo substituídos e de pessoas que ferem as crianças com “palavras duras”, é causa de muita angústia. Como ressaltaram Uziel e Berzins (2008), em suas pesquisas com adolescentes abrigados na cidade do Rio de Janeiro, os sentidos atribuídos a suas experiências por crianças e adolescentes que vivem em abrigos são diferentes das histórias vividas por quem não está numa situação de intensos abrigamentos e circulações. Os autores utilizaram o conceito de desterritorialização para falar da diferente relação com o tempo, o futuro, projetos, vivências, das crianças institucionalizadas. Desterritorialização psíquica, um conceito que me pareceu muito elucidativo, para refletir sobre as meninas e jovens que entrevistei nas fronteiras, deslocando-se por espaços de margens, nesses territórios que se interpenetram, cujos limites sociais, comerciais, espaciais, culturais, lingüísticos se misturam, criando novos dialetos em movimentos de desterritorializações geográficas, simbólicas, subjetivas. Vivem e buscam estratégias de sobrevivência no cotidiano das ruas. Desejam uma vida melhor, mas sabem das dificuldades reais que se apresentam no seu dia a dia, tais como fome, frio (no inverno, a temperatura é baixa na região) e desamparo.

Apesar de contraditório, muitas crianças e adolescentes preferem a rua, que aparentemente apresenta maior desamparo e vulnerabilidade, aos abrigos. A rua e as pessoas que ali circulam podem ser menos restritivas para a autonomia do sujeito que busca recursos em si mesmo para sobreviver. Os meninos e meninas que já moraram em abrigos sabem que não serão amparados aí durante toda a sua vida e muitas vezes resolvem por si mesmos enfrentar a angústia da separação dos cuidados institucionais, antes de serem desligadas/os dos abrigos. Não acredito que esta seja a única resposta para a fuga de crianças e jovens de instituições de cuidados, mas pensar sobre esta contradição é um desafio posto para os cuidadores.

Gregori (2000) afirma que meninos e meninas que moram com suas famílias passam por alguns rituais de passagem, do convívio familiar para as relações externas e da infância e adolescência para a maioridade, como a preparação para o vestibular, o controle de horários, tolerância maior ou menor nos relacionamentos sexuais, inserção no mercado de trabalho. A oscilação entre a dependência e a independência financeira e emocional faz parte das relações no cotidiano das famílias. Com os meninos e meninas que vivem nas ruas, ou circulando por abrigos e casas de passagem, não há um ritual ou preparação para

enfrentar a maioria. Como a rotatividade de profissionais em abrigos é um problema frequente, ter alguém em quem os jovens possam confiar para ajudá-los/as nestes rituais de passagem para a maioria é difícil. A *viração*, conforme explicita Gregori na pesquisa citada, acaba representando uma estratégia possível dentro das condições de vida de meninos e meninas.

O olhar dirigido à Tríplice Fronteira deixa essas questões mais evidentes. A *viração* de meninos e meninas nesta região é intensa. A vulnerabilidade é mais visível, pelo intenso trânsito de pessoas e pela “facilidade” em passar de um país para o outro. Para a Argentina a entrada não é tão fácil, porque é necessário passar pelas aduanas e dar explicações do tempo de permanência e dos objetivos da visita no país. No entanto, na fronteira com o Paraguai, crianças e jovens passam de um lado para o outro sem intervenções. Em todas as vezes que passei de Foz do Iguaçu, no Brasil, para Ciudad Del Este, no Paraguai, nenhum policial me parou para perguntar o que eu estava fazendo àquela hora da noite na ponte da Amizade. Também vi crianças e adolescentes passando de um país para o outro após a meia noite. Muitos eram estudantes que moravam no Paraguai e estudavam no Brasil. Porém, ficou evidente a permeabilidade dessa fronteira, muito conhecida internacionalmente pela facilidade em transpor seus limites. O esquema de segurança é maior do que há dois anos, quando iniciei minha pesquisa usando câmeras para fotografar e filmar os locais e as pessoas que entravam e saíam do país. Mas nunca presenciei o impedimento da passagem de alguém pela fronteira, em qualquer de minhas andanças e observações.

O problema apontado revela que o tráfico de pessoas é ali menos arriscado, por ser difícil sua visibilidade. Uma mercadoria ou um carro roubado pode ser facilmente visto pelas câmeras e uma denúncia pode disparar uma busca policial e o impedimento da passagem. Já com relação a pessoas, o fluxo é muito intenso na região e é muito difícil saber diferenciar casos de tráfico de pessoas, de turistas ou compradores de mercadorias atraídos pelos preços mais baixos praticados pelo comércio do Paraguai.

Assim como Sprandel (2006), tentei fugir das representações midiáticas e politicamente dominantes que emergem dos discursos sobre a fronteira e sobre as violências deste lugar, e que ecoam pelo país. Escolhi a etnografia para tentar olhar além do que era dito e visto pela mídia ou por pesquisas realizadas por órgãos governamentais. Vi que apesar das medidas preventivas das políticas públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes,

muitos jovens e crianças circulam pelas ruas em situações de exploração sexual e que as medidas protetivas não garantem a superação dessas violências e a melhora de suas condições de vida. Medidas que, no entanto, são importantes para o que está posto no papel possa se concretizar na garantia de direitos para muitos sujeitos em situações de maior vulnerabilidade social.

Corri os riscos de procurar no cotidiano das ruas aquilo que fica inscrito nas relações e não é visto, percebido, em entrevistas realizadas em lugares marcados. A escolha por esses lugares de observação apresenta suas desvantagens, por ser realizada em lugares supostamente mais vulneráveis. As críticas realizadas às instituições também ficaram marcadas neste trabalho, provavelmente por se referirem a crianças e jovens que fugiram destes lugares de proteção, pelas experiências negativas que aí vivenciaram. Ter atuado em abrigos e casas de passagem como profissional também influenciou a visão crítica desses locais de cuidados. Para pensar sobre as questões institucionais recorri aos psicanalistas Pierre Legrende e Sonia Altoé que desenvolveram pesquisas e reflexões sobre o tema. Se a opção de pesquisa tivesse como objeto estas instituições, o discurso sobre estes lugares poderia ter sido outro.

A escolha dos espaços cotidianos destes jovens para as entrevistas foi proposital. Queria atravessar a fronteira institucional que marcou minha história profissional como psicóloga e ver o que acontece nestas margens das sociedades, das leis, dos territórios. Na escrita desta dissertação, percebi que ter “atravessado o outro lado” não garantiu o distanciamento necessário que eu buscava para uma análise diferencial. Ainda estava marcada pelo viés institucional dos lugares em que trabalhei. Também marcada pelas violências que acompanhei durante esta jornada. Mas esta mudança de posição foi essencial para compreender a importância da escuta deste sujeito que está posto nestes lugares de margem. Analisando a trajetória dos sujeitos entrevistados, percebi que desejam uma história diferente para si mesmos e que lutam das maneiras como podem, para terem uma vida melhor. As condições econômicas precárias, a falta de afeto nas relações, os abusos sexuais cometidos por familiares foram fatores que apareceram nas histórias de várias/os meninas e jovens como motivos para sobreviverem do comércio sexual. Porém, analisando suas histórias, percebo que os fatores que os levaram para as ruas referem-se ao desamparo, à situação de grande vulnerabilidade social e à falta de oportunidades de mobilidade social.

A exploração e o abuso sexual provocam marcas que ficam como cicatrizes simbólicas na história destas crianças e jovens. Tornar as conseqüências destas vivências menos estigmatizantes, por intervenções profissionais e institucionais mais cuidadosas, seguras e respeitadas, é o grande desafio. Oportunizar condições de que propiciem alternativas de sobrevivência às famílias e aos jovens é outro grande desafio. Acredito que o problema da exploração sexual é muito complexo, suscitando mais questões do que respostas ou conclusões.

Meu desejo com relação às crianças, jovens que estão em situação de exploração sexual ou outras formas de violência que ameaçam sua existência, é que possam usufruir de condições sociais que lhes possibilitem outras trajetórias, com as necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, habitação, proteção geracional, atendidas. Meninas e meninos falaram muito em encontrar um príncipe encantado que os retirasse da vida precária que levavam. Sonho com mudanças estruturais que possibilitem a Anas, Julianas, Valentinas, Marianas, Janainas, Fernandos e Marcelos, estratégias alternativas de sobrevivência. Que não precisem apelar a soluções mágicas para transformarem suas condições de vida, para serem felizes, poderem contar outras histórias.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOÉ, Sonia (org.)(2007) A Lei e as leis – Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: REVINTER.

ALTOÉ, Sonia.(1990). Infâncias Perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão. Rio de Janeiro:Xenon Ed.

AMARAL, Arthur Bernardes do. (2008) A questão da Tríplice Fronteira no Tempo Presente. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 2, n. 34 [ISSN 1981-3384.

ANDRÉ. Jacques. (2001). Entre a angústia e o desamparo. Rio de Janeiro: Agora (Rio J.).v.4.n.2

AZEVEDO, Maria. Amélia E GUERRA, V.N.A.(1988) Infância e violência doméstica. Pergunte o que os profissionais querem saber. São Paulo, Roca.

AZEVEDO. Maria Amélia.(1989) Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder . São Paulo: IGLU.

AZEVEDO, Maria. Amélia.; GUERRA, V. N.A.(1998) Infância e violência fatal em família. São Paulo: Iglu.

AZEVEDO, Maria Amélia (1993). “Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes”, in Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez.

AZEVEDO, Maria Amélia (1995) A violência doméstica na infância e adolescência. São Paulo: Iglu.

AYRES, José Ricardo C.M. et al.(1997) Aids, vulnerabilidade e prevenção. Rio de Janeiro, ABIA/IMS-UERJ, II Seminário Saúde Reprodutiva em Tempos de Aids.

BADINTER, Elizabeth. (1985). O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BARTH, Frederick.(1969) Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference. Boston, Little, Brown and Company.

BAUDRILLARD. Jean(1995). A Sociedade de Consumo. Rio de Janeiro: Elfos/Lisboa: Edições.

BEUTER, Carla Simone. (2005). A (des)consideração pela infância: uma análise dos direitos sexuais frente às redes de exploração sexual . Dissertação de mestrado em Direito na Universidade de Caxias do Sul.

BIRMAN, Joel. (2001) Mal –estar na atualidade. A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid (2006) In: SOUZA, Ana Maria Borges; VIEIRA, Alexandre; LIMA, Patrícia de Moraes. Ética e gestão do cuidado: a infância em contextos de violências. Florianópolis: CED/UFSC/Núcleo Vida e Cuidado

BUTLER, Judith.(2003) Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. (2006). Vida Precária: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós.

CAMINHA, Renato M.(1998) A violência e seus danos à criança e ao adolescente In Violência Doméstica. Porto Alegre: Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho – AMENCAR.

CAVARERO, Adriana; BUTLER, Judith.(2007).Condição Humana contra a “natureza”.Revista de Estudos Feministas Florianópolis, 15(3): 647-662, setembro-dezembro.

COHEN, Cláudio.(1992). O incesto, um desejo. São Paulo: Casa do Psicólogo.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.)(2002). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A,

DAMATTA, Roberto.(1987) Relativizando.Uma introdução à antropologia social, Rio de Janeiro: Rocco.

DI CIACCIA, Antonio. A criança e a instituição. In: Altoé, Sonia e Lima, Márcia Mello (orgs.).(2005) Psicanálise, Clínica e Instituição. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos

DIMENSTEIN, Gilberto (1992). Meninas da Noite – A prostituição de meninas escravas no Brasil. São Paulo, Editora Ática.

DOBKE, Velda.(2001) Abuso sexual: a inquirição das crianças uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor.

DUPAS, Gilberto(2000). Economia Global e Exclusão Social.São Paulo: Editora Paz e Terra.

ELIA, Luciano(2004). O conceito de sujeito.Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIA, Luciano. O Sujeito da Psicanálise e a Ordem Social. In: ALTOÉ, Sonia.(org.) (2004). Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo. Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: REVINTER.

ELIA, Luciano. O sujeito – ainda e sempre em questão. In: Altoe, Sonia (org.) (2007) A Lei e as leis – Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: REVINTER.

FALEIROS, Eva T. SILVEIRA E CAMPOS, Josete.(2000) Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Cecria

FAIMAN, Carla J. (2004) Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo.

FARINATTI, F. FONSECA, N.(1996) Maus tratos à criança. Revista de Medicina Ambulatorial. P.41-43, outubro, nº46.

FLAX, Jane.(1992) Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: Heloisa B. Hollanda (org). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco.

FONSECA, Cláudia. (2000). Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS

FONSECA, Claudia.(2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. Dossiê repensando a infância. janeiro-junho pp. 11-43. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30384.pdf>

FORWARD, Susan; Buck, Craig. (1989). A traição da inocência. O incesto e sua devastação. Rio de Janeiro: Rocco.

FOUCAULT, Michel.(2004) A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes.

FREITAS, Renan S.(1985) Bordel, Bordéis: negociando identidades. Petrópolis: Vozes.

FURNISS, Tilman. (1993) Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre, Artes Médicas.

FREUD, Sigmund.(1919) Obras psicológicas completas da ed Standard Brasileira. Uma criança é espancada. Rio de Janeiro: Imago Editora.

FREUD, Sigmund.(1927) Obras psicológicas completas da ed Standard Brasileira. O Futuro de uma ilusão. Rio de Janeiro: Imago Editora.

FREUD, Sigmund.(1930/29/) Obras psicológicas completas da ed Standard Brasileira. O Mal-Estar na Civilização. Rio de Janeiro: Imago Editora. Vol.XXI

FREUD, Sigmund.(1972) Obras psicológicas completas da ed Standard Brasileira. Três ensaios sobre a sexualidade. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, v.VII

GASPAR, Maria D. Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 3ª edição, 1984, p.112.

GEERTZ, Clifford (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

GUERRA, Viviane N. De Azevedo (1985) Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas. São Paulo, Cortez.

GIDDENS, Anthony. (2002) Modernidade e Identidade Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GOBETI, Gisele.(2002). Incesto e Saúde Mental.uma compreensão psicanalítica sobre a dinâmica das famílias incestuosas. Dissertação de mestrado da Faculdade de Medicina da USP.

GREGORI, Maria Filomena.(2000) Viração. Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras.

GUIMARÃES, Kátia; Merchán-Hamann.(2005). Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. In: Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. CCH, CCE.v.7, n1-2. Florianópolis:UFSC.

GYOMARD, Patrick. A Lei e as leis. In: Altoe, Sonia (org.)(2007) A Lei e as leis – Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: REVINTER.

LACAN, Jacques.(2002) Os Complexos Familiares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LACAN, Jacques.(1985) *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. RJ: Zahar.

LACAN, Jacques.(1997) O seminário, livro 7: a ética da psicanálise. RJ: Zahar.

LACAN, Jacques(1999) Escritos.RJ: Zahar.

LANDINI, Tatiana Savoia .(2006) Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. Cadernos Pagu, v. 26, p. 225-252.

LAPLANCHE e PONTALIS.(1992) Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes

LAGO, Mara Coelho de Souza (1996). Modos de Vida e Identidade. Sujeitos no processo de urbanização da ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC

GLASER. Daniel.(1958) Teoria da Identificação Diferencial.

LEGRENDE, Pierre. O poder genealógico do estado. In: Altoé, Sonia.(org.) (2004). Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo. Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: REVINTER

LOURO, Guacira L.(1997) Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes.

MACHADO, Roberto. (org.)(2001) Foucault, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Editora Graal.

MAUSS. Marcel.(1993) Manual de etnografia. Lisboa : Publicações Don Quixote.

MELLO, Sylvia Leser de.(1980) Psicologia e Profissão em São Paulo.São Paulo: Editora Ática.

MILITO, Claudia; SILVA, Helio. (1995) Vozes do meio-fio. Etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumára.

MOUGIN-LEMERLE, Régine. Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo. In: ALTOÉ, Sonia.(org.) (2004). Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo. Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: REVINTER

MOTTA.Ivonise Fernandes. ROSA, Jose Tolentino.(2008)_Violência e Sofrimento de Crianças e adolescentes na perspectiva winnicotiana. São Paulo: Idéias e Letras.

NAVES, Nilson. (2003) Tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes.R. CJ.Brasília, n. 23, p.5-7, out./dez.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso.(1976) Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Editora Pioneira

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (2000). O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP.

OLIVEN, Ruben George; Maciel, Maria E.; Oro, Pedro Orgs.(2004) Antropologia e ética. O debate atual no Brasil. Associação Brasileira de Antropologia, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

QUINET, A.(2000) A descoberta do inconsciente.Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PASINI, Elisiane.(1999). Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. cadernos pagu (14) 2000: pp.181-200.

PAULILLO, Maria Ângela; JOLÁS, Leila Solberg. (2000) Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade. Serviço Social em revista, Londrina, v. 03, nº 1, p.39-59, jul/dez.

PISCITELLI, Adriana.(2004) Entre a Praia de Iracema e a União Européia. Turismo sexual internacional e migração feminina in Piscitelli, A; Gregori, M. F.; Carrara, S. (org) Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras, Rio de Janeiro, Editora Garamond.

POPPER, Karl.(1994) Utopia e violência. In: POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

RIFIOTIS, Theophilos (2007). Direitos Humanos. Sujeito de direitos e direitos do sujeito.Disponível em www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/15_cap_2_artigo_07.pdf

RIFIOTIS, Theophilos. (2004)As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, 19(1):85-119.

RIFIOTIS, Theophilos.(1997) Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em Primeira Mão*. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (19):1-18.

ROSÁRIO, Maria do.(1998) Políticas Públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência. In *Violência doméstica*. Porto Alegre: Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho – AMENCAR.

ROUDINESCO, Elizabeth e PLON, Michel.(1998) Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

ROURE, Glacy Queiroz e outros. Família Contemporânea: entre o passado e o futuro. In: SOUZA, Sônia M. Gomes. RIZZINI, Irene (Orgs.)(2001) *Desenhos de família. Criando os filhos. A família goianense e os elos parentais Goiânia: Cãnone Editorial*.

SAFFIOTI, Heleieth. (1995). *Violência de Gênero*. Rio de Janeiro: Editora REVINTER

SCHREIBER, Elizabeth.(2001) Os direitos fundamentais da criança na violência intrafamiliar. Porto Alegre: Ricardo Lenz.

SCOTT, Joan.(1999). A Experiência. In: SILVA, A , LAGO, M., RAMOS, T. (orgs.), Falas de Gênero. Teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora Mulheres.

SCOTT, Joan.(1995) Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Sociedade, 20(2): 71-79, julho/dez.

SEGATO, Rita Laura.(2008) Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. Acessado no dia 11/09/2008; www.unb.br/ics/dan/serie373pdf.

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro.(2005). Violência. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

SPRANDEL. Márcia Anita (2006).Brasileiros na fronteira com o Paraguai.Dossiê Migração. Estud. av. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug.

VELHO, Gilberto.(1978) Observando o familiar. In: NUNES, E.O. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

THÉRY, Irene. Novos direitos da criança. A poção mágica? In: Altoe, Sonia (org.)(2007) *A Lei e as leis – Direito e Psicanálise*. Rio de Janeiro: REVINTER.

UZIEL, Anna. Paula.; BERZINS, F. A. J. (2008). Autonomia e a Prática Micropolítica em um Abrigo. In: 1o Colóquio Internacional Atividades e Afetos, 2008, Belo Horizonte. 1o Colóquio Internacional Atividades e Afetos - Anais. Belo Horizonte, v. 1. p. 1-14.

VON SIMSON. Olga de Moraes.(1988) Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo: Vértice

ZAGO, Nadir.(2003) A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: Zago, N. et al. *Itinerários de Pesquisa, perspectivas em sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A.

Periódicos consultados

Chacina no Paraná deixa 15 mortos.Disponível em www.globo.com.br/g1. acessado no dia 23 de setembro de 2008.

Jornal Gazeta do Paraná. Foz requisita a Força Nacional para combater a criminalidade na fronteira, 2007, p.3.

Historia da tríplice fronteira. Disponível em www.abril.com.br/noticias/mundo/2008-09-16-107426.shtml acessado no dia 17/09/2008

Relatórios e documentos consultados

ABRAPIA (1992) Maus tratos contra crianças adolescentes: proteção e prevenção. Disponível no site www.abrapia.org.br, acessado em 20 de agosto de 2007.

BONTEMPO, Denise e all. (1995) Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. Brasília, UNESCO/CECRIA. Anais do Seminário Nacional sobre exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil.

CASTILHO, Ella Wiecko V. (2004). A legislação penal brasileira sobre Tráfico de Pessoas e Imigração ilegal/irregular frente aos Protocolos Adicionais à Convenção de Palermo. Apresentado no Seminário de Cascais.

CARVALHO, Henrique e SPRANDEL, Adriana.(2004) A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas legislações da Argentina, Brasil e Paraguai: alternativa de harmonização para o Mercosul,OIT, 2004

CBIA/DIEST (1994) Exploração sexual de meninas e adolescentes: visibilidade do problema nas Unidades Federativas. DF. Mimeo. Dezembro.

CECRIA, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, OIT (1997) Anais do Seminário contra a exploração sexual de crianças adolescentes nas Américas.

Declaração da ONU sobre os Direitos da Criança e do Adolescente.Disponível em www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php. Acessadoo em 12 de setembro de 2007.

DIÓGENES (coordenadora) (1998). Relatório de pesquisa: Exploração sexual comercial de adolescentes de ambos os sexos, em Fortaleza. Fortaleza, Pacto de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

FALEIROS, Vicente de Paula (coord.) (1997) Fundamentos e Políticas Contra a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Relatório de Estudo.Brasília. Ministério da Justiça/CECRIA.

FALEIROS, Vicente de Paula (1998). “Redes de Exploração e Abuso Sexual e redes de Proteção”. Brasília, Anais do IX Congresso Nacional de Assistentes Sociais.

FALEIROS e Eva Faleiros.Secretaria De Desenvolvimento Social E Ação Comunitária, Governo do Distrito Federal (1996) “Brasília diz não à exploração sexual infanto-juvenil”.Programa de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual; e de repressão aos exploradores. Brasília.

IPEC, OIT.(2004) Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de Meninas, Meninos e adolescentes na fronteira do Paraguai –Brasil. Financiado pelo departamento de trabalho dos Estados Unidos, Cdrom.

LEAL, Maria Lúcia Pinto.(1999) A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE.

LEAL, Maria Lúcia; Leal, Maria de Fátima, Orgs.(2002) Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Relatório nacional. Brasília: CECRIA. ISBN 85-7062-364-x.

PIRES, Helena e Gonçalves Tâmara Amoroso.(2008) Tráfico e Exploração Sexual de mulheres e meninas no Brasil. (site www.ultimainstancia.com.br, capturado no dia 03/03/2008)

PUNGS, Reiner. Coord. De Projetos UNODC Brasil e Cone Sul. Combate ao tráfico de seres humanos. Dezembro 2005. Disponível em: http://www.unodc.org/brazil/pt/project_r_18.html. Acessado em 22 de setembro de 2008.

SPRANDEL. Márcia Anita. (2005) Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: Desafios e Recomendações / UNICEF, ITAIPU Binacional.

Unicef.(2005) Relatório Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: Desafios e Recomendações, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com apoio de Itaipu Binacional.

ANEXOS

A - QUADRO I - Descritor: exploração sexual de crianças e adolescentes

| TÍTULO | AUTOR/A | DAT | ÁREA | NÍVEL | INSTITUIÇÃO |
|--|--|-------------|-------------------------------|-----------------|--|
| | | A | | | |
| Menina Mulher: Um Estudo Sobre As Causas Da Prostituição Infanto-Juvenil Em Campo Grande. | Esterina Corsini Da Costa. | 1999 | Saúde Coletiva | Mestrado | UFMGs |
| Conselhos Municipais Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente Do Médio Vale Do Itajaí/SC. O Perfil, O Conteúdo E Os Organizadores Da Agenda. | Maria Salette Da Silva. | 2000 | Sociologia Pública | Mestrado | UFSC |
| Pátrio Poder – Descumprimento Das Obrigações E Seus Reflexos Nos Dias Atuais. Mestrado Em Direito Das Obrigações, | Suzana Maria Da Gloria Ferreira | 2000 | Direito Das Obrigações | Mestrado | Universidade Julio De Mesquita Filho. |

| | | | | | |
|---|--|------|--|-----------|-------------------------------|
| A Exploração Sexual Infanto-Juvenil Face A Legislação Brasileira E Às Políticas Públicas. | Cristina Barcaro Ferrazza. | 2001 | Direito | Mestrado | UFSC |
| A Mobilização Das Ongs No Enfrentamento À Exploração Sexual Comercial De Crianças E Adolescentes No Brasil. | Maria Lucia Pinto Leal. | 2001 | Serviço Social | Doutorado | PUC/SP |
| Prostituição Infantil E Juvenil. Uma Analise Psicossocial Do Discurso De Depoentes Da CPI. | Sonia Margarida Gomes Souza. | 2001 | Psicologia Social | Doutorado | PUC/SP |
| Infância E Violência: O Que A Escola Tem A Ver Com Isso. Política Social E Combate À Exploração Sexual Comercial De Criança E Adolescente. Análise Crítica Do Programa “Sentinela”. | Ana Maria Borges De Souza Francisco Lopes De Sousa. | 2002 | Educação | Doutorado | UFRGS |
| | | 2002 | Política Social | Mestrado | UNB |
| O Outro Lado Do Espelho: A Exploração Sexual Sob O Olhar De Adolescentes Prostituídas. | Lumina Celi Teixeira | 2002 | Psicologia Social | Mestrado | PUC/SP |
| Violência Sexual: Dominação E Sexualidade. | Marcelo Moreira Neumann | 2002 | Psicologia | Mestrado | PUC/SP |
| Projeto Cunhatã E Curumin: Uma Experiência Didático-Pedagógico Em Estágio Supervisionado. | Maria Auxiliadora Gomes. | 2002 | Educação | Mestrado | UA |
| A Legitimação Da Prova Ilícita Para A Proteção Da Criança E Do Adolescente Vitimizadas. | Simone Silva Prudêncio | 2002 | Sistema Constitucional De Garantia De Direitos | Mestrado | Instituição Toledo De Ensino. |
| A Enfermagem Cuidando De Crianças E Adolescentes Vitimados Pelo Abuso E Exploração Sexual. | Carla Lizandra De Lima Ferreira | 2003 | Enfermagem | Mestrado | UFSC |
| Entre A Avidéz E O Esquecimento Meninas Vítimas De Exploração Sexual Em Tobias Barreto. | Helene Duarte Dantas De Ávila. | 2003 | Historia | Mestrado | UNB |
| Descontinuidade Nas Políticas Públicas: O Caso Do Programa Criança Cidadã/Cunhatã E Curumim. | Junia Marise Matos Sodré. | 2003 | Economia Doméstica | Mestrado | UFV |
| Desvendando Vozes Silenciados: Adolescentes Em Situação De Exploração Sexual. | Renata Maria Coimbra Liborio. | 2003 | Psicologia Escolar E Do Desenvolvimento Humano | Doutorado | USP |
| Violência Sexual Doméstica Contra Crianças E Adolescentes: Histórias E Destínos | Silvia Lucia Correia De Lima | 2003 | Serviço Social | Mestrado | UFP |
| Fazendo Ponto: Trajetórias De Adolescentes Em Situação De | Adriana Palumbo Rodrigues | 2004 | Psicologia | Mestrado | UFSC |

Exploração Sexual Em Lages/SC.

| | | | | | |
|--|--|-------------|------------------------------------|------------------|---|
| Representações Sociais De DST/AIDS Para Adolescentes De Uma Instituição De Abrigo Com Experiência Pgressa De Vida Nas Ruas Da Cidade De Goiânia. | Ida Kuroki Borges. | 2004 | Enfermagem | Mestrado | UNG |
| Turismo E Exploração Sexual De Crianças E Adolescentes: O Caso De Corumbá- Mato Grosso Do Sul | Marcos César Lombo. | 2004 | Desenvolvimen to Regional | Mestrado | UNIDERP |
| Heranças E Conflitos: O Legado Da Prostituição E A Violência Familiar Na Constituição Da Exploração Sexual Comercial De Crianças E Adolescentes Na Cidade De Santos/SP. | Mauricio Carlos Rebouças | 2004 | Serviço Social | Mestrado | PUC/SP |
| A Exploração Sexual Comercial De Crianças E Adolescentes. Questão De Gênero. | Simone Duras Toledo Martinez | 2004 | Serviço Social | Mestrado | PUC/SP |
| A (Des)Consideração Pela Infância: Uma Análise Dos Direitos Sexuais Frente Às Redes De Exploração Sexual. | Carla Simone Beuter | 2005 | Direito | Mestrado | Universidade De Caxias Do Sul |
| Violência Sexual Familiar: Significados Da Experiência Vivida Por Duas Crianças De 7 Anos. | Fernanda Silvério De Faria | 2005 | Psicologia | Mestrado | Universidade Católica De Goiás |
| Direito À Delicadeza. Crianças E Adolescentes Livres Das Explorações Sexuais.. 01/02/2005 | Josely Rimoli | 2005 | Saúde Coletiva | Doutorado | Universidade Estadual De Campinas |
| "Exploração Sexual De Crianças E Adolescentes: Embates De Uma Expressão Da Questão Social" | Kássia Cristina Freire Da Rocha | 2005 | Serviço Social | Mestrado | Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro |
| O Lado Duro Da Vida Fácil: A Exploração Sexual De Meninas Adolescentes Da Periferia De Fortaleza-CE E O Resgate Da Cidadania. | Nhandeyjara De Carvalho Costa | 2005 | Saúde Coletiva | Mestrado | Universidade De Fortaleza |
| Os Condicionantes Sociais Potencializadores Do Risco De Reiteração Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes. | Dirte Souto Meurer. | 2006 | Serviço Social | Mestrado | Universidade Federal De Santa Catarina |
| Estudo Das Famílias De Crianças E Adolescentes, Vítimas De Violência, Que Sofreram Intervenção Da Justiça, Em Comarca De Vara Única – Estado De São Paulo – Brasil. | Eliana Mendes De Souza Teixeira Roque | 2006 | Enfermagem Em Saúde Pública | Doutorado | Universidade De São Paulo/Ribeirão Preto |
| A Função Da Confidencialidade: Bioética E Incesto. | Gisele Joana Gobbetti | 2006 | Fisiopatologia Experimental | Doutorado | Universidade De São Paulo |
| Poder, Dominacao E Violência: Um Olhar Sobre A Exploração | Maria Carmelita Sampaio Colares | 2006 | Políticas Públicas E | Mestrado | Universidade Estadual Do Ceará |

| Comercial De Adolescentes | | | Sociedade | | |
|--|--|-------------|------------------------|------------------|--|
| Abuso E Exploração Sexual Infanto-Juvenil Feminina E As Respostas Do Poder Público E Da Sociedade Civil Em João Pessoa. | Marlene De Melo Barboza Araújo | 2006 | Serviço Social | Doutorado | Universidade Federal Do Rio De Janeiro |
| Início Da Vida Sexual De Jovens Órfãos Por Aids Na Cidade De São Paulo. | Lídia Samuel Chongo. | 2007 | Saúde Pública | Mestrado | Universidade De São Paulo |
| Personalidade Infanto-Juvenil E Crimes Sexuais: Proibições De Excesso E Proteção Insuficiente (Contribuição À Tipologia Dos Princípios De Conformação E Interpretação Da Lei Penal) | Martha De Toledo Machado | 2007 | Direito | Doutorado | Pontifícia Universidade Católica De São Paulo |
| Violência Sexual Infanto-Juvenil Em Natal: Uma Avaliação Do Programa Sentinela. | Renata Rocha Leal De Miranda Pereira Pinheiro | 2007 | Serviço Social | Mestrado | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE |
| Entre O Horror, A Indignação E O Enfrentamento: A Concepção Dos Educadores Acerca Das Violência Sexual Infanto-Juvenil | Roseana Cavalcanti Da Cunha | 2007 | Educação | Mestrado | UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA |
| O Enfrentamento Ao Tráfico De Pessoas Para Fins De Exploração Sexual No Brasil: Trajetória E Desafios. | Tatiana Silva Estrela. | 2007 | Política Social | Mestrado | Universidade De Brasília |

B - QUADRO II - Descritor: prostituição na fronteira

| TÍTULO | AUTOR/A | DATA | ÁREA | NÍVEL | INSTITUIÇÃO |
|---------------|----------------|-------------|-------------|--------------|--------------------|
|---------------|----------------|-------------|-------------|--------------|--------------------|

| | | | | | |
|---|--|-------------|--|-----------------|-----------------|
| Prostituição: Uma economia dos corpos. | Gisele Soares Galichio | 1997 | Historia | Mestrado | PUC/RGS |
| Gentes de baixa esfera em São Paulo. Quotidiano e violência no setecentos. | Lílian Lisboa Miranda | 1997 | História Social | Mestrado | USP |
| Na fronteira da lei e do fora da Lei; Um estudo sobre o discurso de crianças e adolescentes na periferia do município de São Paulo, | Marisa Feffermann | 1997 | Psicologia Escolar | Mestrado | USP |
| Menina Mulher: um estudo sobre as causas da prostituição infanto-juvenil em Campo Grande. | Esterina Corsini da Costa. | 1999 | Saúde coletiva | Mestrado | UFMG |
| Porta de entrada do pólo ecoturístico do Cantão Tocantis-Brasil. | Raquel Bittar de Oliveira | 2001 | Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social | Mestrado | UFRJ |
| Sinalizando fronteiras: a casa e a rua. Etnografia das "Mulheres de Programa" da praça em Londrina. | Luana Reis dos Santos | 2002 | Antropologia Social | Mestrado | UFPR |
| A sífilis em Cuiabá: saber médico, profilaxia e discurso moral(1870-1890). | Else Dias de Araújo Cavalcante. | 2003 | Historia | mestrado | UFMG |
| A Cidade e o " Mal Necessário " : Zona de prostituição e a Marginalidade Social em Pouso Alegre - MG (1969-1988). | Eduardo Moreira Assis. | 2005 | História | Mestrado | PUC- SP |
| Gestos Pornográficos: Desejo, Estética e Erotismo. | Elaine Cristina Bortolanza | 2006 | Psicologia Clínica | Mestrado | PUC - SP |

C – Ciudad Del Este/Paraguai.



Fonte: Prefeitura de Foz do Iguçu

D - Vista aérea da Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu/Brasil a Ciudad Del Este Paraguai



Foto Folha Imagem/Christian Rizzi - 1º 8, 2004

Fonte: Sprandel, Márcia Anita.(2006)Brasileiros na fronteira com o Paraguai. Dossiê Migração. Estud. av. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug.

E - Puerto Iguazu/Argentina

BIENVENIDOS A IGUAZÚ
MISIONES-ARGENTINA

HITO PARAGUAYO HITO BRASILEÑO CIUDAD DE FOZ DE IGUAZÚ

HITO ARGENTINO HITO TRES FRONTERAS RIO IGUAZÚ

PUENTE INTERNACIONAL "TANCREDO NEVES"

DIRECCION GENERAL DE TURISMO DELEGACION IGUAZU AREA INTERNACIONAL

AL PUENTE INTERNACIONAL TANCREDO NEVES

AL CENTRO DE LA CIUDAD DE P. IGUAZÚ

A CATARATAS AL AEROPUERTO AL SHERATON (1)

Editorial **todas** MISIONES

POSADAS:03752 424723
Avenida Mitre 2278 - 1º Aº
OBERA:03755 420334

Somos la Naturaleza
HOTEL TROPICAL
Ruta 12 Km 4 - Iguazú - Tel: 84 3767 420650
www.hoteltrropicaliguazu.com.ar

En el Hito Tres Fronteras
EL RINCÓN DEL MATE
LA MAYOR VARIEDAD DE MATES DE LAS TRES FRONTERAS

- Alfajores, Té y Yerba de elaboración artesanal.
- Postales, mapas y calcomanías.
- Artículos fotograficos.
- Bombillas LOCAL 5

JOYERIA ARTESANAL
Arte y creatividad en diseños exclusivos
Realizamos su pedido

- Agata • Rodocrosita
- Amatista • Lapizlazuli
- Cuarzo • Malaquita

Local 10 Tel.: 03757 - 423287

Fonte: prefeitura de Foz do Iguazu

F – América do Sul



Fonte: googlemaps. Adaptado por Guilherme Goldenzon

G -Mapa político do Brasil e suas fronteiras



Fonte: googlemaps. Adaptado por Guilherme Goldenzon.